**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN**

**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA**

**DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA MÍDIA**

**NÍVEL MESTRADO**

ODLINARI RAMON NASCIMENTO DA SILVA

**A COMUNIDADE DE FALA E OS EVENTOS COMUNICACIONAIS DOS SEGUIDORES DA PÁGINA DA ASSEMBLEIA DE DEUS/PARAÍBA NO FACEBOOK**

NATAL, RN

2016

ODLINARI RAMON NASCIMENTO DA SILVA

**A COMUNIDADE DE FALA E OS EVENTOS COMUNICACIONAIS DOS SEGUIDORES DA PÁGINA DA ASSEMBLEIA DE DEUS/PARAÍBA NO FACEBOOK**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGEM/UFRN)

Orientador: Prof. Dr. Juciano de Sousa Lacerda

NATAL, RN

2016

Catalogação da Publicação na Fonte.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

|  |
| --- |
| Silva, Odlinari Ramon Nascimento da.  A comunidade de fala e os eventos comunicacionais dos seguidores da página da assembleia de Deus/Paraíba no facebook / Odlinari Ramon Nascimento da Silva. – 2016.  112 f.: il. -    Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, 2016.  Orientador: Prof. Dr. Juciano de Sousa Lacerda.    1. Facebook (Rede social on-line). 2. Mídia social. 3. Comunicações digitais. 4. Comunicação de massa em religião – Paraíba, PB. I. Lacerda, Juciano de Sousa. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.    RN/BSE-CCHLA CDU 316.774 |

Odlinari Ramon Nascimento da Silva

A comunidade de fala e os eventos comunicacionais dos seguidores da página da Assembleia de Deus/Paraíba no Facebook

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGEM/UFRN)

Aprovado em 01 de julho de 2016

**BANCA EXAMINADORA**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

Juciano de Sousa Lacerda – Orientador (UFRN)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Marcelo Bolshaw Gomes – Examinador interno (UFRN)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Karla Regina Macena Pereira Patriota Bronsztein (UFPE)

Dedico este trabalho aos meus pais, Iranildo e Patricia, que investiram na minha educação, motivo pelo qual concluo mais uma etapa. À minha esposa Aline, que presenciou minhas lágrimas, me apoiando durante todo o tempo e compreendendo minhas ausências familiares. E por fim, ao meu filho, Davi Nascimento, cujos sorrisos e abraços me renovaram para continuar na caminhada.

**AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar ao Deus que está no controle de tudo e de todos, Foi Ele quem me proporcionou a oportunidade de concluir um mestrado na área que mais amo.

Aos meus parentes (irmãos, avós, tios, primos) que sempre me apoiaram e torceram por minha carreira profissional e acadêmica. Em especial ao meu tio-avô, Expedito Emiliano, tia Lourdinha e meus primos, os quais me receberam como um filho ao morar na residência deles enquanto cursava o Mestrado na UFRN.

Ao meu orientador, prof. Juciano de Sousa Lacerda, que foi um amigo. Me ajudou quando dele precisei e cobrou de mim quando achou necessário. Confesso que soube me ensinar os valores da pesquisa.

A Assembleia de Deus na Paraíba, igreja da qual faço parte, por me oferecer espaço para o desenvolvimento de projetos de comunicação. Ao pastor Eduardo Leandro Alves que me orientou no caminho a seguir quanto à abordagem cuidadosa da Assembleia de Deus na Paraíba. Além dele, o Pr. Carlos José de Oliveira que, pacientemente, colaborou com a pesquisa.

Ao amigo Saulo di Tarso, que dedicou horas de seu tempo para a produção de imagens que ilustram este trabalho. À Raquel Monteiro, que perdeu muitas horas de sono para corrigir pacientemente todo o texto e por todas as sugestões repassadas.

Agradeço também ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia (PPGEM) em sua completude, coordenação, funcionários e professores sempre prestativos.

À turma do PPGEM 2014 que deixa saudades, pois nos constituímos como família. Tendo histórias para chorar e sorrir, desde Natal/RN até Guarulhos/SP.

Agradeço a Capes por ter financiado essa etapa de vida acadêmica.

À banca, na pessoa do professor Marcelo Bolshaw e professora Karla Patriota, que contribuíram para o amadurecimento científico deste trabalho. Agradeço por cada crítica, sugestão e colaboração desde a qualificação.

E por fim, agradeço ao meu amigo de infância, Alex Mendes, que de todo o jeito queria que eu lhe chamasse aqui de “Lesk Malibú”. Chamando-lhe pelo nome ou apelido, quero agradecer por ele ter disponibilizado seu próprio computador para que eu pudesse concluir esta dissertação.

**RESUMO**

A página da igreja evangélica Assembleia de Deus no Facebook foi criada para divulgar eventos e notícias relacionadas à própria igreja, porém a apropriação dos que seguem a página, a partir de comentários feitos em determinadas postagens, fez com que entrasse em cena elementos de uma comunidade de fala autônoma. A formação dessa comunidade dá-se no contexto de que há bastante tempo não existe assembleia deliberativa entre a liderança e os membros da igreja, a fim de ouvir os membros e atender as suas demandas. Esta pesquisa pretende analisar, através da metodologia de Etnografia da fala, as características de configuração de novos lugares de fala reconhecidos entre membros da igreja, ainda de modo tácito, mas que começam a ganhar visibilidade diante da classe que sempre tomou as decisões da instituição centenária.

**Palavras-chave:** Esfera Pública; Sociabilidade digital; Apropriação; Práticas sociais.

**ABSTRACT**

**Abstract:** The page of the Evangelical Church Assembleia de Deus in Facebook was created to publicize events and news related to the church itself, but the appropriation of the page followers starting from comments made in some posts made them entered on the scene elements of a community autonomously speech. The formation of this community takes place in the context of that for some time there is no deliberative meeting between the leadership and church members in order to listen to the members and answer their demands. This research aims to analyze, through the methodology Ethnography of speech, the configuration characteristics of new talks of places recognized among church members, still tacitly but beginning to gain visibility in front of the class that has always taken the decisions of the centuries-old institution .

**Keywords:** Public Sphere; Digital Sociability; Appropriation; Social practices.

**LISTA DE FIGURAS**

[**Figura 1**- Diagrama Baran A, B e C 25](#_Toc456259957)

[**Figura 2** - Imagem de capa da página “Movimento Brasil Livre” no Facebook 45](#_Toc456259958)

[**Figura 3** - Estrutura ministerial da ADPB hierarquizada de baixo para cima 51](file:///C:\Users\DEUS%20E%20FIEL\Documents\Mestrado\Dissertação\Dissertação%20de%20Ramon%20Nascimento%20(PPGEM-UFRN).docx#_Toc456259959)

[**Figura 4** - Reunião entre a diretoria da ADPB e o corpo ministerial da igreja 55](file:///C:\Users\DEUS%20E%20FIEL\Documents\Mestrado\Dissertação\Dissertação%20de%20Ramon%20Nascimento%20(PPGEM-UFRN).docx#_Toc456259960)

[**Figura 5** - Púlpito do templo sede da ADPB durante uma celebração religiosa 59](file:///C:\Users\DEUS%20E%20FIEL\Documents\Mestrado\Dissertação\Dissertação%20de%20Ramon%20Nascimento%20(PPGEM-UFRN).docx#_Toc456259961)

[**Figura 6** - Exemplo de comentários não selecionados na pesquisa 64](file:///C:\Users\DEUS%20E%20FIEL\Documents\Mestrado\Dissertação\Dissertação%20de%20Ramon%20Nascimento%20(PPGEM-UFRN).docx#_Toc456259962)

[**Figura 7** - Usuário chama atenção da direção da igreja para os comentários da página 68](#_Toc456259963)

[**Figura 8** - Usuário atribui valor à página da igreja no Facebook 69](#_Toc456259964)

[**Figura 9** - Usuário pede ao pastor para ignorar opiniões contrárias à reforma do templo 70](file:///C:\Users\DEUS%20E%20FIEL\Documents\Mestrado\Dissertação\Dissertação%20de%20Ramon%20Nascimento%20(PPGEM-UFRN).docx#_Toc456259965)

[**Figura 10** - Usuária solicita mais espaço para as mulheres 71](file:///C:\Users\DEUS%20E%20FIEL\Documents\Mestrado\Dissertação\Dissertação%20de%20Ramon%20Nascimento%20(PPGEM-UFRN).docx#_Toc456259966)

[**Figura 11** - O reconhecimento do público feminino 73](file:///C:\Users\DEUS%20E%20FIEL\Documents\Mestrado\Dissertação\Dissertação%20de%20Ramon%20Nascimento%20(PPGEM-UFRN).docx#_Toc456259967)

[**Figura 12** - Membro agradece a Deus por não participar do evento 73](file:///C:\Users\DEUS%20E%20FIEL\Documents\Mestrado\Dissertação\Dissertação%20de%20Ramon%20Nascimento%20(PPGEM-UFRN).docx#_Toc456259968)

[**Figura 13** - Membro se apropria da Palavra de Deus para defender atitude do pastor 74](file:///C:\Users\DEUS%20E%20FIEL\Documents\Mestrado\Dissertação\Dissertação%20de%20Ramon%20Nascimento%20(PPGEM-UFRN).docx#_Toc456259969)

[**Figura 14** - Prefeito usa púlpito do templo central para falar aos fiéis 76](file:///C:\Users\DEUS%20E%20FIEL\Documents\Mestrado\Dissertação\Dissertação%20de%20Ramon%20Nascimento%20(PPGEM-UFRN).docx#_Toc456259970)

[**Figura 15** - Membros estabelecem um modo de debater sem agressão verbal 77](file:///C:\Users\DEUS%20E%20FIEL\Documents\Mestrado\Dissertação\Dissertação%20de%20Ramon%20Nascimento%20(PPGEM-UFRN).docx#_Toc456259971)

[**Figura 16** - Usuário critica o “não bater palmas para Jesus” 78](file:///C:\Users\DEUS%20E%20FIEL\Documents\Mestrado\Dissertação\Dissertação%20de%20Ramon%20Nascimento%20(PPGEM-UFRN).docx#_Toc456259972)

[**Figura 17** - Membros reconhecem e criticam a liderança da igreja 80](file:///C:\Users\DEUS%20E%20FIEL\Documents\Mestrado\Dissertação\Dissertação%20de%20Ramon%20Nascimento%20(PPGEM-UFRN).docx#_Toc456259973)

[**Figura 18** - Membros comentam sobre política nacional 81](file:///C:\Users\DEUS%20E%20FIEL\Documents\Mestrado\Dissertação\Dissertação%20de%20Ramon%20Nascimento%20(PPGEM-UFRN).docx#_Toc456259974)

[**Figura 19** - Imagem de reforma na construção do templo central da ADPB 83](file:///C:\Users\DEUS%20E%20FIEL\Documents\Mestrado\Dissertação\Dissertação%20de%20Ramon%20Nascimento%20(PPGEM-UFRN).docx#_Toc456259975)

[**Figura 20** - Membro reclama de reforma no templo central em detrimento das congregações 84](file:///C:\Users\DEUS%20E%20FIEL\Documents\Mestrado\Dissertação\Dissertação%20de%20Ramon%20Nascimento%20(PPGEM-UFRN).docx#_Toc456259976)

[**Figura 21** - Usuário associa Pentecostalismo à estrutura administrativa 85](file:///C:\Users\DEUS%20E%20FIEL\Documents\Mestrado\Dissertação\Dissertação%20de%20Ramon%20Nascimento%20(PPGEM-UFRN).docx#_Toc456259977)

[**Figura 22** - Membros discutem a reforma do templo 86](file:///C:\Users\DEUS%20E%20FIEL\Documents\Mestrado\Dissertação\Dissertação%20de%20Ramon%20Nascimento%20(PPGEM-UFRN).docx#_Toc456259978)

[**Figura 23** - Membro ignora a realização de grandes eventos no templo central 88](file:///C:\Users\DEUS%20E%20FIEL\Documents\Mestrado\Dissertação\Dissertação%20de%20Ramon%20Nascimento%20(PPGEM-UFRN).docx#_Toc456259979)

[**Figura 24** - Compartilhamentos superam o número de comentários 92](#_Toc456259980)

[**Figura 25** - Religião midiatizada 94](file:///C:\Users\DEUS%20E%20FIEL\Documents\Mestrado\Dissertação\Dissertação%20de%20Ramon%20Nascimento%20(PPGEM-UFRN).docx#_Toc456259981)

[**Figura 26** - Membro reconhece a página como espaço de interação 95](file:///C:\Users\DEUS%20E%20FIEL\Documents\Mestrado\Dissertação\Dissertação%20de%20Ramon%20Nascimento%20(PPGEM-UFRN).docx#_Toc456259982)

**LISTA DE SIGLAS**

**ADPB** Assembleia de Deus na Paraíba

**CETAD-PB** Centro de Estudos da Assembleia de Deus na Paraíba

**CGADB** Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil

**CNPJ** Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

**COMADEP** Convenção de Ministros da Assembleia de Deus na Paraíba

**DEMAD** Departamento de mulheres da Assembleia de Deus

**IBGE** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**SAC** Serviço de atendimento ao consumidor

**UMADENE** União de Ministros da Assembleia de Deus no Nordeste

**UMAD-PB** União de Mocidade da Assembleia de Deus na Paraíba

SUMÁRIO

[1. INTRODUÇÃO 13](#_Toc456260729)

[2. AMBIENTE DIGITAL: ESPAÇO DE SOCIABILIDADE APROPRIADO POR UMA COMUNIDADE DE FALA 19](#_Toc456260730)

[2.1 - ESFERA PÚBLICA EM HABERMAS 19](#_Toc456260731)

[2.2 - A VIDA EM REDE 23](#_Toc456260732)

[2.3 - SOCIABILIDADE NO CIBERESPAÇO 27](#_Toc456260733)

[2.4 - A APROPRIAÇÃO DOS USUÁRIOS DA PÁGINA ADPB OFICIAL 29](#_Toc456260734)

[3. FATORES QUE INFLUENCIAM DIRETAMENTE NA MICROESFERA ASSEMBLEIANA 32](#_Toc456260735)

[3.1 – UMA NOÇÃO EQUIVOCADA DE DEMOCRACIA 32](#_Toc456260736)

[3.2 – O QUE É DEMOCRACIA? 33](#_Toc456260737)

[3.3 – DEMOCRACIA PARA HABERMAS 37](#_Toc456260738)

[3.4 – O DISPOSITIVO ASSEMBLEIA DE DEUS, DE ACORDO COM A DEFINIÇÃO DE AGAMBEN 40](#_Toc456260739)

[3.5 – DEMOCRACIA CONECTADA: NOVOS ESPAÇOS COMUNICACIONAIS 43](#_Toc456260740)

[4. A COMPLEXIDADE DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA ASSEMBLEIA DE DEUS NA PARAÍBA 48](#_Toc456260741)

[5. PERCURSO METODOLÓGICO 62](#_Toc456260742)

[6. ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS DOS USUÁRIOS DA PÁGINA ADPB OFICIAL 67](#_Toc456260743)

[6.1 – CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE DE FALA 68](#_Toc456260744)

[6.1.1 - Petições online pelos membros e atribuição de valor à página 68](#_Toc456260745)

[6.1.2 – A “voz e vez” das mulheres 71](#_Toc456260746)

[6.1.3 – Debate com apropriações da Palavra de Deus 73](#_Toc456260747)

[6.1.4 – Reconhecimento e críticas à própria autoridade 78](#_Toc456260748)

[6.1.5 – Deliberação ou interação? 82](#_Toc456260749)

[6.1.6 – Enfim, é espaço legítimo ou espaço de interação entre a igreja e os membros? 87](#_Toc456260750)

[6.1.7 – Midiatização da Assembleia de Deus na Paraíba 93](#_Toc456260751)

[7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 97](#_Toc456260752)

[REFERÊNCIAS 102](#_Toc456260753)

[APÊNDICES 109](#_Toc456260754)

[APÊNDICE A 110](#_Toc456260755)

[APÊNDICE B 111](#_Toc456260756)

[APÊNDICE C 112](#_Toc456260757)

1. **INTRODUÇÃO**

A relação entre mídia e religião é algo que nos instiga a pesquisar diante de seus processos e efeitos sociais e comunicacionais. As instituições religiosas, assim como toda a sociedade, midiatizaram-se[[1]](#footnote-1) e, cada vez mais, estão investindo financeiramente em mídias na tentativa de se aproximar de seu público alvo.

Uma igreja de grande porte como a Assembleia de Deus mantém uma estrutura administrativa de funcionários, “política” institucional e convencional, cargos, líderes e liderados, professores e alunos, projetos, assalariados e voluntários, assembleias, administradores, mídias, departamentos, hierarquias e outros elementos que constituem essa estrutura.

A Assembleia de Deus na Paraíba, conhecida como ADPB, é a maior denominação evangélica do Estado, segundo dados do IBGE[[2]](#footnote-2). A igreja, que hoje conta com aproximadamente 1.000 templos e 120 mil membros[[3]](#footnote-3) e congregados[[4]](#footnote-4), ligados à sede de João Pessoa (capital), foi fundada no ano de 1918 num sítio localizado próximo à cidade de Alagoa Grande, município paraibano. Ela é fruto do chamado pentecostalismo clássico que nasceu em Belém do Pará com a vinda de dois missionários suecos, Daniel Berg e Gunnar Vingren, os quais chegaram ao Brasil com o objetivo de evangelização.

A Assembleia de Deus na Paraíba, para contextualizar nosso objeto de pesquisa, precisamente nos anos de 1970 e 1980, não incentivava seus fiéis, que aqui são chamados de membros, a assistirem TV, e nem, tampouco, de possuírem um aparelho em suas casas. Hoje, essa mesma igreja sedia um estúdio de uma rádio FM no templo central; a cada dois meses publica uma revista de 16 páginas, com tiragens de 6 a 8 mil exemplares com distribuição gratuita para as igrejas da capital da Paraíba e algumas do interior; possui também um site de notícias e ainda mantém perfis cadastrados nas principais redes sociais, dentre eles, uma página no Facebook com mais de 13.000 fãs[[5]](#footnote-5).

Os pastores da ADPB são filiados à Convenção de Ministros da Assembleia de Deus no Estado da Paraíba (COMADEP), a qual é ligada em sua estrutura convencional à Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), órgão máximo da estrutura ministerial da denominação que, dentre outros objetivos, tem a missão de promover a união e o intercâmbio entre as Assembleias de Deus no país, conforme está escrito no próprio estatuto da CGADB.

Cada convenção estadual ou regional é dirigida por uma mesa diretora, constituída pelo presidente, dois vice-presidentes, primeiro e segundo secretários e primeiro e segundo tesoureiros. Na Paraíba, existe uma convenção de ministros com sede em João Pessoa e outra sediada na cidade de Campina Grande, cada uma com sua respectiva presidência e mesa diretora.

Sendo uma instância que tem por finalidade congregar os ministros e organizar a vida ministerial de seus filiados, a COMADEP é uma convenção integrada por pastores e evangelistas, no Estado da Paraíba, e configura-se como uma instância a ocupar o primeiro degrau da estrutura diretiva da Assembleia de Deus na Paraíba, não por dirigir membros, mas por dirigir pastores. Porque o estatuto da igreja é um e o estatuto da COMADEP é outro, entidades que possuem CNPJ[[6]](#footnote-6) distintos.

A igreja matriz e as igrejas filiadas também fazem parte da estrutura administrativa da Assembleia de Deus na Paraíba.

Essa igreja, com templo central localizado na capital do Estado da Paraíba (João Pessoa), possui uma diretoria composta por: presidente, dois vice-presidentes, primeiro e segundo secretários, primeiro e segundo tesoureiros, secretário executivo de missões e diretor administrativo. É necessário registrar que o presidente da igreja matriz é o mesmo da convenção estadual.

Os membros que ocupam a diretoria da igreja são indicados pelo pastor-presidente anualmente. Os detalhes da deliberação dessa instância reservamos para o capítulo 4 desta dissertação.

A raiz de todos esses cargos está nos ofícios religiosos, que são ocupados por pessoas com os seguintes graus de ordenação, denominados desta maneira em sequência do menor para o maior: diácono, presbítero, evangelista e pastor, os quais serão apresentados mais adiante no capítulo de análise.

Em relação às atividades da igreja, existem grupos de louvor na ADPB que atendem a diversas faixas etárias, dos tais as crianças, os adolescentes, os jovens, os adultos e os anciãos. Os espaços físicos reservados dentro do templo são garantia de formação desses grupos, que estão ligados por faixa etária, afinidades e talentos. Podemos entender esses grupos como esferas.

A instituição religiosa consegue reunir um determinado número de pessoas, formando uma comunidade, e cada indivíduo dessa comunidade se identifica com os ideais propagados pelos líderes dessa massa e a partir daí esse indivíduo começa a ser ator de sua própria prática, seja esta religiosa, comunicacional, enfim, prática social. É o que Gasparetto (2011, p. 153) denomina de Comunidade de Pertencimento, definindo-a como “um complexo agenciamento de operações midiáticas, que, apropriadas pelos atores do campo religioso, instituem novas interações com o universo dos fiéis, convertendo-os em atores de suas práticas”.

Com o intuito de aproximar-se cada vez mais do fiel, a igreja começou a “ir” para os dispositivos midiáticos digitais de forma espontânea. Com o *boom* das mídias sociais, a ADPB criou uma página no Facebook e um perfil no Instagram. Porém não é a igreja, por exemplo, quem decide como deve ser o uso de determinado dispositivo, mas sim o público que dela se utiliza.

A página da Assembleia de Deus no Facebook, denominada de ADPB Oficial, foi idealizada inicialmente para divulgar os eventos da igreja e interagir mais com o público jovem. Mas a apropriação dos usuários, que conheciam e seguiam a página naquele momento, acabou criando uma espécie de ouvidoria para reclamações e debates relacionados aos assuntos da própria igreja. Sem o departamento de comunicação da igreja planejar, surgiu em sua esfera institucional um canal parecido com o serviço de atendimento ao consumidor (SAC) de algumas empresas, no qual os clientes reclamam, sugerem e parabenizam.

O investimento em mídia na ADPB, desde panfletos a campanhas publicitárias de eventos, deu um salto, precisamente na última década. Com o surgimento dos sites de redes sociais, a igreja percebeu que seria prejudicial para sua comunicação institucional e religiosa resistir à Internet, assim como resistiu à TV nos anos anteriores de sua difusão no país. Ficar fora das redes sociais digitais causaria um distanciamento entre a igreja e o membro que dela participa. E foram esses e outros elementos que fizeram surgir a problemática desta pesquisa.

Outro elemento que contribuiu decisivamente para o interesse nesse estudo é o fato de sermos envolvidos no processo de comunicação da igreja. Levando em consideração que desenvolvemos conteúdo jornalístico para a Assembleia de Deus em João Pessoa, capital da Paraíba. Esse conteúdo é desenvolvido tanto para o periódico “ADPB em Revista” quanto para o site da igreja. Antes da virada[[7]](#footnote-7) da página no Facebook, caso que detalharemos no capítulo 6, publicávamos muito mais conteúdos exclusivamente jornalísticos, compartilhando os links das matérias que escrevíamos no site. Depois da virada, a página está sendo alimentada prioritariamente com conteúdo publicitário, isto não quer dizer que o jornalismo foi deixado de lado. No entanto, a linguagem publicitária é a estratégia principal nas postagens.

Temos por objetivo geral *analisar as características da nova comunidade de fala, a partir dos comentários feitos pelos usuários da página ADPB Oficial, no contexto de uma igreja centenária que não apresenta um modelo enquadrado em assembleias deliberativas com os membros[[8]](#footnote-8) para ouvir as demandas de seus fiéis*. As deliberações existem, porém são pontuais, das quais trataremos no capítulo 4. Nossos objetivos específicos tratam-se de: *(a) analisar se houve ou ainda pode haver mudanças estruturais na instância da ADPB, partindo do ponto de vista de como a liderança está conduzindo esse processo de formação da comunidade de fala e (b) verificar as novas práticas sociais e religiosas entre igreja e membresia a partir do processo de midiatização digital da Assembleia de Deus na Paraíba.*

É importante salientar que, enquanto indivíduos, não apenas recebemos informações mas sim tornamo-nos produtores de conteúdos e interagimos com estes. Vivemos a cultura digital em rede (CASTELLS, 2013). O ciberespaço é o ambiente propício para a produção, circulação, distribuição e recepção de toda a informação que circula no planeta. Segundo Lemos e Lévy (2010), saímos de uma sociedade que possuía apenas um fluxo massivo industrial informacional e agora estamos numa sociedade em que ao fluxo massivo juntam-se funções pós-massivas pós-industriais conversacionais.

Nosso objeto de pesquisa, mesmo sendo recortado a partir de sua ambiência nos dispositivos digitais, também está inserido no campo social da religião, um campo já consolidado na sociedade e caracterizado por sua tradicionalidade, o qual teve de apropriar-se desses espaços comunicacionais, gerando outros fenômenos da comunicação, a partir da utilização dos meios tradicionais e digitais de comunicação, ou seja, tanto a prática religiosa quanto o uso institucional, por parte da liderança e dos fiéis, começaram a ser gerados numa outra ambiência. E foi nessa ambiência que a análise foi feita.

Em resumo, no capítulo 2 abordaremos o conceito central de esfera pública em Habermas (1984) dialogando com a esfera pública conectada no ciberespaço, a partir de conexões caracterizadas muito mais pela interação do que pela participação. Esse elemento é central na sociedade em rede na qual vivemos e esse nosso viver em rede, de acordo com Castells (2013), cria novos espaços de sociabilidade digital.

No capítulo 3, vamos enfatizar uma das ideias da democracia, não aquela do votar e ser votado, mas aquela baseada no regime de argumentação de comunicação racional (SANTOS, 2007). Um processo democrático que corresponde à efetiva participação dos indivíduos nos assuntos públicos (HABERMAS, 2003; ROSENFIELD, 1994). E, para encerrar o capítulo, trabalharemos com o conceito desenvolvido por Agamben (2009), acerca dos dispositivos, sejam eles midiáticos e religiosos.

A complexidade da estrutura administrativa da Assembleia de Deus ficou reservado para o capítulo 4 desta dissertação. Neste, através de um fator cultural específico, e o que Alves (2012) chama de eixo móvel, vamos atentar para as especifidades de uma Assembleia de Deus inserida no contexto de milhões. Cada igreja Assembleia de Deus no Brasil só parece uma com a outra no nome, porém cada uma apresenta seu perfil, de acordo com Correa (2012).

O percurso metodológico da pesquisa ficou para o capítulo 5. Neste, abordaremos como foi feito a análise dos dados coletados, a partir da perspectiva da Etnografia da Fala (HYMES, 1972; MÁXIMO, 2002) e da observação participante (MINAYO, 2010).

Em seguida, estão as análises dos comentários que recortamos na página ADPB Oficial. Além de comentários pontuais, destacamos três eventos comunicacionais, os quais são entendidos como interações proporcionadas por determinados assuntos (MÁXIMO, 2002). Nossa proposta, nesse capítulo, foi analisar as estratégias de fala da comunidade assembleiana que se apropria do espaço digital e institucional. Depois tensionamos nossas análises com os conceitos que embasaram a problemática da pesquisa. Por fim, concluímos com as nossas considerações finais, construindo apontamentos que visam fechar a discussão da problemática desta dissertação.

1. **AMBIENTE DIGITAL: ESPAÇO DE SOCIABILIDADE APROPRIADO POR UMA COMUNIDADE DE FALA**

A fundamentação teórica desta pesquisa envolve elementos que são moduladores e a todo instante estão em operação evidenciando a característica dinâmica do objeto de pesquisa em questão. A esfera pública (HABERMAS, 1984) e Cibercultura (LEMOS E LÉVY, 2010) são conceitos gerais dos quais tentaremos dialogar em todo o trabalho, de modo que não queremos trazê-los enquanto um núcleo duro e sem diálogo com outros elementos da pesquisa, mas como operadores da fundamentação teórica do trabalho. Já outros conceitos como sociabilidade na rede (SIMMEL, 2006; CASTELLS, 2013); apropriação (LACERDA, 2012) e comunidade de fala (MÁXIMO, 2002) são elementos os quais tentaremos destacar mais nesses primeiros capítulos teóricos da dissertação.

A fim de que seja apresentado um diálogo, nesta pesquisa, com a noção de esfera pública enquanto esfera do agir comunicativo, da esfera do dizer e querer ser ouvido, da reivindicação gerada a partir da insatisfação com o Estado e do tornar público aquilo que é dito, faz-se necessário contextualizarmos a noção de esfera pública a partir do seu expoente clássico, Jürgen Habermas (1984). Depois tentaremos diluir esta noção abrangente, para que o nosso objeto tenha uma fundamentação teórica partindo de uma visão macro e atingindo o objetivo micro que nos interessa neste trabalho acadêmico.

### 2.1 - ESFERA PÚBLICA EM HABERMAS

A origem da esfera pública, para Habermas (1984), está situada no século XVIII, quando os salões de café, associações, clubes e outras comunidades vieram a ser o espaço público onde parte da sociedade europeia, especificamente Inglaterra e França, reuniam-se para tratar de assuntos de interesse público e para discutir os novos rumos que a cidade e o país tomariam. Nessa época, os jornais prestavam um serviço exclusivamente político.

Com a ascensão e consolidação do capitalismo, as empresas de comunicação começaram a transformar a notícia em mercadoria, com o objetivo de lucrar. A partir daí, os interesses de mercado do século XIX entraram em conflito com os interesses políticos do século anterior.

A sociedade civil, o mercado e o Estado sempre tiveram seus respectivos interesses, os quais atravessaram as empresas de comunicação, para, enfim, constituir a esfera pública. Porém, na passagem do século XX para o XXI, com a popularização da Internet, posteriormente, com as redes sociais digitais, começou a surgir uma nova esfera pública conectada, da qual falaremos mais adiante.

O filósofo alemão Jürgen Habermas atentou para uma Europa que passou por duas grandes revoluções, a Industrial e a Francesa, resultando no deslocamento do poder central de uma aristocracia para a burguesia e na migração populacional do campo para a cidade.

No livro *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, escrito em 1962, Habermas apresenta o primeiro conceito:

Esfera Pública pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam esta esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio de mercadorias e do trabalho social (HABERMAS, 1984, p. 42).

Na obra do autor, encontramos as características de uma esfera pública contextualizada no recorte habermasiano. Entretanto, destacamos que, sob hipótese alguma, podemos resgatar esse conceito original e aplicarmos ao contexto atual sem que façamos análises e aplicações minuciosas e atentando para as mutações que a cibercultura provocou na contemporaneidade. Deste modo, Habermas (1984) é importante no entendimento de esfera pública por ser o precursor da teoria e por rever seu conceito original, posteriormente, entendendo a mídia como capaz de libertar os processos comunicativos (MAIA, 2014).

Em nossa perspectiva de compreensão do pensamento de Habermas (1984), propomos um exercício de articular seu pensamento com autores que tanto dialogam como criticam o filósofo, dos quais Bernard Miège (2014); Wilson Gomes e Rosiley Maia (2008); Luís Mauro Sá Martino (2014) e Heloísa Matos (2014), os quais facilitam a compreensão e aplicação do conceito original de esfera pública.

Habermas (1984) põe o Agir Comunicativo, sua teoria clássica, como característica principal no processo de formação da esfera pública, considerado-o um espaço de discussão. E essa ação limitava-se à nova classe burguesa, em ascensão na época, que, exercendo a liberdade de expressão em espaços públicos e legitimados, contribuía para a consolidação da democracia em território europeu no século XVIII.

O autor reconheceu a esfera pública hegemônica condicional, pois sua origem foi identificada na indústria jornalística europeia. E depois o próprio autor reconhece que essa esfera hegemônica caminha para algum lugar. Aqui, cabe-nos algumas indagações: Que lugar seria esse? Será que essa hegemonia está se deslocando mesmo de um lugar para outro ou ela está criando microesferas de reprodução de discursos hegemônicos? Uma anotação feita por Miège (2014) refere-se a não ser mais aceitável pensar num espaço público homogêneo e único na atualidade.

Na Europa dos séculos XVIII e XIX, o desenvolvimento da imprensa gerou o contexto ideal de aproximação entre os jornais e os leitores. Como assinala Miège (1999, p. 4), foi essa proximidade que permitiu aos burgueses praticar o “uso público da razão para a argumentação e a troca de opiniões e, assim, criar um espaço de mediação entre o Estado (habituado ao segredo durante a monarquia) e o espaço das vidas privadas”.

A crítica que se faz a Habermas (1984), quando ele escreve sua primeira obra sobre esfera pública, é a de que ele não considerou o potencial midiático, prevendo que a mídia poderia destruir a esfera pública oriunda das conversações e debates. “Habermas revê sua posição e aponta que os meios de comunicação permitem que esferas públicas apareçam através de uma rede virtualmente presente de conteúdos da comunicação que pode se mover no espaço e tempo” (MATOS, 2014, p. 156).

Sabemos que na contemporaneidade a TV ainda é a mídia que possui forte penetração na esfera pública do debate, porém a Internet está para nós como os salões de café europeus estavam para a burguesia, enquanto espaço de reunião e de tomada de decisões, diferenciado da ideologia universal. Porque enquanto as mulheres do século XVIII ainda não possuíam seus direitos e deveres de cidadania, ficando às margens do debate na esfera pública, a Internet apresenta a ideologia do “espaço para todos”, mesmo que na prática, sabemos que esse “todos” têm exceção.

Um dos princípios da cibercultura é a ‘liberação’ da palavra. [...] A transformação da esfera midiática pela liberação da palavra se dá com o surgimento de funções comunicativas pós-massivas que permitem a qualquer pessoa, e não apenas empresas de comunicação, *consumir, produzir e distribuir informação* sob qualquer formato em tempo real e para qualquer lugar do mundo sem ter de movimentar grandes volumes financeiros ou ter de pedir concessão a quem quer que seja. Isso retira das mídias de massa o monopólio na formação da opinião pública e da circulação de informação (LEMOS E LÉVY, 2010, p. 25).

Essa é a grande vantagem da Internet, porque enquanto a mídia de massa precisa de um mediador, um radialista ou jornalista, para a emissão do “verbo”, na Internet, qualquer pessoa que tenha acesso pode produzir conteúdo, seja este de qualquer natureza.

Ainda concordando com Lemos e Lévy (2010, p. 88), “na Internet libera-se a emissão, conecta-se a interesses comunitários e reconfigura-se a esfera pública”. No entanto, isso não é homogêneo. Podemos aqui citar um exemplo que vai à contramão da ideia de Internet, enquanto espaço democrático. Estamos nos referindo às tentativas das empresas de telecomunicações no Brasil de limitar o acesso ao atingir o pacote de dados contratado, ou seja, é a seguinte estratégia: se pagarmos muito, usaremos muito. Mas se pagarmos pouco, pouco também usaremos.

Hoje a esfera pública não está limitada a um lugar específico, ela é um lugar abstrato de interação. Ela não é um local físico de reunião daqueles que se comunicam, mas é a reunião daqueles que se comunicam num determinado local, seja ele numa ambiência física ou digital. Isso a difere um pouco da noção de espaço público, mesmo sendo uma noção bem próxima.

Ao tratarmos de uma esfera pública, que não é dependente do espaço em que ela atua, mas que existe por conta do interesse comum que mantém seus participantes coesos a uma ideia, por exemplo, recorremos a outras ciências para entendermos a noção de sociabilidade e posteriormente, comunidade. Contudo, porém, antes é preciso pontuarmos aqui a noção de cibercultura enquanto ambiente de fluxo da vida social.

### 2.2 - A VIDA EM REDE

Antes da Internet tínhamos “acesso” aos meios tradicionais de comunicação, os quais eram controlados por empresários e pelo próprio Estado dentro de um espectro de poder central. O rádio, a TV e o jornal impresso eram os meios de forte penetração na esfera pública, cuja ordem do debate era pautada pela grande imprensa capitalista e de mercado. O fluxo de informação de tais meios era operado no modelo “um para todos” ou “um-um”, no caso da comunicação individual e “ponto-a-ponto”, cuja referência se dar às cartas e ao próprio telefone.

Porém com o advento e a democratização da Internet e o uso e apropriação das redes sociais digitais, a população agora tem acesso a um ambiente de comunicação autônoma em que o fluxo de informação dá-se no modelo “todos-todos” e preferivelmente “muitos-muitos”, concordando com Wolton (2007).

“As redes sociais da Internet são espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas – que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerces de seu poder”, diz Castells (2013, p. 07), na sua mais recente obra intitulada de *Redes de Indignação e Esperança*.

A Internet nos proporciona viver em rede e não mais apenas na linearidade da comunicação ponto-a-ponto. Viver socialmente em rede significa estar flutuando nas tramas horizontalizadas da Cibercultura.

A cibercultura é uma forma sociocultural que modifica hábitos sociais, práticas de consumo cultural, ritmos de produção e distribuição da informação, criando novas relações no trabalho e no lazer, novas formas de sociabilidade e de comunicação social. Esse conjunto de tecnologias e processos sociais ditam hoje o ritmo das transformações sociais, culturais e políticas nesse início de século XXI. (LEMOS E LÉVY, 2010, p. 22)

A Cibercultura deriva da cibernética, termo cunhado nas origens da informática, que deriva, por sua vez, do grego *tekhné kybernetiké*, a arte/técnica de pilotar, de governar embarcações. E é a partir da etimologia da palavra que Scolari (2008) se refere ao fato de a Cibercultura ser um espaço autônomo que pode ser controlado. No capítulo 6 desta dissertação, vamos mostrar um exemplo de como o Facebook está controlando a comunicação de seus usuários e, particularmente, afetando a esfera pública assembleiana no contexto digital.

No entanto, não é nosso objetivo neste trabalho discutir as visões utópicas e apocalípticas da Cibercultura, mas sim, procurar entender a comunicação dos indivíduos envolvidos no processo digital de uma sociedade em rede.

O especialista Augusto de Franco, no programa CPFL Cultura[[9]](#footnote-9), explicou sobre o que significa viver em rede e viver da rede. Segundo ele, “a mudança não está nos fenômenos sociais, mas as expressões viver em rede e viver da rede estão mudando a natureza daquilo que chamamos de sociedade humana. Logo, a rede não é um atributo da sociedade, ela é a própria sociedade”.

Historicamente, o conceito de rede remonta a França dos séculos XVII e XVIII, quando se constitui o problema em torno das vias de comunicação, da vinculação dos territórios à formação de um espaço nacional. [...] Esboçavam-se os contornos de uma sociedade de fluxo, representada por uma racionalidade e uma ação construídas a partir das metáforas do organismo e do mecanismo (LACERDA, 2004, p. 4)[[10]](#footnote-10)

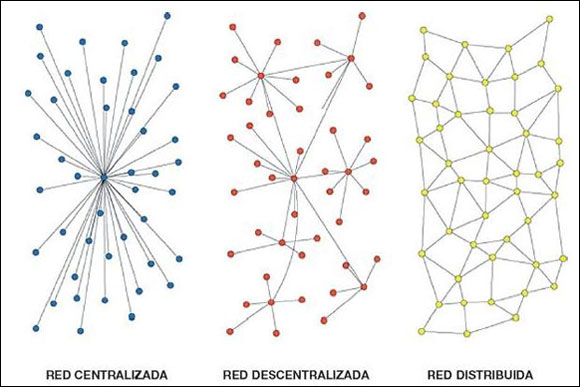
O mundo todo continua em rede. E, ainda, de acordo com Augusto de Franco, “rede é fluxo interativo da convivência social. Se as pessoas interagem, acontece o que chamamos de rede”. A diferença é que agora a interatividade está aumentando, porque dispomos de mais dispositivos que nos proporcionam a transmissão em tempo real, sem distância alguma, ou seja, estamos mais próximos um do outro. As conexões destroem fronteiras e essa conectividade vai muito além dos computadores, *tablets* e *smartphones.* Elas se mostram na formação de novos tipos de pensamento e comportamento humano.

Nesse tipo de interação tudo é construído na medida em que este fenômeno de rede acontece, diferentemente da participação. Quando Habermas (1984) estudou o conceito de esfera pública percebe-se que o funcionamento dessa esfera estava na participação dos indivíduos em discutir assuntos de interesse público. Pra explicarmos melhor essa questão, vamos lembrar também do nascimento da democracia que nasceu no espaço público (*ágora g*rega), porque foi formada uma rede de conversações. Não que esta foi consequência da rede, mas a própria rede criou o ambiente de conversação de assuntos públicos, que antes estavam restritos à esfera fundamentalmente privada. E para ingressar nesta rede democrática era necessário participar dela.

Hoje não basta apenas participar. É necessário interagir. A sociedade em rede não funciona só na base da participação, hoje o que determina este fluxo é a interação, criada a partir da conexão entre indivíduos. E o que acontece na interação é determinado pelo fluxo, sendo este o interativo da convivência social. Acreditamos que a Internet não é só uma rede mundial de computadores como muitos a conhecem, mas também uma rede de pessoas.

Paul Baran (1926-2011), mestre em engenharia pela Universidade da Califórnia em Los Angeles, enquanto trabalhava na *Rand Corporation,* foi designado para desenvolver um sistema de comunicações, que pudesse manter a comunicação entre pontos finais, mesmo durante estragos provocados por um ataque nuclear. Baran e sua equipe prepararam um conjunto de simulação que testava a conectividade básica de um conjunto de *nós* com graus variados de ligação e enfim, resultou no Diagrama de Baran:

Figura 1- Diagrama Baran A, B e C



**Fonte:** (LabF5, 2015)

Ao trazer o Diagrama de Baran para este capítulo não é nosso intuito evidenciar a complexidade das redes, mas apenas apresentá-los de modo que se possa compreender a sociedade em rede a qual vivemos. Lembrando que os pontos que vemos no diagrama são chamados de “*nós*” e as arestas que ligam os pontos são as “conexões”. Baran nos apresenta neste diagrama três tipos de redes: centralizada (A); descentralizada (B) e distribuída (C).

Recuero (2005) nos apresenta a rede social por dois elementos: os atores, que são pessoas, instituições ou grupos; e as conexões. Esses dois elementos formam laços sociais, que por sua vez se constituem em redes sociais.

Voltando ao diagrama de Baran, o funcionamento de instituições, como escola, igreja e até o próprio Estado, podem ser comparadas ao do tipo A e B, redes centralizadas e descentralizadas, respectivamente. Porém, com a democratização da Internet e o avanço das tecnologias de informação e comunicação apareceram as redes distribuídas (C). E a leitura que se faz da rede C é que quanto mais uma estrutura é distribuída, mais conectada ela será. E quanto mais caminhos (conexões) ela tiver, mais interação acontecerá. Ou seja, a questão está na forma de organização das redes. Quando queremos um modo de organização baseado no poder então temos as redes centralizada e descentralizada. Mas quando queremos um modo de organização autônoma, aí sim, temos a distribuída.

Com a rede distribuída não precisamos mais ter uma narrativa ou uma convocatória para reunir as pessoas. Hoje a sociedade está a todo tempo conectada. Não precisa mais, na rede distribuída, da figura tradicional do líder. A rede já existe e as pessoas mobilizam-se naturalmente porque isso é comum na rede. Um caso real desta situação foram as manifestações brasileiras de 2013. O povo saiu às ruas, não por chamamento de um líder sindical ou político qualquer, mas porque já estavam conectadas umas às outras nos sites de redes sociais digitais e, mobilizadas por uma causa sem bandeira específica, ecoou nas ruas o grito de mudança política, econômica, educacional, moral, enfim, social.

O povo hoje vai às ruas por meio de contato no Twitter, Facebook ou outro tipo de mídia social. Porém a vida está mudando não apenas nas manifestações de rua, isto está acontecendo na igreja, na escola, no trabalho, no Estado e em todas as instituições da sociedade.

Concordando com o que Augusto de Franco disse no CPFL Cultura: “quase todas as nossas formas de sociabilidades são em redes distribuídas”. É evidente que este nosso viver em rede cria novos espaços e novas formas de sociabilidade no ambiente digital.

### 2.3 - SOCIABILIDADE NO CIBERESPAÇO

Antes de desenvolvermos o conceito de sociabilidade digital, vamos imaginar uma praça de uma cidade do interior, onde todos estão conversando com seus amigos e parentes. Cada grupo falando de um assunto específico, uns concordando e outros discordando com o assunto que está em pauta. Só se ouve barulho dos falantes e nenhum grupo sabe o que o outro está conversando. A praça, local onde está havendo a conversação, é para nós o ciberespaço. E os falantes da página que estamos pesquisando é apenas um grupo na imensidão que esse espaço comporta. Sabemos que existem vários fatores sociais que unem os relacionamentos humanos, mas aqui discutiremos apenas um deles: a fala, ou melhor, o que é dito.

Por enquanto, é necessário compreendermos que essa comunidade é resultado de um conjunto de práticas que estão vinculados à uma sociabilidade comunicativa, a qual é desenvolvida no ciberespaço. De acordo com Martín-Barbero (2014) a experiência cultural audiovisual, abalada pela revolução digital, aponta para a constituição de novas modalidades de comunidade (artística, científica, cultural) e de uma nova esfera do público.

A noção de comunidade de fala, para Máximo (2002), constitui um instrumento conceitual que possibilita analisar o conjunto de códigos interativos compartilhados pelos participantes de um grupo enquanto regras de uso e interpretação da fala, cujo aprendizado confere a competência comunicativa necessária para interagir nesse grupo e ser considerado membro da ‘comunidade’. “Os *códigos* orientam a *sociabilidade* produzida no espaço social da lista e podem ser interpretados como *regras* através das quais os participantes usam e interpretam as falas nos processos interativos” (MÁXIMO, 2002, p. 170). A lista da qual Máximo (2002) trata é a Cibercultura-L, uma lista que foi criada para tratar de assuntos relativos à Cibercultura no Brasil e no mundo, e que foi seu objeto de pesquisa durante dissertação de Mestrado.

Georg Simmel (2006), um dos clássicos da Sociologia, entende a sociabilidade como parte da interação entre os indivíduos que comporta uma distinção entre forma e conteúdo. Na concepção do autor, os indivíduos tendo diversas motivações (paixões, desejos, etc.), conteúdos da vida social, interagem a partir delas e se transformam em uma unidade. Esses conteúdos isolados não são sociais. Apenas começam a existir quando os indivíduos interagem adotando formas de cooperação e colaboração, de modo que, quanto mais interação existe no mesmo grupo, ele se torna mais social.

Paralelo a sociação, surge o conceito de sociabilidade: visto que a sociedade é a interação com outro para realizar os conteúdos materiais (individuais), e a partir da percepção de que as sociações envolvem, além dos conteúdos, a própria valorização da sociação pelos indivíduos. E as formas que resultam destes processos ganham vida própria, libertas dos conteúdos e existindo por si mesmas, constituindo a sociabilidade, que transforma a sociação em um valor apreciado em si. Em outras palavras, a sociabilidade é a forma lúdica da sociação (SIMMEL, 2006, p. 65)

A sociabilidade comunicativa, seja no ambiente digital ou fora dele, propicia experiências novas e altera as já existentes. “Essa sociabilidade se caracteriza, portanto, em momentos não-institucionais, nas relações banais do cotidiano, marcadas por um conjunto de práticas que escapam ao controle social rígido e enraizadas no presente” (LEMOS *apud* MÁXIMO, 2002, p. 41). Mais do que uma rede de computadores, a Internet se apresenta como um fenômeno social que coloca em cena novos espaços de sociabilidade entre os demais que compõem a vida social contemporânea. Neste caso, a noção de sociabilidade é muito mais ampla do que aquela noção do “estar junto na igreja ou em qualquer outro lugar”, ela refere-se também às práticas cotidianas, às suas estratégias, às suas artes de fazer, ao social vinculado à prática.

As particularidades por temas específicos, dos tais os políticos, econômicos, religiosos e outros, são potencializados pelo fato da Internet ser o espaço de interação social. E essa interação social não é apenas estar junto, pois se no contexto assembleiano ou no contexto de qualquer outra igreja, o pastor convoca os fiéis para estarem juntos para adorarem a Deus em comunidade, a Internet é o próprio ambiente social. A convocatória do pastor para formar comunidade na Internet é inexistente, pois a conexão entre indivíduos no ciberespaço vai muito além do estar junto, a questão é que a sociedade vive esta interação e o ciberespaço deixou de ser um ambiente onde vivíamos um tempo e a hora em que quiséssemos, saíamos dele. Hoje estamos o tempo todo conectados. Não vivemos mais *online* e *offline* durante o dia.

Segundo Rifiotis (2010), estamos *online* o dia inteiro. Hoje não somos a sociedade que faz uso da rede em determinadas situações, mas somos a própria sociedade em rede. E esse viver em rede continua alterando todas as formas de sociabilidades que conhecíamos antes da Internet, novos vínculos estão sendo criados constantemente.

E é por conta das experiências geradas no ciberespaço, corroborando Rifiotis (2010), que esses vínculos são criados gerando a noção de comunidade, na qual se permeia trocas, debates e discursos.

A partir do momento que essas comunidades são criadas no ciberespaço, entra em cena outro elemento, do qual iremos tratar a partir de agora, chamado apropriação. Pelo fato de que o departamento de comunicação da igreja criou a ADPB Oficial com o objetivo principal de divulgar eventos da Assembleia de Deus na Paraíba, logo os usuários da página se apropriaram desta e começaram a dar outros rumos de funcionamento e ordem de discursos para enfim, resultar na comunidade de fala, a qual estamos enfatizando.

### 2.4 - A APROPRIAÇÃO DOS USUÁRIOS DA PÁGINA ADPB OFICIAL

A Internet ampliou a noção de espaço público. Potencializou o alcance do verbo. Com o ciberespaço, o lugar de fala foi ampliado. Não há mais fronteira e limitações, pois fora da Internet esse lugar de fala pode se resumir a quatro paredes de uma sala qualquer, enquanto que nesse ambiente de sociabilidade digital, de esfera pública conectada, o limite somos nós mesmos.

Imagine três fiéis, membros da ADPB, os quais congregam em um determinado templo da Assembleia de Deus em João Pessoa/PB. Em uma oportunidade, os três se encontram após o culto e conversam sobre a necessidade de uma reforma urgente no templo e que algumas questões burocráticas administrativas fazem atrasar o início da reforma. Os três resolvem procurar o pastor-presidente em seu gabinete no templo central da ADPB. O pastor os atende e eles relatam a necessidade de reformar, urgentemente, o templo. E o pastor explica pra eles todo o trâmite para o início da construção, mas garante começar em breve. Enfim, é possível que a reforma termine, e os próprios membros da igreja não fiquem sabendo da reunião que as três pessoas fizeram com o pastor-presidente solicitando urgência pela necessidade extrema do caso.

Agora imagina este mesmo fato da reforma mudando o lugar de fala ou até mesmo acrescentando um outro lugar! Após a reunião com o pastor, uma daquelas três pessoas, insatisfeitas com o resultado da conversa, resolve fazer uma postagem no seu perfil pessoal ou até mesmo comentar em determinada postagem da página da igreja no Facebook, sua indignação com a demora na reforma do templo. Levemos também em conta que é possível publicar o comentário mesmo antes da reunião ou até mesmo sem necessariamente procurar o pastor. Ele comenta, publica e pronto.

É lógico que estamos aqui tratando de uma situação hipotética, mas foi justamente isso que aconteceu com os usuários na página ADPB Oficial, provocados por uma postagem em que mostrava a maquete de reforma no templo central após sua conclusão. A análise dessa postagem reservamos para o capítulo 6.

Assim, a apropriação de usuários nos sites de redes sociais pode gerar a formação de comunidades. Isso significa que a interação gerada entre pessoas na página e a apropriação delas no espaço em que ocorre interação que, aqui, estamos chamando de *espaço de fala*, gerou uma nova comunidade, que também estamos chamando de *comunidade de fala*.

A apropriação do meio *on-line* para a criação de comunidades reais é o que caracteriza a formação das comunidades virtuais. Por isso, a simples junção de membros não determina a formação de uma comunidade, é preciso que haja interação para que essa comunidade seja realmente uma comunidade. Afinal, é a interação que promove a construção social. A troca de informações, ideias, opiniões, etc é o que constitui uma rede, porque uma afeta a outra. E ambas são responsáveis pelo todo da comunidade (MORAIS E LACERDA, 2010, p. 09)

Até hoje, os estudiosos da comunicação debatem sobre os “usos e apropriações” diante das expressões “consumidor ativo” e “consumidor inativo” nas mídias tradicionais, do tipo rádio e TV. Com base em De Certeau (2000), compreendemos que não há uma passividade quando trata-se de consumo, pelo contrário, há um processo de fabricação de estratégias, conforme ele mesmo diz “maneiras de empregar” (ações táticas).

Compreendemos o “uso” como o “emprego habitual” de um objeto ou de uma tecnologia ou de um tipo de discurso; como “aplicação de algo de acordo com sua finalidade”, ou seja, segundo um conjunto de regras e procedimentos para o uso, que requerem certas habilidades e competências de codificação e decodificação (THOMPSON, 2001 a*pud* LACERDA, 2012, p. 02). Enquanto que “apropriação” seria toda e qualquer forma de resistência, de ressignificação de práticas, de tecnologias, de estruturas dominantes que produzam processos de negação da heterogeneidade cultural (MARTÍN-BARBERO, 2004 *apud* LACERDA, 2012, p. 4)

E é a Internet que tem o papel de anular a tradicional dicotomia emissor/receptor e de possibilitar canais de informação e comunicação dialógicos, horizontais e eminentemente democráticos, de acordo com Castells (2003).

O uso e a apropriação das mídias digitais, que no nosso contexto é o Facebook, tanto por parte da instituição quanto por parte dos usuários, tornou-se uma alternativa viável para promoção, resistência e criação desse novo ambiente de fala, gerando as novas formas de socialização das quais já tratamos acima.

No próximo capítulo trabalharemos a noção geral de democracia em Habermas (1984), por entendermos que a Internet proporcionou um novo espaço de fala democrático no contexto assembleiano. Traremos também ao texto o filósofo Giorgio Agamben (2009) para tratarmos dos dispositivos midiáticos e não só os aparelhos tecnológicos, mas a própria instituição assembleiana.

É importante registrar aqui que o diálogo com as teorias apresentadas nos capítulos 2 e 3 deste trabalho, não atende a uma ordem natural de vida dos autores, mas refere-se a um contexto que se inicia com uma visão macro, partindo da noção geral de esfera pública e cibercultura, e depois pontuando com o nosso recorte de pesquisa as noções de democracia e dispositivo. Isso justifica o fato de colocarmos Habermas (1984) neste capítulo e Agamben (2009), com estudos baseados em Focault, o qual veio bem antes de Lemos e Lévy (2010), no capítulo seguinte.

1. **FATORES QUE INFLUENCIAM DIRETAMENTE NA MICROESFERA ASSEMBLEIANA**

### 3.1 – UMA NOÇÃO EQUIVOCADA DE DEMOCRACIA

Escrever sobre democracia, para uma pessoa que nasceu em pleno processo de redemocratização do país, é tentar resgatar um conceito que não lhe é muito familiar na teoria, apenas na prática. Porque sabemos que vivemos em um país democrático pelo fato de exercermos nossa liberdade de expressão e de votarmos livremente em pessoas que podem nos representar nas casas legislativas e nos gabinetes do poder executivo.

É fato que os brasileiros que nasceram a partir de 1985, após uma ditadura militar que durou 21 anos, não sofrem com o temor de um retorno da vivência de um passado sombrio, porém as insatisfações diante do processo de instauração democrática, mesmo com “igualdade de direito político, econômico e social”, são grandes.

Durante o processo de escrita deste capítulo, o Senado Federal instaurou o processo de *impeachment* da, então, presidente Dilma Rousseff, eleita democraticamente em outubro de 2014, e a afastou da presidência, em que assumiu, interinamente, o vice-presidente Michel Temer. Isso gerou uma série de protestos daqueles que entenderam que um possível golpe estava em curso, principalmente com as divulgações telefônicas mantidas pelos ministros empossados pelo presidente Temer. O conteúdo das ligações tratava a respeito da tentativa de barrar a operação Lava Jato, conhecida pelas ações da Polícia Federal, no combate à corrupção. Nas duas primeiras semanas de governo Temer, dois ministros renunciaram o posto e o tema de reviver um passado sombrio voltou à tona.

Qualquer brasileiro nascido antes ou depois de 1985 apresenta, também, suas insatisfações com um país que, por exemplo, um jogador de futebol ganha milhões e um professor de educação básica sofre bastante para sustentar a família. Viver num país onde a corrupção convive instaurada não apenas no governo, mas, muitas vezes, na “genética comportamental” dos brasileiros, é de se indignar e ficar revoltado com os absurdos que vemos e ouvimos nos noticiários impressos, televisivos e radiofônicos.

Porém, isso não foi diferente na época de instauração da República brasileira, havia também insatisfações. Pelo que entendemos, é que as inquietudes cidadãs sempre existiram e ainda continuam a existir em qualquer país democrático. Santos (2007) afirma que em todas as democracias se multiplicam os motivos de descontentamento com o desempenho das instituições. “No Brasil, reclamar da democracia não é manifestação de descrença, mas comunicação de expectativas” (SANTOS, 2007, p. 25).

Democracia não é apenas a ação de sair às ruas para reivindicar nossas indignações, por exemplo. Aquele que apresenta esse pensamento está equivocado em relação ao verdadeiro sentido de democracia. Pois se fosse apenas na base da insatisfação, seria uma democracia baseada em regime de conflitos sociais. Entretanto, estudando o conceito, percebemos que a definição se aprofunda muito mais. Entendemos que existem várias concepções de democracia, até porque muitas leis brasileiras só foram regulamentadas na base do conflito, mas aqui partiremos da ideia de uma democracia enquanto regime de argumentação, de comunicação racional, da ordem da lei e do compromisso.

Mas antes de dialogarmos com Habermas (2003) é importante entendermos a etimologia da palavra “democracia”. O professor de Filosofia, Denis Lerrer Rosenfield (1994), com a sua obra *O que é Democracia*, publicada pela editora Brasiliense, apresenta uma noção básica, porém fundamental, para o entendimento desta forma de governar, ou melhor, forma de governo.

### 3.2 – O QUE É DEMOCRACIA?

Já sabemos que a democracia não é apenas a manifestação pública da reivindicação em si ou a garantia de votar e escolher o seu representante político. Democracia é tudo isso e muito mais.

No ensino fundamental, aprendemos que enquanto a monarquia significa o “governo de um só” e a aristocracia “o governo de alguns”, a democracia logo significa, etimologicamente, o “governo do povo”. Mas aqui surge uma pergunta: “Como o povo governaria para si mesmo?”.

Corroborando com Rosenfield (1994), o sentido original da palavra “democracia” é de uma efetiva participação dos indivíduos nos assuntos públicos, participação efetiva na esfera pública.

Recentemente, em vários países do mundo, aconteceram diversos movimentos sociais, e no Brasil não foi diferente. Castells (2013) nos informa que o movimento no Brasil começou com um grito de indignação contra o aumento do preço dos transportes públicos, chamado Passe Livre. Lógico que foi um movimento que ganhou bastante força por conta da conexão das redes sociais, das quais trataremos mais adiante. Mas chamamos aqui a atenção para o fato, de que milhares e milhares de pessoas saíram de suas casas, cada uma com suas queixas, protestando em favor de uma melhor sociedade. Depois de alguns anos sem muita repercussão, no ano de 2013, presenciamos na prática aquilo que nos proporciona a democracia: a liberdade de se manifestar.

A concepção de liberdade repousa na criação de um espaço comum onde os homens se reúnem para deliberarem juntos sobre seus problemas coletivos, não somente sobre os grandes problemas do Estado, mas sobre tudo o que diz respeito, do bairro à escola, a seus assuntos comuns. Somente assim, podem os indivíduos desligar-se dos seus negócios privados, intervindo na resolução dos problemas da coletividade (ROSENFIELD, 1994, p. 39)

Já é possível entendermos, a partir da leitura de Rosenfield (1994) e de Habermas (2003), cujo tema trataremos no próximo tópico, que a democracia é a garantia, no sentido do direito individual e coletivo, e também a manutenção da liberdade, pois quando a liberdade é cerceada numa sociedade o processo democrático é interrompido.

Após entendermos a ideia original de democracia, agora é importante compreendermos a nossa contemporaneidade com a figura do Estado.

No Estado Moderno, o conceito de democracia sofre aqui um deslocamento que altera o seu sentido, pois, de “organização da polis”, ele se tornou uma forma de governo possível do Estado. O Estado moderno configura historicamente um fenômeno político desconhecido que termina por fazer da democracia uma forma de legitimação do seu próprio poder (ROSENFIELD, 1994, p. 13)

No Brasil, existem eleições a cada dois anos para a escolha de representantes legislativos e executivos, que filiados a um partido, assumem um mandato de quatro anos, com exceção dos senadores que assumem a um mandato de oito anos, para trabalharem em favor do povo. Mas, infelizmente, não é isso que vemos na prática, levando muitas vezes ao descrédito do cidadão pela política. Aqui estamos tratando de uma democracia representativa, aquela que alguém, eleito democraticamente, é designado a representar e todo representante trabalha “em favor de”. Existem elementos que potencializam esse descrédito. Um deles é a própria mídia e o outro é o chamado coeficiente eleitoral, que permite uma pessoa ser eleita, não por maioria absoluta dos votos, mas por questões de legenda. Isso acontece bastante na Câmara Federal.

No entanto, é importante ressaltar que essa democracia representativa não dá subsídios para que aquele que o elegeu, no caso o cidadão brasileiro, afastar-se da esfera pública e se deter à sua vida particular, deixando os assuntos e as decisões públicas em função do representante político. Democracia é viver de acordo com a comunidade justa e virtuosa, e não viver restrito à individualidade.

Estamos em crise. Crise de descrédito. Crise de confiança nas instituições criadas no processo democrático, as quais deveriam garantir os direitos e deveres do cidadão para, enfim, termos uma democracia mais próxima da excelência. Mas estamos longe disso, por conta de um fator chamado mercado.

É a economia o maior imbróglio da democracia representativa, por conta da interferência deste nas raízes do Estado. As casas legislativas tornaram-se espaços de negocições partidárias e econômicas ao invés de ser a grande casa do povo para debates e tomada de decisões para os problemas que assolam a sociedade. A democracia representativa brasileira está em crise.

Assim, o advento de uma sociedade de mercado foi um fator central para o nascimento de novas formas de representação política bem como de novos direitos e liberdades. Isto significa que o espaço econômico do mercado foi o lugar de uma nova instituição do político: a democracia liberal é contemporânea da sociedade de mercado (ROSENFIELD, 1994, p. 29)

No ano de 2008, o mercado financeiro norte-americano entrou em colapso[[11]](#footnote-11), milhares de pessoas perderam suas casas e muitas outras perderam grande parte do valor o qual haviam investido. Os americanos culpam a especulação e a ganância dos especuladores, que não esqueceram de recolher seus bônus milionários, levando as empresas financeiras a cortarem os empréstimos, fechando milhares de firmas, eliminando milhões de empregos e reduzindo profundamente os salários. Foi um verdadeiro abalo econônimo, pois o que restava ao norte-americano eram dívidas, pouco dinheiro e desespero para pagar aos credores. “A parcela da renda americana apropriada pelo 1% mais rico pulou de 9% em 1976 para 23,5% em 2007” (CASTELLS, 2013, p. 117).

“É hora de democracia, não empresariocracia”, era o chamamento dos manifestantes indignados com o rumo que a política norte-americana tomara ao se tornar refém dos milionários, a qual tinham influência no setor político. O governo (situação e oposição) estava rendido ao setor da especulação financeira, e o interesse do bem-estar público estava reservado aos assuntos secundários.

Uma onda de protesto varreu os Estados Unidos durante meses e foi chamado de *Occupy Wall Street*[[12]](#footnote-12). Foram realizados acampamentos, organizaram assembleias gerais e vivenciaram uma nova forma de deliberação e tomada de decisão, na verdade, conectando-se com uma tradição histórica de movimentos liderados por assembleias árabes, européias e por fim, norte-americanas.

O eco das revoltas árabes foi amplificado pelas notícias provenientes da Europa, em particular da Espanha, propondo novas formas de mobilização e organização, com base na experiência da democracia direta, como maneira de aprofundar a demanda por uma verdadeira democracia. Num mundo conectado ao vivo pela internet, cidadãos comprometidos ficaram imediatamente a par de lutas e projetos com os quais podiam se identificar (CASTELLS, 2013, p. 119)

A melhor solução para tirar um país da estagnação política e econômica é a participação e o relacionamento do povo com tal questão. E foi justamente isso que os americanos fizeram: convocaram, via redes sociais, o povo para as ruas, realizaram assembleias deliberativas em praças públicas, fizeram acampamentos e outras ações que alterou a rotina do cidadão norte-americano.

Lógico que tais ações acionaram uma resposta imediata e repressiva do Estado, porém, nem o uso da força estatal, fez com que os manifestantes voltassem para casa, pelo contrário, a cada repressão do Estado mais pessoas se juntavam aos manifestantes para apoiar o movimento.

São induzidos por uma profunda desconfiança nas instituições políticas que administram a sociedade. A conjuminância de degradação das condições materiais de vida e crise de legitimidade dos governantes encarregados de conduzir os assuntos públicos leva as pessoas a tomar as coisas em suas próprias mãos, envolvendo-se na ação coletiva fora dos canais institucionais prescritos para defender suas demandas e, no final, mudar os governantes e até as regras que moldam suas vidas (CASTELLS, 2013, p. 157)

Insatisfeitos com a democracia representativa, os cidadãos recorrem a outras formas de governo. E é neste ponto que nos surge um ponto-chave para discutirmos no próximo tópico: deliberação.

### 3.3 – DEMOCRACIA PARA HABERMAS

Entender a democracia pela via habermasiana é bastante difícil, por conta da complexidade do pensamento filosófico de Habermas (2003). Mas aqui traremos uma noção de democracia como aporte teórico do objeto pesquisado.

O autor ao defini-la, faz partindo de um princípio do direito, o direito de ser igual e livre. A igualdade e a liberdade são duas palavras-chave na manutenção de um processo democrático. É válido registrar que, ao referirmos aqui a democracia, o fazemos com o uso do termo “processo”, por conta das constantes mudanças sociais, políticas e culturais da sociedade democrática.

No livro *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*, Habermas (2003) tem por objetivo estender sua teoria do discurso ao processo de fundamentação de direitos básicos. Procura esclarecer o processo de implementação de direitos básicos no contexto da estrutura da razão comunicativa.

O princípio da democracia explica noutros termos, o sentido performativo da prática de autodeterminação de membros do direito que se reconhecem mutuamente como membros iguais e livres de uma associação estabelecida livremente (...) O princípio da democracia pressupõe preliminarmente a possibilidade da decisão racional de questões práticas, mais precisamente, a possibilidade de todas as fundamentações, a serem realizadas em discursos (e negociações reguladas pelo procedimento), das quais depende a legitimidade das leis (HABERMAS, 2003, p. 242)

Deixando de lado essa questão do princípio legal do direito, focaremos nossa discussão no princípio comunicativo da democracia, pois o próprio Habermas (2003), por entender que a Modernidade é um projeto inacabado, procurou retomar as ideias do tempo moderno com base na razão comunicativa.

Rousiley Maia (2000) mais uma vez nos ajuda a entender esse modelo de democracia estabelecido na teoria habermasiana. Segundo a autora, a teoria é constituída em dois planos, sendo uma distinção e descrição normativa “(a) do processo informal da formação da vontade na esfera pública e (b) da deliberação política, a qual é regulada por procedimentos democráticos e é orientada para a tomada de decisão em sistemas políticos específicos” (MAIA, 2000, p. 3)

Daqui extraímos duas condições necessárias, de acordo com Habermas (2003), para o desenvolvimento de uma esfera pública democrática: vontade e deliberação política. O que o autor quer dizer é que não existe legitimidade democrática, se antes os cidadãos não estejam dispostos a uma vontade política estabelecida no processo comunicativo de formação da opinião. E aqui entramos no que ele tipifica como democracia deliberativa.

É importante para o estabelecimento da democracia deliberativa a condição de igualdade dos cidadãos que a requerem. Não dá para ter deliberação se existe aquele que manda e aquele que, por ter juízo, obedece. Numa democracia representativa até existe a verticalização da liderança, porém quando se trata de deliberação o maior a existir deve ser o processo do qual um debate será instaurado para a resolução do problema. O objetivo maior é o consenso na solução do problema. Porque na deliberação existe a figura daquele que decide, então ele é o único indivíduo que toma as decisões (HABERMAS, 2003).

Porém o governo feito pelo povo e para o povo pressupõe igualdade. É óbvio que a deliberação está presente em qualquer instituição. Quando os deputados e senadores se reúnem em plenárias no Congresso Nacional, eles se usam de um processo de deliberação para a tomada de decisão entre seus pares. A mesma coisa acontece, por exemplo, numa reunião de pastores filiados à Convenção nacional e estadual da Assembleia de Deus. Eles se reúnem e deliberam sobre determinados assuntos em pauta.

A diferença aqui está que na participação da esfera pública, em um exemplo temos um grupo político que nos representam e deliberam sobre determinados assuntos no Congresso Nacional, porém no caso das assembleias realizadas durante o movimento *Occupy Wall Street[[13]](#footnote-13)*, por exemplo, a tal esfera pública não se restringia apenas aos políticos ou parte da população, mas sim a participação de todo e qualquer cidadão. Bastava ter vontade para participar, esse era o único pré-requisito.

O poder político comunicativo, legitimador do sistema político, ocorre nas esferas públicas, proporcionando um processo de deliberação democrática, consubstanciada em espaços comunicativos, de acordo com o próprio Habermas (2003). No contexto social e político, a internet surge como ferramenta de grande potencial para se garantir maior efetividade a este processo de interação, ou melhor, deliberação. As redes sociais, a partir de acontecimentos recentes como as manifestações que ocorreram no mundo, e ainda mais recentemente no Brasil, vêm se demonstrando como eficazes ferramentas democráticas, caracterizando verdadeiras arenas de discussão (ou esferas públicas) de significativo potencial para deliberação e mobilização.

Habermas sustenta que o desabrochar da política deliberativa não depende de uma cidadania capaz de agir coletivamente e sim, da institucionalização dos correspondentes processos e pressupostos comunicacionais, bem como do jogo entre deliberações institucionalizadas e opiniões públicas que se formam de modo informal (MAGRANI, 2014, p. 39)

Já percebemos que a democracia deliberativa é aqui entendida através do modelo comunicativo de democracia habermasiano, com o foco da política baseado no processo argumentativo de formação da opinião e da vontade capaz de orientar as decisões políticas.

A democracia, por sua vez, é um processo, e a participação do cidadão deve acontecer em todas as suas fases, e não ser limitada apenas ao momento da decisão final.

Porém, conforme comentado anteriormente, de que não iríamos nos aprofundar neste campo teórico democrático, mas apenas termos uma noção, é importante agora estudarmos o conceito de dispositivos por meio de Agamben (2009) para fecharmos o capítulo com o tópico de democracia conectada, a qual é a que verdadeiramente nos interessa.

### 3.4 – O DISPOSITIVO ASSEMBLEIA DE DEUS, DE ACORDO COM A DEFINIÇÃO DE AGAMBEN

Escrever sobre “dispositivo” é falar de si mesmo. Porque é algo que está presente em nossa vida cotidiana. Muitas vezes colabora, em outras ocasiões atrapalha. Muitas vezes são ferramentas, em outras ocasiões são armas. Os dispositivos estão presentes em todas as áreas da vida pessoal e coletiva.

Conhecemos o filósofo Agamben através do ensaio *O que é um dispositivo?*, publicado pela editora Argos. Após a leitura, a sensação foi de alívio, pois Agamben (2009) é um teórico que consegue descrever algo tão complexo de forma simples. E o que nos interessa neste momento é o seu conceito.

Ele propõe a palavra “dispositivo” como um termo técnico decisivo na estratégia de pensamento de Michel Foucault:

Dispositivo é um conjunto absolutamente heterogêneo que implica discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas, em resumo: tanto o dito como o não dito. O dispositivo é a rede que se estabelece entre estes elementos. O dispositivo está sempre inscrito num jogo de poder, e ao mesmo tempo, sempre ligado aos limites do saber, que derivam desse e, na mesma medida, condicionam-no. Assim, o dispositivo é: um conjunto de estratégias de relações de força que condicionam certos tipos de saber e por ele são condicionados (FOUCAULT *apud* AGAMBEN, 2009, p. 28)

Pesquisando a origem do termo dispositivo em Foucault, Agamben (2009) chegou à conclusão, a partir da leitura do ensaio de Jean Hyppolite[[14]](#footnote-14), mestre de Foucault, e percebeu que este concentrou sua análise sobre duas obras de Hegel: a primeira é “O espírito do cristianismo e o seu destino” e a segunda, “A positividade da religião cristã”. Segundo Hyppolite, os termos-chave aqui são “destino” e “positividade”, este último era usado por Foucault antes de substituí-lo por dispositivo.

Para Agamben (2009), Foucault não se vale em sua filosofia de termos gerais, do tipo universais, o termo dispositivo, cuja definição não é terminológica, mas sim um termo que foi utilizado para substituir um outro de alcance geral, mesmo que pra Foucault o dispositivo não fosse o indivíduo em si e nem a tecnologia em si mesma, mas a relação estabelecida, ou seja, a rede.

O mestre de Foucault diz que o jovem Hegel, ao usar o termo “positividade” ganhou mais dois: religião natural e religião positiva. Enquanto a religião natural diz respeito à imediata e geral relação da razão humana com o divino, a religião positiva ou histórica compreende o conjunto das crenças, das regras e dos ritos que numa determinada sociedade e num determinado momento histórico são impostos aos indivíduos pelo exterior, de acordo com o que relata Agamben (2009, p. 32):

Se “positividade” é o nome que, segundo Hyppolite, o jovem Hegel dá ao elemento histórico, com toda sua carga de regras, ritos e instituições impostas aos indivíduos por um poder externo, mas que se torna, por assim dizer, interiorizada nos sistemas das crenças e dos sentimentos, então Foucault, tomando emprestado este termo (que se tornará mais tarde “dispositivo”), toma posição em relação a um problema decisivo, que é também o seu problema mais próprio: a relação entre os indivíduos como seres viventes e o elemento histórico, entendendo como este termo o conjunto das instituições, dos processos de subjetivação e das regras em que se concretizam as relações de poder.

Se consultarmos no dicionário Aurélio da língua portuguesa, encontramos uma definição técnica para “dispositivo”. O termo é tido como algo que está para; tem uma função específica, tanto numa Constituição[[15]](#footnote-15), quanto na tecnologia.

Porém não interessa a Agamben (2009) a divisão para definição deste termo. Se o dicionário dividiu foi porque extraiu de uma definição geral, e qual seria esta definição?

Na busca deste conceito maior, Agamben (2009) recorreu à Teologia cristã. Segundo ele, os teólogos buscavam definir a Trindade (Pai, Filho e Espírito Santo) de forma que não transformasse o Cristianismo numa religião politeísta. Foi quando, após muitas resistências, introduziram uma nomenclatura para tratar de administração, era o que do grego podia-se chamar de *oikonomia,* que significa a administração do *oikos*, da casa; gestão. “Deus, quanto ao seu ser e à sua substância, é, certamente, uno; mas quanto à sua *oikonomia,* isto é, ao modo em que administra a sua casa, a sua vida e o mundo que criou, é, ao contrário, tríplice”, diziam os teólogos.

“A *oikonomia* (economia divina) torna-se o dispositivo mediante o qual o dogma trinitário e a ideia de um governo divino providencial do mundo foram introduzidos na fé cristã” (AGAMBEN, 2009, p. 37). Por isso que, no latim, os padres começam a se referir a este termo grego como *dispositio.* De acordo com Agamben (2009), o termo latino *dispositio,* do qual deriva o nosso termo “dispositivo”, vem, portanto, para assumir em si toda a complexa esfera semântica da *oikonomia* teológica.

Os dispositivos de que fala Foucault estão de algum modo conectados com essa herança teológica, e podem ser, de alguma maneira, reconduzidos à fratura que divide e, ao mesmo tempo, “articula em Deus ser e práxis, a natureza ou essência e a operação por meio da qual ele administra e governa o mundo das criaturas” (AGAMBEN, 2009, p. 38)

Essa herança teológica, descritas a partir dos estudos do termo foucaultiano, só reforça a governabilidade (*oikonomia)* do dispositivo na relação com o indivíduo. Este é inserido numa ambiência, no nosso caso a ambiência digital, a qual controla suas ações e deixa ser controlado e coordenado.

Sendo assim, entendemos por dispositivo não só o aparelho celular em si ou o computador que está diante de nós, mas também um conjunto de operações/rede de elementos dos quais também faz parte a materialidade do celular, conforme já dito pelo filósofo.

Chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o Panóptico, as escolas, a confissão, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é num certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – por que não – a própria linguagem, que talvez é o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem se dar conta das conseqüências que se seguiriam – teve a inconsciência de se deixar capturar (AGAMBEN, 2009, p. 41)

Já sabemos que dispositivo não é apenas o celular e a Internet que nos faz conectar em rede e nem apenas seus elementos, mas toda nossa relação tanto com o aparelho, quanto nossas ações nas redes sociais, as estratégias de agir e falar, nossos comentários, a própria página “ADPB Oficial”, as regras que normatizam a página e até a linguagem.

Após definir de forma simples o que é dispositivo, Agamben (2009) começou a trabalhar com outro conceito: o de profanação, que é justamente o oposto de sagrado. E por sagrado ele chama tudo aquilo que é separado da esfera do direito humano, enquanto profano é tudo aquilo que era sagrado e foi restituído ao uso livre dos seres humanos. E essa separação do sagrado dar-se por meio do sacrifício, que o autor chama de dispositivo. E sendo restituído à esfera profana, logo temos o contra-dispositivo, ou seja, a profanação. Porém o contra-dispositivo aqui não nos interessa. O essencial foi entendermos que o dispositivo é sempre uma relação de poder. “Um dispositivo é, portanto, em primeiro lugar, o ponto de ligação de elementos heterogêneos: discursos, sim, mas também os regulamentos, soluções arquitetônicas, decisões administrativas, proposições filosóficas e morais, tecnologias” (CHIGNOLA, 2014, p. 7).

A própria estratégia de fala dos usuários da página ADPB Oficial é um dispositivo. A relação com que os usuários mantêm com o Facebooktambém gera o dispositivo. E dessa relação, como um todo, surgem os ambientes, nos quais trafegamos para exercer nossa liberdade comunicacional, e essa liberdade garante o processo democrático, que já foi comentado nos tópicos deste capítulo.

Partimos agora para o fechamento do capítulo tratando de uma democracia em que todos estão conectados a tudo e a todos. Uma esfera pública “universal”.

### 3.5 – DEMOCRACIA CONECTADA: NOVOS ESPAÇOS COMUNICACIONAIS

Os dispositivos tecnológicos, interativos e multifuncionais, são ferramentas que, frequentemente, são notadas como recursos para o fortalecimento do processo democrático.

As tecnologias da maneira como estão sendo utilizadas têm transformado indivíduos em uma importante fonte de informação, engajamento sociopolítico e controle do poder público, permitindo um maior de empoderamento dos cidadãos para desencadearem processos de transformação social e, ao mesmo tempo, uma maior legitimidade do poder político. (MAGRANI, 2014).

A obra de Magrani[[16]](#footnote-16) estabelece um importante diálogo com a Teoria Democrática. A linha que alguns teóricos vêm fazendo recentemente, para tentar compreender como o conceito de Habermas (1984) sobre esfera pública transforma-se a partir da aparição de uma nova infraestrutura tecnológica que afeta profundamente os processos comunicacionais.

Com as redes sociais da Internet temos um espaço de autonomia. A infraestrutura da Internet ampliou a esfera pública, ou melhor, as esferas públicas, das quais já tratamos no capítulo anterior. Um novo espaço comunicacional surgiu e é possível agora ouvir vozes ecoando com as respectivas insatisfações do povo. As manifestações que aconteceram no Brasil em junho de 2013 e que ainda continuam acontecendo, são reflexos das insatisfações que presenciamos o tempo todo nas redes sociais.

A tecnologia digital, combinada com a infraestrutura da internet, se distingue de maneira substantiva das tradicionais mídias. Trata-se de uma plataforma de comunicação de duas vias, através da qual participantes não são meros receptores passivos de conteúdo. A importância dessas ferramentas digitais é possibilitar a criação de um novo ambiente comunicativo, que permite a qualquer um, a um preço muito mais acessível do que no passado recente, transmitir suas ideias com uma facilidade sem precedentes. Graças a essas características, esse ambiente multiplicou enormemente a criação de novos espaços – esferas – para o debate público e para as questões privadas, com um novo potencial comunicativo. Desta forma, os indivíduos estão tirando vantagem da internet e das ferramentas digitais no exercício de sua cidadania (MAGRANI, 2014, p. 58)

Justamente no dia da escrita deste parágrafo, dia 04 de março de 2016, um fato policial abalou as estruturas da política brasileira e refletiu na rotina diária do cidadão. As redes sociais, portais e os meios de comunicação tradicionais ferveram com a notícia de que o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva estava cumprindo mandado de condução coercitiva para prestar depoimento à Polícia Federal, durante o transcurso da operação Lava Jato, que começou em março de 2014 e até o momento da escrita desta dissertação continuava investigando um esquema bilionário de lavagem de dinheiro e evasão de divisas da PETROBRÁS[[17]](#footnote-17). Nesse dia, a população brasileira assistiu a um grande espetáculo midiático na TV. Fato que gerou repercussão principalmente no Facebook, pois parecia que cada usuário se sentia na obrigação de publicar ou comentar sua visão a respeito da notícia do dia.

No entanto, a notícia não acabou por aí, pois quando se trata de insatisfação com os representantes políticos, uma coisa gera outra. E foi justamente nas redes onde um movimento chamado Brasil Livre, mantendo um perfil no Facebook*[[18]](#footnote-18)* com o mesmo nome, convocava pessoas para repetir o que se viu nas ruas das capitais brasileiras em junho de 2013, porém a chamada pedia antes para curtir[[19]](#footnote-19) a página:

Figura 2 - Imagem de capa da página “Movimento Brasil Livre” no Facebook



**Fonte:** (MBL, 2016)

Os dispositivos midiáticos digitais não são os únicos responsáveis por toda a manifestação que acontece no Brasil, nem, tampouco, na formação da microesfera pública assembleiana da qual pesquisamos, mas a apropriação, o relacionamento do indivíduo, a vontade política de participar, a deliberação, as estratégias estabelecidas no lugar de fala, todo esse conjunto de ações diante do dispositivo tornam a Internet, no nosso caso as redes sociais, um enorme espaço democrático para o exercício da liberdade de expressão e de manifestação diante dos representantes, seja políticos ou até mesmo religiosos, em se tratando de igrejas.

Anos passados, com o poder vertical dos “donos das mídias” muitos cidadãos ficavam reféns dos assuntos que eram publicados e das estratégias da manipulação midiática. Exemplo: se um ouvinte ligasse para uma determinada rádio e reclamasse do prefeito de sua cidade por conta dos buracos existentes na rua, e, caso aquela rádio tivesse um acordo financeiro-político com o prefeito denunciado, o locutor e o operador de áudio davam um jeito de derrubar a ligação do ouvinte que tentava denunciar. É óbvio que essa estratégia antiética ainda existe atualmente, porém hoje há um espaço público híbrido, constituído por redes sociais conectadas, não apenas à indivíduos, mas às redes de cada um deles, que quebrou as barreiras do isolamento social e político, conforme a citação de Magrani (2014, p. 93):

Com características próprias como a descentralização e com grande potencial democrático (grande parte dele ainda a ser constatado empiricamente), as novas tecnologias, encabeçadas pela internet, vêm redefinindo, através de um leque de potencialidades, os direitos relativos à cidadania e à participação política. Este processo dá origem ao que se pode chamar de “tecnopolítica”.

Diante dos dispositivos midiáticos digitais, os indivíduos estão mais politizados e junto com eles, estabelecem uma relação socio-tecno-política. Pois a partir do momento que um usuário da página ADPB Oficial posta um comentário enfatizando a importância em eleger um representante político que faça parte da própria igreja, não existe comentário mais político do que este, por exemplo. Sem citar as suas indagações e insatisfações muitas vezes presenciadas em determinados comentários, do quais analisaremos mais adiante.

Enfim, democracia conectada. Vozes ecoando por toda a parte. Seja nas ruas do país, seja nas redes sociais de cada indivíduo. Deliberação tanto na grande esfera pública e hegemônica quanto nas microesferas públicas que se formam a partir da apropriação dos usuários de cada rede social.

Também são perceptíveis os limites que esta democracia conectada apresenta. Se existem barreiras que impedem o cidadão brasileiro de votar, como a questão da idade, por exemplo, existem barreiras digitais que impedem de um membro da igreja fazer parte de uma nova esfera pública em formação.

Magrani (2014) nos chama atenção para vários fatores que interferem diretamente na esfera pública conectada.

Fatores como a distribuição desigual do acesso, a estrutura altamente fragmentada dos canais, a polarização dos discursos e a crescente apropriação do espaço *on-line* pela lógica do poder estatal e do capital dos mercados, ilustram como a capacidade da internet de expandir a esfera pública é limitada impedindo seu potencial (MAGRANI, 2014, p. 106)

Porém, mesmo com os limites que impedem essa expansão, não é de se descartar o papel fundamental da Internet em fortalecer novas arenas democráticas, mesmo diante de regimes ditatoriais, como foi o caso das revoltas árabes ocorridas a partir do início da segunda década do século XXI.

1. **A COMPLEXIDADE DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA ASSEMBLEIA DE DEUS NA PARAÍBA**

Antes de desmontarmos aqui esse quebra-cabeça é fundamental entender que as Assembleias de Deus no Brasil, enquanto membresia, não participam de nenhuma convenção e nem pertencem a uma rede administrativa centralizada. No entanto, estas fazem parte de Ministérios. Acontece muitas vezes de caminharmos na rua e encontrarmos um templo da Assembleia de Deus, darmos mais alguns passos e encontrarmos outro e continuarmos caminhando encontrando mais templos da Assembleia de Deus. Todas elas partiram de um único tronco fundador, em Belém do Pará, mas ao decorrer dos anos, começaram a aparecer cisões na Assembleia de Deus e foram surgindo os Ministérios. Isso quer dizer que, mesmo tendo o nome Assembleia de Deus, essa denominação mantém uma administração independente, ou seja, cada uma com o seu próprio estatuto, suas normas e regras. De tantos ministérios assembleianos que existem no país, os mais conhecidos são chamados de Madureira e da Missão. A Assembleia de Deus na Paraíba faz parte do Ministério Missão.

As igrejas ADs, diante de todas as transformações ocorridas, passaram a trabalhar com uma administração mesclada de suecos e pastores brasileiros. Dessa forma, surgiram novos rumos e, apesar de todos os esforços para acatar as decisões das Convenções Nacionais anteriores, as ADs não conseguiram trabalhar por muito tempo com a ideia de unidade. A ideia era de um trabalho homogêneo entre os pastores de uma mesma região, mas à medida que os anos passavam, as igrejas ganhavam contornos cada vez mais distintos em seu meio. [...] Além de Manoel Higino, mais um pastor questionou os métodos de trabalho dos missionários suecos. Paulo Leivas Macalão (1903-1932), filho de general, foi o segundo pastor a se desligar das igrejas. Ao contrário de Manoel Higino, que fundou uma nova denominação com o nome diferente, Macalão foi o primeiro a constituir um ministério independente dentro da própria organização, usando o mesmo nome. Naquele momento existia a Assembleia de Deus Ministério Missão, primeira formação, e Assembleia de Deus Ministério Madureira, a segunda vertente da Assembleia liderada por Paulo Leivas Macalão (CORREA, 2012, p. 106)

É importante, antes de iniciar de fato a parte de análise desse trabalho, fazer uma breve contextualização para identificar a igreja tomada neste estudo por objeto de trabalho, pois o que nos interessa é o fato de que a Assembleia de Deus na Paraíba não mantém um modelo específico de deliberações com a membresia, baseado na realização de fóruns de discussão e de assembleias deliberativas com o “membro comum” da instituição, nem na Internet e nem fora dela, para derimir assuntos do funcionamento institucional da igreja.

Quanto ao estatuto da igreja evangélica Assembleia de Deus, o artigo 8º que detalha especificamente os direitos dos membros da igreja, assim está escrito nos incisos I, IV e V:

**Art. 8º** - São direitos dos membros da igreja:

1. Participar das reuniões da igreja;

IV. Participar das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;

V. Votar e ser votado para os diversos cargos previstos no Estatuto, bem como fazer uso da palavra em reuniões de Assembleia Geral (ESTATUTO DA AD, 1999)

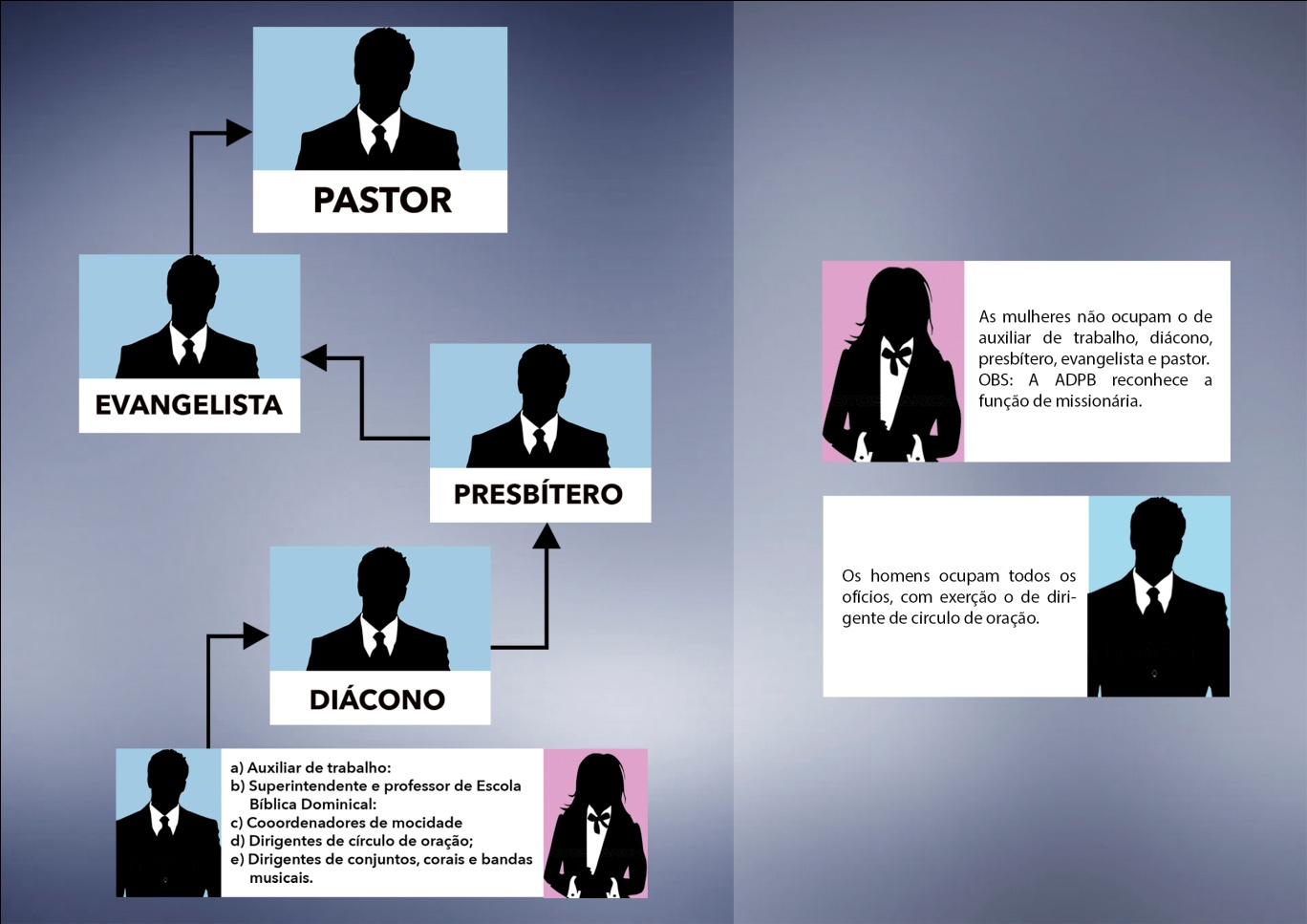
Esse artigo está escrito nas primeiras páginas do estatuto e assegura o direito de voz e voto aos membros assembleianos. É importante registrar aqui que o estatuto não trata de periodicidade de assembleias e nem duração delas. Desde quando começamos a pesquisar a deliberação na Assembleia de Deus na Paraíba, percebemos que existem outras questões pontuais deliberativas na igreja. Segundo o Pr. Eduardo Leandro Alves, secretário executivo de Missões e diretor do Centro de Estudos da Assembleia de Deus na Paraíba, existe um fato de deliberação no contexto da ADPB:

O estatuto não diz de periodicidade de assembleia geral ordinária e nem quantidade de extraordinárias, que são para assuntos muito específicos. No entanto, as ordinárias sempre acontecem em uma parte determinada do culto de final de ano, mas precisamente no dia 31 de dezembro, que é justamente para a posse da diretoria da igreja, aonde aos membros presentes são apresentadas as pessoas que o pastor quer colocar para auxiliá-lo na diretoria, cabendo aos membros aprovar ou não. Isto é estatutariamente registrado todos os anos em cartório e entra como assembleia geral ordinária, pelo fato das pessoas poderem rejeitar ou não a indicação do pastor (informação verbal)[[20]](#footnote-20)

As reuniões do ministério da igreja são exclusivas aos homens, compostas por auxiliares de trabalho, diáconos, presbíteros, evangelistas e pastores. A diretoria da igreja é a instância competente para deliberar todo o funcionamento administrativo da ADPB, junto à presidência da igreja. É por isso que quando ocorrem reuniões com o ministério, a diretoria sempre está presente.

Ainda tratando de normas e regulamentos, vale salientar que a ADPB não reconhece o batismo de crianças. Após ser batizado nas águas, o congregado, adulto e idôneo, seja homem ou mulher, torna-se membro. Na igreja, o homem casado e dependendo da necessidade, também solteiro, membro da igreja, pode ser auxiliar de trabalho. Se esse auxiliar for batizado no Espírito Santo[[21]](#footnote-21), ele pode ser consagrado diácono, depois presbítero, evangelista e pastor. As mulheres não ocupam essas funções, porém desenvolvem trabalhos específicos na instituição.

A figura abaixo mostra a hierarquização ministerial da Assembleia de Deus na Paraíba. Com relação ao ministério, o ofício de diácono é o mais baixo da hierarquia e o pastor ocupa o mais alto ofício ministerial da igreja. É evidente que na ADPB, existem muitos pastores, porém a presidência é ocupada por apenas um deles.



**Fonte:** (Elaborado pelo autor, 2016)

Figura 3 - Estrutura ministerial da ADPB hierarquizada de baixo para cima

Na ADPB, existem vários “tipos” de reunião que tanto os homens quanto as mulheres participam. Para exemplificar, recordamos uma reunião que aconteceu no templo central da ADPB no dia 22 de março de 2016, na qual se reuniram a coordenação da UMAD-PB[[22]](#footnote-22), composta por homens; os coordenadores de mocidade e dirigentes de louvor, representados por ambos os sexos, e ainda as dirigentes de círculos de oração de jovens, cargo ocupado apenas por mulheres.

Outras respectivas lideranças também convocam suas reuniões. Mais um exemplo são as reuniões organizadas pela SEMAD-PB[[23]](#footnote-23), um departamento responsável pelo desenvolvimento do trabalho missionário da igreja, em especial ao que tange a envio e manutenção de missionários em outros países. A SEMAD é liderada por um secretário executivo, que também faz parte da diretoria da igreja; por um 2º secretário de missões e por fim; pelo secretário adjunto. E suas ramificações partem para a estrutura de missionários, reconhecidos pelo trabalho desenvolvido por homens e mulheres; por agentes de missões, responsáveis por fazer o elo entre a secretaria e as congregações da AD em João Pessoa, cuja função é exercida também por homens e mulheres. Ainda tem os mantenedores financeiros desses trabalhos, isto é, da obra missionária, os quais colaboram financeira e voluntariamente com os projetos missionários da igreja.

Existem também as reuniões do departamento de mulheres, conhecido como DEMAD, nas quais a coordenação deste departamento, composto exclusivamente por mulheres, se reúne com as lideranças que trabalham diretamente nas congregações da Assembleia de Deus em João Pessoa. E ainda existem as reuniões de grupos de louvor, conjunto das crianças, coral e ministério local de determinada congregação. Enfim, todo esse detalhamento é necessário para explicarmos as reuniões que acontecem no âmbito institucional assembleiano, com vistas ao desenvolvimento dos departamentos instituídos pela denominação.

No tocante à prática dessas reuniões exemplificadas acima, não há característica de deliberação para os assuntos relacionados ao dia a dia administrativo da denominação. Isso é competência da diretoria.

Outra característica das reuniões da ADPB, é que estas são de natureza informativa. São reuniões das quais os liderados são convocados e naquele horário em que a reunião acontece são repassadas informações decididas anteriormente. Geralmente não existe um processo deliberativo no momento em que a reunião acontece.

O atual diretor administrativo da ADPB, Pr. Carlos José de Oliveira, quando questionado sobre as instâncias deliberativas de que a igreja dispõe, detalha em sua resposta a competência da COMADEP, que é uma instância que cuida dos pastores:

Existe em nossa ADPB, assim como em outros Estados, um órgão regulador que delimita essas deliberações em si tratando de Estado, refiro-me aqui a nossa COMADEP (Convenção de Ministros da Assembleia de Deus no Estado da Paraíba). A mesma disponibiliza de uma diretoria formada por um presidente, dois vice-presidentes, dois secretários e dois tesoureiros. Estes, são responsáveis por ouvir as necessidades de cada cidade em particular via pastores previamente ordenados e autorizados para responder pelas mesmas. Assim também se procede com os pastores que atuam em: municípios, distritos e assentamentos. O processo deliberativo realizado em assembleias ordinárias ou extraordinárias, conforme o caso, dar-se sistematicamente pela exposição de necessidades oriundas dos termos acima mencionados, os pastores locais apresentam as condições de melhorias trazendo concomitantemente seu parecer para a efetivação dessas melhorias, ficando a mercê de uma avaliação para posterior aprovação da mesa diretora, afim de que a mesma sinalize positivamente ou não, as propostas que lhes são apresentadas (informação verbal)[[24]](#footnote-24)

É importante ressaltar que as assembleias convencionais deliberam sobre assuntos da vida ministerial dos ministros, não é competência da COMADEP tratar de assuntos da membresia da igreja.

Na prática de nossa pesquisa, também coletamos uma informação relevante para este estudo. O estatuto da igreja que, atualmente está em vigor, data de 1999 e foi assinado pelo então presidente, Pr. Cícero Raimundo de Lins, já falecido. No estatuto da igreja Assembleia de Deus existem registros de algumas normas convencionais, porém essas normas não gerem a Convenção, porque a COMADEP criou o próprio estatuto, pelo fato de esta ser autônoma no CNPJ e nas suas respectivas deliberações. É óbvio que o estatuto da COMADEP é posterior ao da igreja e a questão pela qual ainda não foram retiradas as informações convencionais que estão descritas no estatuto da igreja é simplesmente pelo fato de que o estatuto só pode ser reformado com uma assembleia de membros.

Em entrevista, ainda, o pastor Carlos José também nos respondeu sobre a participação da membresia, caso houvesse instâncias deliberativas, no entanto, ele reconheceu que a participação dos membros em processos deliberativos é restrita, porque as assembleias das quais ele se referiu são destinadas aos membros com função de ministro.

Quanto a participação da membresia em si, passa a ser extremamente restrita, uma vez que essas assembleias são apenas para ministros, compreendendo aqui, pastores e evangelistas. Em assembleia, portanto, fica inviável a participação de membros desprovidos de cargos ministeriais, encontrando apenas um recurso à parte, que seria o de conduzir em particular suas reivindicações diretamente ao próprio presidente, que apreciará com cuidado tal prática dispensada por um, ou mais membros que o fazem isoladamente (informação verbal)[[25]](#footnote-25)

O pastor se referiu em sua reposta apenas à instância convencional. Diante dessas respostas e ao pesquisarmos a metodologia das reuniões que acontecem com a diretoria da igreja, excluindo aqui a instância convencional, observamos que, após diversas reuniões em que o pastor da igreja repassa as informações necessárias aos seus liderados, o próprio procura saber como determinadas medidas repassadas em reunião estão sendo colocadas em prática. Essa metodologia configura-se numa ação, não registrada em nenhum estatuto, em que a membresia tem a oportunidade de dirimir suas respectivas demandas. Isto é um dos exemplos de recurso à parte do qual o Pr. Carlos José se refere na citação anterior.

Outro caso pontual de deliberação no contexto da ADPB foram as possibilidades do culto administrativo. O próprio pastor-presidente já convocou em plena segunda-feira, dia em que acontece o culto de doutrina no templo central com o maior número de pessoas, a participação dos membros no culto administrativo, que sempre acontecia nas sextas-feiras. Este culto tinha por finalidade repassar uma prestação de contas da igreja aos membros convocados e que estavam presentes. No entanto, era perceptível a ausência de muitos membros no templo, em virtude de estes entenderem que este tipo de culto era bastante exaustivo, por conta dos números que eram repassados pela diretoria. A partir desse comportamento no corpo de membros, foi resolvido que no último mês do ano, convites seriam emitidos para a convocação de membros interessados na prestação de contas da ADPB.

Retomando às questões das reuniões específicas, na figura abaixo coletamos a mesma imagem que foi publicada no Facebook da igreja, tratando de uma reunião convocada pela diretoria da ADPB para repassar informações necessárias ao ministério. O encontro aconteceu no dia 12 de agosto de 2015 e na oportunidade, também foi oficialmente comunicado a posse do pastor José Carlos de Lima como o mais novo presidente da União de Ministros das Assembleias de Deus no Nordeste (UMADENE), sendo, portanto, presidente das três instâncias: da igreja Assembleia de Deus em João Pessoa, que reúne todos os membros da igreja na capital; da COMADEP, convenção composta por pastores e evangelistas do Estado; e da UMADENE, entidade assembleiana que agrega pastores e evangelistas filiados às convenções regionais do Nordeste.

Figura 4 - Reunião entre a diretoria da ADPB e o corpo ministerial da igreja



**Fonte:** (ADPB Oficial, 2015)

Outro elemento a observar está inscrito na comunicação não-verbal presente na denominação. A partir do momento em que o membro ocupa um dos ofícios ministeriais, o uso do paletó e da gravata tornam-se fundamentais nas reuniões e nos cultos. É perceptível na própria foto que um ou outro está sem gravata. Elemento este que o diferencia daquele que não tem cargo algum. Porém vale salientar que não são apenas os auxiliares, diáconos, presbíteros, evangelistas e pastores que usam o paletó e gravata, mas quando trata-se de Assembleia de Deus na Paraíba o paletó, a gravata e a Bíblia na mão são elementos que os diferenciam dos demais evangélicos. Isso não deixa de ser um dispositivo, a partir do conceito de Agamben (2009), o qual está estudamos no capítulo 3, onde percebe-se a presença dos elementos visuais da vestimenta para a autoridade, assim como o sacerdote usa os paramentos[[26]](#footnote-26), no caso da igreja Católica.

Numa reunião como a representada na figura acima, nota-se uma característica interna de esfera discursiva hegemônica em que a diretoria da igreja é o órgão responsável por dialogar com a presidência para chegar às decisões e, juntos, repassá-las aos seus liderados numa reunião formal. Ao ocupar a função nesta reunião tanto de profissional de comunicação quanto de observador-participante, analisando todo o decurso da reunião, a informação institucional esteve presente do início ao fim da reunião.

Quando falamos em esfera dominante, lembramos o surgimento da *ágora* grega, o embrião de esfera pública, a qual era formada apenas por cidadãos, sendo estes tiranos políticos, senhores e homens de posses (poder econômico) que estabeleciam uma relação comunicativa, deixando de lado as mulheres.

Do modelo ministerial da ADPB as mulheres não participam, no entanto, o ministério reconhece o trabalho histórico desenvolvido por elas e reafirma que o crescimento da própria igreja deve muito ao que o Pr. Carlos José de Oliveira chama de “santas mulheres”:

Somos praticamente uma igreja centenária, e ao longo desses anos temos percebido a extrema relevância dos trabalhos executados pelas santas mulheres e mui especialmente dentro de suas especificidades, e isto se dá, notadamente pelo empenho e dedicação que essas mulheres vêm esmerando-se cada vez mais nesses trabalhos, para que o crescimento da obra de Deus em nosso Estado, tenha seu crescimento e evidente proporcionalidade (informação verbal)[[27]](#footnote-27)

Em se tratando do contexto histórico assembleiano, Maria Aparecida O. dos Santos Correa (2012) registra, em tese apresentada ao doutorado em Ciências da Religião, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que nos primeiros dezoito anos da Assembleia de Deus no Brasil, os missionários pioneiros administravam a igreja com base no modelo da igreja Congregacional.

O modelo congregacional é um sistema formado por um conselho de irmãos que reúne todos os membros com poderes de decisão junto ao pastor coordenador. Esse modelo tem como instância máxima a congregação, onde são decididas as questões que envolvem a mesma. Exclui a autoridade do pastor local em suas decisões, o que faz com que todo aspecto de hierarquia desapareça (CORREA, 2012, p. 84)

A autora registra também modelos organizacionais e administrativos de outras igrejas, como por exemplo da Metodista e Anglicana, as quais possuem um sistema episcopal, que confere ao pastor um poder muito forte, tornando-o uma pessoa acima das críticas e de todos. E ela ainda descreve o modelo presbiteriano, baseado no corpo de presbíteros, mas quando trata-se do modelo adotado pelas Assembleias de Deus, CORREA (2012, p. 89) pondera:

Existem igrejas que mesclam algumas características dos modelos citados acima. As ADs são exemplo disso. O modelo congregacional, usado no início da formação das ADs, pode minar a autoridade do pastor local. O episcopal pode concentrar um poder tão grande na mão do pastor, que ele se torna uma pessoa acima da crítica e não presta contas à igreja, [...] O presbiteriano pode criar uma elite dentro da congregação ou da denominação, pois um pequeno grupo decide sobre os demais. Portanto, não há como definir um modelo eclesiástico ideal, pois todos apresentam pontos fortes e fracos.

Muitas pessoas ficam surpresas quando conhecem o funcionamento administrativo de uma igreja. Como exemplo, vamos focar no templo central da Assembleia de Deus na Paraíba. Uma igreja que lidera outras mais de 150 apenas na capital paraibana. É óbvio que cada congregação possui seu respectivo líder com função pastoral, tendo um pastor-presidente e uma diretoria no templo central. As 150 igrejas de João Pessoa/PB encaminham os dízimos e as ofertas, recolhidos nos cultos em cada congregação[[28]](#footnote-28) ao templo central e este dinheiro retorna em ações de construção, reforma, aluguel, pagamento de água e luz... Diante dessa estrutura centralizada existem reuniões entre a diretoria do templo central e os dirigentes de congregação e ainda com o ministério da igreja para a prestação de contas da movimentação financeira da denominação.

Esse funcionamento administrativo da igreja, lógico que é muito mais complexo do que o simples exemplo acima, também a torna, enquanto denominação, naquilo que já entendemos por dispositivo (AGAMBEN, 2009). Achar que a igreja é apenas um ajuntamento de pessoas reunidas em determinados horários da semana, sem perceber que o funcionamento da igreja também é institucional, é um pensamento equivocado.

A igreja possui funcionários, patrimônio, movimentação financeira, estatuto, diretoria, cargos de confiança, eleições para a presidência da igreja, meios de comunicação, projetos sociais e educacionais, enfim, elementos que caracterizam um dispositivo, o qual sempre estabelece uma relação de poder entre a instituição em si e os indivíduos que dela participam.

Parto da premissa de que as relações de poder são constitutivas da sociedade porque aqueles que detêm o poder constroem as instituições segundos seus valores e interesses. O poder é exercido por meio da coerção (o monopólio da violência, legítima ou não, pelo controle do Estado) e/ou pela construção de significado na mente das pessoas, mediante mecanismos de manipulação simbólica (CASTELLS, 2013, p. 10)

Escrever sobre o funcionamento administrativo da Assembleia de Deus na Paraíba é uma tarefa extremamente difícil, por conta da complexidade do fato de esta ser uma igreja que detém o maior número de membros e congregados em todo o Estado e, não só por isso, mas por conta do seu fator histórico. O não reconhecimento de mulheres ocupando ofícios do ministério, por exemplo, não é algo recente da ADPB. A igreja que caminha para seu centenário na Paraíba “ainda preserva os marcos antigos”, frase essa bem disseminada pelo próprio presidente da igreja, Pr. José Carlos de Lima. Isso significa que muitas características presentes na ADPB até hoje são resultados de assembleias deliberativas que aconteceram no decorrer das décadas já passadas.

Não sendo regra da igreja, em anos anteriores as mulheres tinham o costume de sentar numa ala separada dos homens dentro do templo. Como em todo templo evangélico, existem áreas para públicos específicos. O próprio púlpito é o local onde apenas diáconos, presbíteros, evangelistas e pastores podem sentar durante os cultos. Isso não significa dizer que o membro que não detém os ofícios acima não tenha acesso.

A figura a seguir exemplifica bem o que falamos no parágrafo anterior. Uma foto tirada durante um culto no templo central da ADPB. Perceba que na foto é uma mulher quem está falando ao microfone, porém, em segundo plano, só existem homens de paletó e gravata. Mulheres e crianças sobem para falar ou cantar nesse púlpito, mas via de regra não sentam durante a celebração religiosa, exceto em casos específicos, como no aniversário do pastor da igreja, onde ele e os demais pastores sentaram no púlpito ao lado de suas respectivas mulheres.

Figura 5 - Púlpito do templo sede da ADPB durante uma celebração religiosa

****

**Fonte:** (ADPB Oficial, 2015)

O secretário de Missões da ADPB, Eduardo Leandro Alves (2012), concluiu a dissertação de mestrado em Teologia abordando dois eixos presentes no desenvolvimento da Assembleia de Deus no Brasil, fruto do pentecostalismo clássico[[29]](#footnote-29): o eixo fixo e o eixo móvel.

**Fonte:** (ADPB, 2015)

É digno de nota, no caso dos membros da Assembleia de Deus, citar que o indivíduo ao chegar à cidade, acompanhando a urbanização do país, ao participar de uma comunidade pentecostal também assumia laços de “pertença”. Pertencendo a esse grupo, todo membro de uma igreja Assembleia de Deus ao viajar a uma outra cidade, mesmo a outro Estado, portando uma “carta de recomendação” da igreja de origem é recebido como alguém da “família da fé”. Ao chegar a essa nova cidade, mesmo em um contexto cultural diferente onde o eixo móvel se moveu para se aproximar da cultura local, encontra, por outro lado, o eixo teológico fixo mantido nos hinos da Harpa Cristã, nas práticas litúrgicas fundamentais (Santa Ceia, batismo, cultos de oração e ensino, escola dominical, grupos de jovens, círculo de oração e obreiros, por exemplo) (ALVES, 2012, p. 68)

É justamente por conta desse eixo móvel, o qual nos referimos aqui o tempo todo à ADPB, de características singulares, que existe um templo da Assembleia de Deus em cada cidade deste país.

E por estar diretamente ligado ao fator cultural, que move as características que já citamos anteriormente, esse eixo móvel também pode nos dar subsídios ao querer compreender o uso do paletó e da gravata até nas reuniões de obreiros. No entanto, essa é uma característica pontual, que não nos acrescenta muita coisa no entendimento da esfera pública conectada. De antemão, essa característica no ambiente digital é anulada.

O eixo móvel é um dos fatores importantes no entedimento do processo de midiatização da igreja. Conforme já citamos na introdução desta dissertação, a ADPB era bastante cética com relação à TV, hoje ela percebe a comunicação e o uso institucional dos dispositivos midiáticos como um bem necessário, de acordo com as palavras do Pr. Carlos José:

Nossa percepção em relação à comunicação interna e externa da igreja é que a comunicação tem sido um instrumento de cunho pedagógico transformador, e necessário por demais para os nossos dias, de maneira que não se concebe em nosso contexto a ausência desse mecanismo que muito tem auxiliado na expansão do reino de Deus. Portanto, nossa avaliação para com a comunicação é afirmar sem sombras de dúvidas que é um bem necessário e muito bem-vindo (informação verbal)[[30]](#footnote-30)

É evidente que esse processo de midiatização da igreja é por conta do processo de midiatização da própria sociedade. A igreja, enquanto comunidade religiosa, comporta as pessoas da sociedade. As pessoas estão usando as redes sociais e é perceptível que essas pessoas também estão dentro da igreja e se isso influencia a vida delas, automaticamente vai influenciar a vida da igreja.

E agora o ambiente digital da igreja no Facebook configura-se como um novo espaço de diálogo dentro da instituição assembleiana, pois desde a apropriação dos usuários da página ADPB Oficial nunca houve um espaço tão democrático e carregado de inquietudes e que, aos poucos, caminha para o reconhecimento da esfera responsável por tomar as decisões na igreja.

E foi a Internet, aliada à apropriação dos usuários da página, quem proporciou à Assembleia de Deus na Paraíba uma possibilidade de um ambiente mais amplo para aquilo que enxergamos como possíveis considerações na tomada de decisões institucionais. É fato que outro elemento que acabou interferindo nessa contribuição que resultou na formação de uma esfera pública do agir comunicativo foi a característica da Assembleia de Deus de possuir um modelo que lhe é peculiar, ora centraliza as decisões ora traz à tona processos deliberativos bastante específicos.

1. **PERCURSO METODOLÓGICO**

O caminho metodológico é um percurso criterioso e desafiador, pois segundo Thiollent (2011, p. 32) “a metodologia, além de uma disciplina que estuda métodos, também é considerada como modo de conduzir a pesquisa, sendo base para o pesquisador na sua orientação quanto à estrutura”.

Nossa análise foi delimitada na modalidade comunicativa dos textos, escritos a partir da interação dos usuários com a postagem compartilhada na página ADPB Oficial. Ao escrever qualquer texto, o autor ocupa um lugar específico de fala e se utiliza de estratégias que envolvem códigos que são compartilhados pelos demais participantes do grupo. Os pentecostais assembleianos apresentam uma linguagem que lhes é própria e esses códigos só são conhecidos por quem está envolvido diretamente no ambiente da denominação assembleiana e são eles os responsáveis por orientar as relações sociais. Pois segundo Reid (1994) a linguagem não é apenas parte da comunicação, mas é ela quem fornece o contexto da interação.

É importante registrar aqui que os assembleianos não distinguem esses códigos por ambientes. As estratégias de fala que se dão no contexto *offline* são também muitas vezes utilizadas nas estratégias do ambiente digital.

Para análise dos comentários selecionados na página, optou-se pelo ponto de vista etnográfico. Pois “a etnografia é a arte e a ciência de descrever um grupo humano, suas instituições, seus comportamentos, suas produções e crenças”, conceito este desenvolvido por Angrosino (2009, p. 30). A etnografia é um método conduzido no espaço de ação onde as pessoas ou grupo se encontram. Deste modo, resolvemos trabalhar essa metodologia, porque esta aponta para os laços de sociabilidade num processo de autorregulação e de compartilhamento de códigos de fala, entre os usuários que seguem a ADPB Oficial, o qual foi analisado na sua dinâmica.

Por conta disto, em acordo com o orientador desta pesquisa, resolvemos abordá-la com as lentes da Etnografia da Fala (HYMES, 1972), já que analisamos os comentários feitos pelos usuários que seguem a página como eventos comunicativos, governados por um sistema de linguagem próprio da comunidade de fala assembleiana, unificando-os em suas práticas sociais e comunicacionais.

A Etnografia da Fala, mais comumente chamada de Etnografia da Comunicação, impulsionada por Dell Hymes na década de 60 e por ele definida da seguinte forma: ‘A etnografia da fala está preocupada com as situações, os padrões e funções da fala enquanto uma atividade no seu próprio registro’. (Hymes, 1962, p. 101). Ou seja, tal abordagem está preocupada em investigar os padrões comunicativos e as maneiras de falar de um determinado grupo e compreender como estes se inter-relacionam com outros aspectos da cultura. Parte-se do princípio de que qualquer padrão comunicativo estará sempre relacionado com o contexto no qual foi produzido (Saville-Troike, 1982 *apud* Máximo, 2002, p. 75)

No trabalho de dissertação de Mestrado, Máximo (2002), analisando os códigos de fala compartilhados entre os participantes da lista eletrônica Cibercultura-L, uma lista que foi criada para tratar de assuntos relativos à Cibercultura no Brasil e no mundo, chegou a conceituar um evento comunicativo como o compartilhamento de códigos e regras de fala específicas, que se desenvolve em torno de um tópico. E foi com a abordagem da Etnografia da Fala que compreendemos as particularidades estratégicas dos usuários da página ADPB Oficial. Essas estratégias são responsáveis por manter o relacionamento entre os fiéis.

Entende-se por maneiras, ou modos de fala tudo o que há de regular no comportamento comunicativo dentro de uma comunidade. Identificar as maneiras de fala de uma comunidade específica permite desvendar a competência que capacita seus membros a conduzir e interpretar a fala: eis o problema fundamental da etnografia da fala (HYMES, 1972 *apud* MÁXIMO, 2002, p. 76)

Os dados de nossa pesquisa foram coletados por meio da técnica de observação direta, na qual foram observados os conteúdos de cada comentário das postagens na página que os usuários mais se envolveram. Foram selecionados os comentários os quais os usuários se posicionaram a respeito de determinado assunto, seja solicitando algo, seja a favor ou contra. Assuntos sobre presença de políticos na igreja, construção e reforma de templos e acomodação durante eventos realizados no templo central são assuntos que movimentam a página e, consequentemente, foram analisados. As postagensque não têm nenhum comentário ou comentários que fogem a essa possibilidade de esfera pública (HABERMAS, 1984), no contexto assembleiano, não foram selecionadas e nem analisadas. Como foi o exemplo da postagem da figura a seguir. Observe que a postagem se tratou de uma ação evangelística e cidadã da igreja em sair do templo e ir à rua no dia 07 de setembro de 2015! Os membros que comentaram não se apropriaram da postagem para debater sobre ter “um Brasil mais justo para as nossas famílias”.

Figura 6 - Exemplo de comentários não selecionados na pesquisa



**Fonte:** (ADPB Oficial, 2015)

Tendo em mente a afirmação de Angrosino (2009, p. 53), “que a observação participante não é propriamente uma técnica de coletar dados, mas sim o papel adotado pelo etnógrafo para facilitar sua coleta de dados”, trabalhamos com a observação participante, mantendo o contato direto, frequente e prolongado no ambiente do qual os usuários provocam e são provocados à fala. A observação participante envolve o pesquisador simultaneamente tanto na recolha de dados quanto nas análises, conforme evidencia Martins (2009, p. 87):

A Observação Participante (OP) é uma técnica comum de pesquisa para coleta de informações, dados e evidências nos estudos sobre Antropologia, originada a partir de experiências de campo de Malinowski, autor clássico desse campo de conhecimento. [...] A OP é uma modalidade especial de observação na qual o pesquisador não é apenas um observador passivo. Ao contrário, o pesquisador pode assumir uma variedade de funções e de fato participar dos eventos e situações que estão sendo observados.

A inserção do pesquisador no campo está relacionada às diferentes situações da observação participante por este desejada. De acordo com Minayo (2010), de um lado temos a sua participação plena, caracterizada por um envolvimento por inteiro em todas as dimensões de vida do grupo a ser estudado. De outro, observamos um distanciamento total de participação da vida do grupo, tendo como prioridade somente a observação. Sabemos que comentários no Facebook são ações comuns encontradas em qualquer página ou perfil, mas, justamente, por estarmos absolutamente envolvidos na causa e no contexto institucional da Assembleia de Deus na Paraíba, é possível perceber o processo e práticas sociais com que a igreja está passando por conta dessas ações de práticas comunicacionais na rede. É lógico que, o envolvimento do pesquisador não pode ofuscar seu ponto de vista crítico em relação ao objeto de pesquisa, no entanto, esse envolvimento é importante porque temos a possibilidade de obter um resultado de pesquisa distante daquilo que podemos criticar sem realmente conhecer o funcionamento do objeto. É preciso conhecer, e esse conhecimento é sinônimo de envolvimento, antes mesmo da crítica.

Acompanhamos os comentários de cada postagem desde setembro de 2015, mas foi na primeira semana de maio de 2016, precisamente nos oito primeiros dias do mês, que fizemos a coleta de dados na página, sendo encerradas neste período a observação dos comentários na página.

A partir da observação participante fomos selecionando as postagens nas quais havia mais interação dos usuários, a partir dos comentários. É óbvio que curtidas e compartilhamentos também são ações que reforçam o engajamento da postagem junto aos seguidores, no entanto, nosso olhar voltou-se apenas para os comentários, por entender que a maior referência da esfera pública conectada está na fala e os comentários dos usuários apresentam uma característica de oralidade.

A observação vai evoluindo de uma fase mais descritiva no início, em que o observador vai procurar ganhar uma “vista global” do que ali acontece, assim obtendo uma perspectiva geral dos aspectos sociais, das interações e do que acontece em campo, a que se seguirão momentos de observação focalizada, focando em determinadas situações e/ou acontecimentos. Por último, a observação selectiva, depois das várias observações em campo, já no decurso da elaboração do relatório (CORREIA, 2009, p. 1)

Conforme registramos no capítulo anterior, optou-se também pela elaboração de questionários de pesquisa com pessoas capacitadas a responder pela instituição: diretor administrativo da igreja, Pr. Carlos José de Oliveira (Apêndice A), secretário executivo de missões, Pr. Eduardo Leandro Alves (Apêndice B) e diretor de comunicação e arte, Jesiel Claudino (Apêndice C). Ressaltamos que nenhum questionário é ideal para obter todas as informações necessárias a um estudo, pois de acordo com Rea (2000), todos têm vantagens e falhas, nesse intuito “o pesquisador precisa usar de experiência e critério profissional na construção de uma série de perguntas que maximizem as vantagens e minimizem as desvantagens em potencial”. Os questionários foram elaborados com o objetivo de ouvir o posicionamento da igreja, já que os comentários analisados afetam diretamente a instituição.

Dito isto, é necessária a ressalva de que tentaremos evitar uma análise com críticas vazias à instituição e nem tampouco uma escrita de “louvor” à Assembleia de Deus. Nosso intuito é contribuir com o campo acadêmico e tão logo com à instituição que aos poucos vem reconhecendo o campo da comunicação como útil para sua expansão cristã e para a interação com seu público de pertença.

Por estar absolutamente envolvido no contexto assembleiano, seja por ser membro da igreja, seja por fazer parte da comunicação, enquanto jornalista, isso interferiu, tanto contribuindo, quanto trazendo alguns problemas pontuais.

Com relação à contribuição, conseguimos perceber o que nenhum pesquisador, estando fora da instituição, conseguiria entender. Em contrapartida, nos deparamos com situações que iriam diretamente ao posicionamento doutrinário da igreja e tais questões trariam um problema, enquanto membro e profissional. Para equilibrar as tomadas de decisões e a abordagem de cada capítulo, este trabalho foi acompanhado de perto pelo orientador da pesquisa, que nos trazia o olhar de uma análise acadêmica, e também pelo pastor e diretor do centro de educação da Assembleia de Deus, que tem uma visão mais institucionalizada, porém não ignora os métodos e análise do trabalho científico.

1. **ANÁLISE DOS COMENTÁRIOS DOS USUÁRIOS DA PÁGINA ADPB OFICIAL**

No contexto da ADPB sempre foi habitual um membro reclamar de um determinado pastor; fazer possíveis pedidos de reforma no templo onde ele congrega; de discordar de determinada atitude da liderança. Mas em toda a história da igreja, esse “dizer do fiel” nunca se tornou tão público como tem se tornado agora com o uso das redes sociais. Antes, qualquer membro que quisesse reclamar à liderança a respeito de qualquer assunto, teria de procurar o pastor, por exemplo, no gabinete pastoral e conversar nos horários em que este estivesse disponível. E ainda continua dessa forma, porém, esse mesmo membro também faz isso a hora que quiser nas redes, basta “deslocar sua palavra” para a página oficial da igreja no Facebook e postar no espaço reservado aos comentários de uma postagem adequada ao assunto. A ação comunicacional acontece, a questão está no usuário ser atendido ou não, a partir de seu comentário na página.

Nossa intenção aqui não é criticar a igreja Assembleia de Deus na Paraíba, pelo contrário, a proposta deste capítulo de análises é apresentar as características de uma comunidade de fala que surgiu no ambiente digital, inserida no contexto de uma igreja centenária que não apresenta um modelo específico de assembleia deliberativa com os membros, conforme já vimos no capítulo 4. Para o cumprimento da tarefa, trataremos os comentários como eventos comunicativos, sempre relacionados a um assunto específico, no qual os usuários concordam ou discordam, seja em parte ou totalmente, e apresentam suas respectivas estratégias, ocupando seu lugar de fala e compartilhando códigos específicos (MÁXIMO, 2002). Códigos esses que fazem parte do contexto de fala da comunidade assembleiana como um todo, dos tais: “a paz do Senhor”, “vigia”, “amém”, “irmão e irmã”, “ô glória” e outros que veremos nos comentários abaixo.

O fato de ser um dos administradores da página interferiu diretamente na percepção dos dados coletados durante a pesquisa, pois somos nós mesmos quem criamos conteúdo para a página. Algumas vezes sob orientação da liderança da igreja, outras sob nossa criatividade. No entanto, esse envolvimento com a ADPB Oficial nos proporcionou fazermos uma análise mais cuidadosa das características da comunidade de fala assembleiana presente no Facebook.

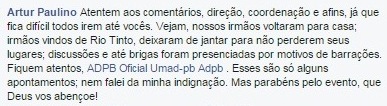
## 6.1 – CARACTERÍSTICAS DA COMUNIDADE DE FALA

## 6.1.1 - Petições online pelos membros e atribuição de valor à página

É possível ver no conjunto das falas coletadas, que a comunidade de fala desenvolve várias estratégias para convencer a liderança da igreja de que aquelas falas devem ser levadas em conta, tendo em vista a distância ou impossibilidade ou inexistência de lugar específico em que os fiéis possam apontar a insatisfação sobre fatos ocorridos.

A União de Mocidade da Assembleia de Deus organizou um grande evento para a juventude. O evento que foi entitulado de “Celebração” aconteceu dos dias 12 a 15 de novembro de 2015. Com programação de cantores e pastores convidados, o templo central da ADPB, local de realização do evento, que tem capacidade para mais de 2.000 pessoas sentadas, ficou lotado todos os dias. Porém a última noite do evento, aguardava uma presença de público bem maior, também por conta da participação de um cantor bastante conhecido entre os assembleianos. E foi justamente isso que aconteceu, o templo ficou superlotado, a ponto de fecharem as portas antes mesmo do culto começar. Até o próprio pastor da igreja teve dificuldades de entrar no templo. Consequentemente, isso gerou uma série de comentários nos perfis de quem postava foto do evento no Facebook. Quando a igreja publicou uma nota na página, pedindo desculpas por não acomodar todo o público dentro do templo, os membros se apropriaram do assunto, e pediram a atenção da liderança para os comentários que estavam sendo postados.

**Figura 7** - Usuário chama atenção da direção da igreja para os comentários da página



**Fonte:** (ADPB, 2015)

A página ADPB Oficial representa a imagem da instituição assembleiana nas redes sociais digitais, até porque, de todos os perfis mantidos pela igreja, o Facebook é o mais atualizado. Isso quer dizer que, por se tratar de um dispositivo midiático, conforme Agamben (2009), a igreja precisa planejar os conteúdos publicados. E, principalmente, pelo fato dos membros encararem a página como um espaço em que eles atribuem valor pela marca. Existem muitas páginas no Facebook com o nome de Assembleia de Deus, no entanto, a ADPB Oficial já se tornou um espaço que os membros reconhecem e esperam que a liderança perceba este espaço como tal.

Figura 8 - Usuário atribui valor à página da igreja no Facebook



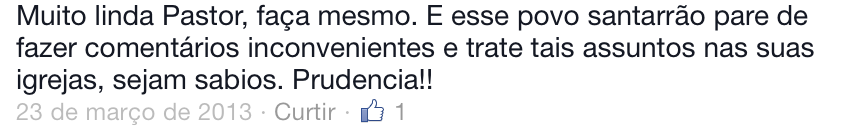
**Fonte:** (ADPB Oficial, 2014)

O comentário tratou-se de uma postagem reproduzida na página relacionada a uma suposta profecia recebida pelo então candidado à Presidência da República, Eduardo Campos, na Assembleia de Deus em Abreu e Lima/PE, no ano de 2014. No entanto, o pastor da igreja de Abreu e Lima, imediatamente publicou uma nota que foi reproduzida pela ADPB Oficial desmentindo o fato. A partir desse momento, a equipe de comunicação da igreja decidiu publicar apenas assuntos relacionados à própria igreja Assembleia de Deus na Paraíba.

Atualmente, a equipe de comunicação acompanha de perto os comentários na página e, quando há conflito, uma ação de resposta é ativada. Depois de avaliar o impacto causado pelos seguidores da página, a partir de uma postagem, a equipe pratica ações de acordo com orientações da liderança da igreja, seja respondendo cada usuário envolvido no evento comunicativo, seja desativando a postagem e elaborando uma nota oficial.

A esfera pública precisa ser reconhecida e legitimada. Pois no contexto de Habermas (2003) busca mostrar que a democracia, num contexto pluralista, depende, de um lado, da institucionalização das condições necessárias e dos procedimentos para o estabelecimento da comunicação entre os cidadãos e, de outro lado, da interpenetração entre a tomada de decisão institucionalizada e a opinião pública constituída de modo informal, mas, ainda assim, racionalizada. Após apresentarmos as principais características da comunidade de fala, abordaremos em um tópico o ponto de vista da igreja, de como a liderança está percebendo esse processo comunicacional na página.

Figura 9 - Usuário pede ao pastor para ignorar opiniões contrárias à reforma do templo



**Fonte:** (ADPB Oficial, 2013)

Esse comentário se refere ao debate que foi iniciado a partir da postagem de uma possível reforma no templo central da ADPB. Alguns membros parabenizaram o projeto, porém, muitos membros trouxeram à tona problemas específicos de suas congregações. Tal comentário é mais um que faz referência ao espaço digital da página ADPB como um ambiente público, conforme Habermas (1984) define a esfera pública como a reunião de pessoas privadas reunidas em um público. Não é nossa intensão discutir neste ponto a questão da deliberação, no entanto, o comentário acima nos faz perceber que existem pessoas que evitam comentar determinados asssuntos na página, por entender que a opinião pública gera polêmicas, por conta da apropriação dos membros em publicizar casos que, segundo elas, podem ser resolvidos na esfera privada.

## 6.1.2 – A “voz e vez” das mulheres

A ADPB Oficial é uma página seguida, até o momento desta escrita, por mais de 13 mil pessoas[[31]](#footnote-31). Do total de pessoas que seguem a página, 55% são mulheres, das quais o maior público entre elas são jovens de 18 a 24 anos, compreendendo 17% do total feminino[[32]](#footnote-32). Para exemplificar, durante o mês de março de 2016, as mulheres foram as que mais curtiram, comentaram ou compartilharam as publicações da página ADPB Oficial, compreendendo 62% das pessoas que se envolveram em alguma atividade.

Agora sabemos que as mulheres representam a maior parcela, tanto na instituição quanto no ambiente digital assembleiano, o importante está em perceber que na instância ministerial da igreja, a mulher não tem direito a voz e voto, porém no ambiente digital assembleiano, são elas as que mais se envolvem nas atividades, exercendo o direito de fala nos comentários de postagens que, se não estivessem no ambiente digital, seriam assuntos destinados apenas ao ministério da igreja. Isso significa dizer que, assuntos quando migram para o *online* podem também quebrar determinados padrões estabelecidos historicamente na instituição assembleiana. Dialogando com Agamben (2009), é um dispositivo que opera em função do outro, mas também opera contra, no sentido de alterar, os padrões do outro. O Facebook, enquanto dispositivo midiático, opera em função de e molda alguns padrões estabelecidos no dispositivo Assembleia de Deus, enquanto suas regras ministeriais.

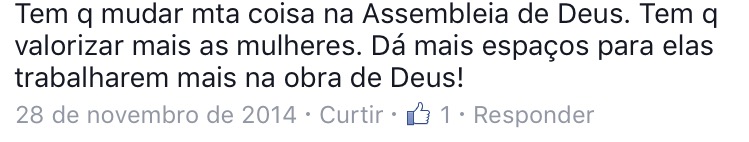


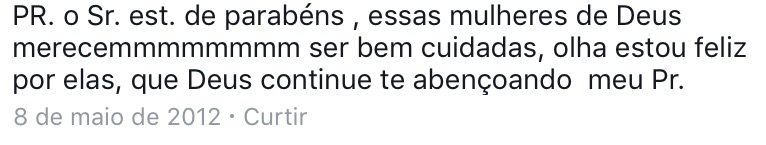
Figura 10 - Usuária solicita mais espaço para as mulheres

**Fonte:** (ADPB Oficial, 2014)

Esse comentário também pode ser um exemplo concreto da caracterítica das petições *online* da ADPB Oficial, a qual enfatizamos acima, mas resolvemos abordá-lo na característica da voz das mulheres, por ser um pedido feito por uma mulher em solicitação de mais espaços para o público feminino. Esse recorte da página também já sinaliza para uma possível mudança de prática social através da microesfera pública conectada, a qual corresponde a um dos objetivos que propomos trabalhar aqui em nossa pesquisa. Percebemos que o processo de midiatização alterou a própria prática comunicacional das mulheres na igreja, pois estamos tratando aqui de uma comunidade de fala composta por mulheres que exigem mais espaços na instituição, enquanto que no ambiente *offline* esse tipo de pedido é praticamente inexistente.

Não dá pra pensar, nos dias de hoje, a ausência das mulheres na esfera pública como acontecia no tempo da *ágora* grega. Demorou, mas com o decorrer dos anos, as mulheres foram conquistando espaços na sociedade, no Estado e na igreja, este último ainda com ressalvas em se tratando de Assembleia de Deus na Paraíba. É importante contextualizar aqui que, no período de escrita deste parágrafo, repercutia no país a notícia de ausência de mulheres como titulares na equipe ministerial do presidente interino Michel Temer, o qual assumiu a vaga durante o período de afastamento da presidente Dilma, a primeira mulher a assumir a presidência, eleita pelo povo brasileiro. As mulheres ainda têm muitos espaços a conquistar, mas especificamente em nossa pesquisa, o que interessa é que elas já representam a maior parcela conectada na microesfera pública assembleiana e não é só isso, são elas quem mais exercem o direito de fala na comunidade a qual pesquisamos. Quando Castells (2013) afirma que as redes sociais da Internet estão muito além do controle de governos e empresas, trazendo a discussão para o nosso recorte de pesquisa, a Assembleia de Deus, enquanto instituição, não permite o direito de voz e voto às mulheres no ministério, mas no ambiente digital ocorre justamente o contrário, as mulheres falam mais e ainda se envolvem em assuntos ministeriais, que fora da Internet, são reservados aos homens. Na comunidade de fala, elas pedem, exigem e parabenizam quando a liderança da igreja faz algo em prol delas:

Figura 11 - O reconhecimento do público feminino

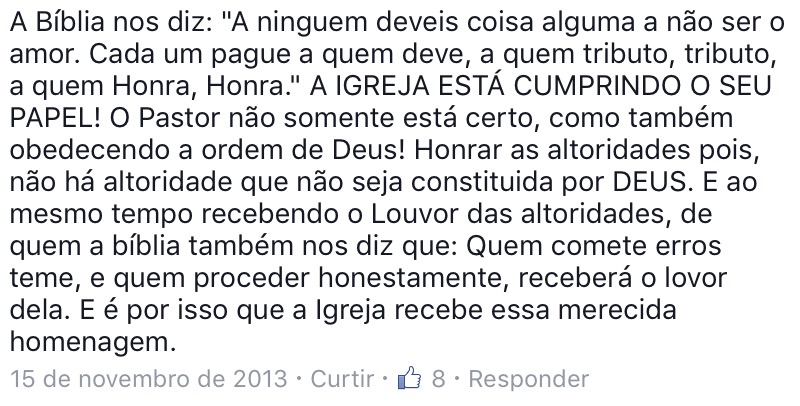


**Fonte:** (ADPB Oficial, 2012)

## 6.1.3 – Debate com apropriações da Palavra de Deus

O tipo de interação presente nos comentários da página funciona nos moldes comparados a de um clube, no qual existe uma associação de interesses comuns compartilhados. Pois, muitos fatos ocorrem no ambiente fora da Internet, mas é inteiramente discutido no ambiente *online.* É aqui onde também encontramos a formação de uma nova comunidade de fala no contexto assembleiano, a partir do conceito de Máximo (2002), que trata o conjunto de códigos interativoscompartilhados pelos participantes de um grupo enquanto regras de uso e interpretação da fala. Essa interação no ciberespaço é configurada pela sociabilidade (SIMMEL, 2006) que, através do interesse comum e compartilhado, coloca os usuários em pé de igualdade depois de um conflito gerado pela insatisfação do membro em não participar de um evento dentro do templo, por exemplo.

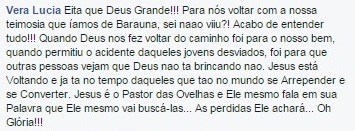
Figura 12 - Membro agradece a Deus por não participar do evento



**Fonte:** (ADPB Oficial, 2015)

A expressão “Jesus está voltando” é um código bastante conhecido pelos assembleinos. Essa expressão é uma das que mais aparecem nos comentários das postagens. O discurso espiritual está sempre presente nas falas da comunidade assembleiana e isso não é diferente na ADPB Oficial. Os usuários se apropriam (MORAIS E LACERDA, 2010) da própria Bíblia Sagrada para compor os modos de fala de acusações e defesas. Há um jeito próprio de dizer apropriado da Palavra de Deus a fim de construir uma narrativa mais próxima de um debate, sem acusações e palavrões.

Figura 13 - Membro se apropria da Palavra de Deus para defender atitude do pastor



**Fonte:** (ADPB, 2013)

Já destacamos que a Assembleia de Deus é a maior igreja do Estado em número de fiéis, por conta disso, muitos políticos da região se apropriam das festividades que a igreja organiza para estarem presentes nesses eventos. Durante a campanha eleitoral muitos candidatos aparecem no templo central desejosos de obter o apoio dos assembleianos, no entanto, o presidente da igreja não se posiciona politicamente por entender que a decisão política deve partir de cada cidadão e a igreja não deve interferir, mesmo que a conscientização do “crente vota em crente” aconteça em um momento ou outro na fala do pastor durante o processo eleitoral.

A presença dos candidatos, a um mandato na esfera legislativa ou executiva, no templo, não gera repercussão entre os membros da igreja, pois a decisão do pastor da igreja é de não dar oportunidade aos candidatos de usarem o púlpito para falar. Porém se o agente público exerce um mandato no Executivo, seja prefeito ou governador, o pastor da igreja pode facultar a oportunidade para a fala, por compreender que a autoridade política também é instituída por Deus e não há autoridade que não venha de Deus, tendo como base o versículo bíblico da primeira carta de Paulo aos Romanos, capítulo 13.

O altar do templo, como é conhecido pelos assembleianos, é a plataforma onde o ministério da igreja ocupa os assentos. Esta plataforma possui um piso de nível superior ao restante do templo, para que todo o público possa presenciar quem esteja falando ou cantando. O púlpito é uma plataforma que fica no altar para que as pessoas possam fazer uso do microfone ao dirigir-se a igreja. O púlpito é o lugar legitimado de fala no templo de qualquer Assembleia de Deus. Trazendo esse exemplo para tensionar com o conceito de Agamben (2009), percebemos a operação novamente da noção de dispositivo. O púlpito é pensado como um lugar específico de fala onde não pode-se dizer o quer e nem pode ser usado por qualquer pessoa, pois existem regras, conceitos e formas. E durante o culto, o dirigente é o responsável por facultar as oportunidades aos membros da igreja. Neste caso, o dispositivo não atua apenas na linguagem falada no púlpito, mas em todos os elementos que fazem parte do contexto institucional e religioso. Assim como no ambiente digital, a operação de dispositivo mostra-se bem visível. No templo físico, o dispositivo atua como orientador das normas, condutas, linguagens e membresia.

Em muitos templos da denominação assembleiana existe o que é conhecido por ante-púlpito, espaço intermediário entre o altar e o piso restante do templo e normalmente é um espaço mais acessível do que o próprio altar. É no ante-púlpito que as autoridades da sociedade ocupam seus assentos, em lugares antes reservados pelos diáconos da igreja.

E quando o pastor dá oportunidade para o prefeito ou governador falar no púlpito, por exemplo, essa prática divide os membros da igreja em seus pontos de vista. Enquanto uns concordam com o pastor outros discordam por entender que o púlpito da igreja só deve ser usado por evangélicos e o pastor não deve jamais entregá-lo a um político.

E foi isso que aconteceu em um dos dias de festividade dos 95 anos da Assembleia de Deus na Paraíba. Por tratar-se de uma festa histórica para a denominação, diversas autoridades estavam presentes. Dentre elas, o prefeito da capital que teve a oportunidade de homenagear a igreja por seus 95 anos e falar da relevância da instituição no contexto social, conforme vemos na figura abaixo:

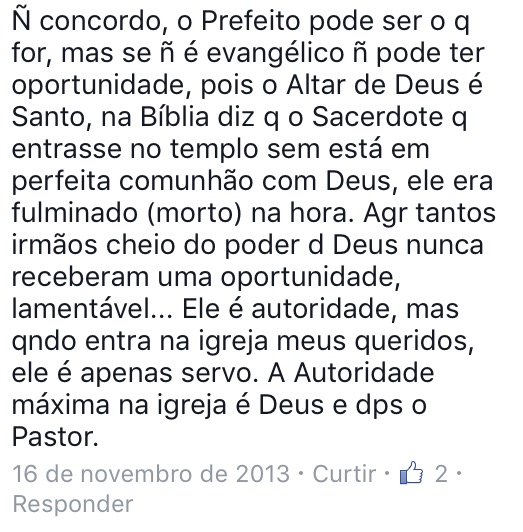
Figura 14 - Prefeito usa púlpito do templo central para falar aos fiéis



**Fonte:** (ADPB Oficial, 2013)

O debate do “concordo” e “não concordo”, sem necessariamente um debate do interesse coletivo, que atenda às questões institucionais, no nosso da caso da igreja em questão, não faz parte da esfera pública idealizada por Habermas (1984). Aqui por tratar-se da presença de uma autoridade política no templo não significa dizer que aqueles que são contrários à fala do político são membros da esfera pública, pois na visão de Habermas (1984) os que assim procedem reividicam a esfera pública regulamentada pela autoridade, mas contra a própria autoridade. Especificamente, o autor referiu-se às pessoas que se reuniam nos salões de café europeus para debater assuntos de interesse da sociedade que iam de encontro aos interesses da monarquia. Esse recorte de comentários está mais para uma interação a partir dos pontos-de-vistas dos membros da igreja do que necessariamente para configurar-se uma microesfera pública do debate institucional.

Figura 15 - Membros estabelecem um modo de debater sem agressão verbal



### Usuários discutem a presença de Luciano Cartaxo no templo.jpg

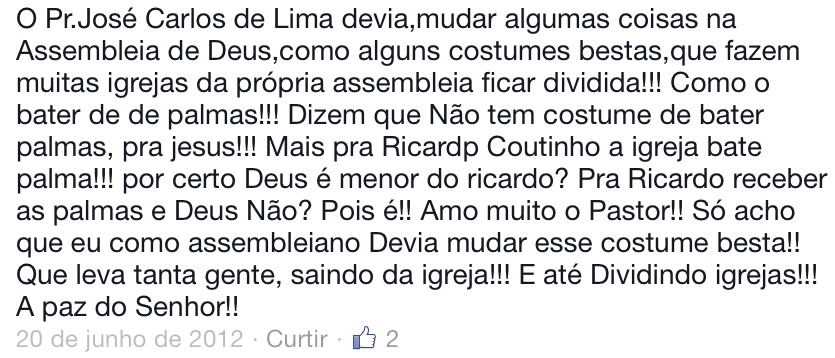
### FullSizeRender (9).jpg

**Fonte:** (ADPB Oficial, 2013)

## 6.1.4 – Reconhecimento e críticas à própria autoridade

A comunidade de fala assembleiana no Facebook reproduz o discurso de reconhecimento à autoridade eclesiástica. São centenas de comentários de apoio ao pastor da igreja, porém as críticas à liderança tornaram públicos os discursos que trafegavam apenas na esfera privada. O ciberespaço oferece um ambiente que algumas vezes, de acordo com a apropriação dos usuários, caminha para embates de acusações e defesas, com um jeito próprio de falar, conforme vimos na característica anterior, principalmente quando se trata da hierarquia. Pois se considerarmos a hierarquia como a ordem que evita o caos no funcionamento administrativo e religioso dentro da igreja, no ciberespaço, a hierarquia perde seu poder. Para explicitar essa questão na própria página ADPB Oficial fizemos um recorte de uma postagem em que o usuário se apropria do espaço digital para criticar a instituição em consequência à postura do pastor.

Figura 16 - Usuário critica o “não bater palmas para Jesus”



**Fonte:** (ADPB Oficial, 2012)

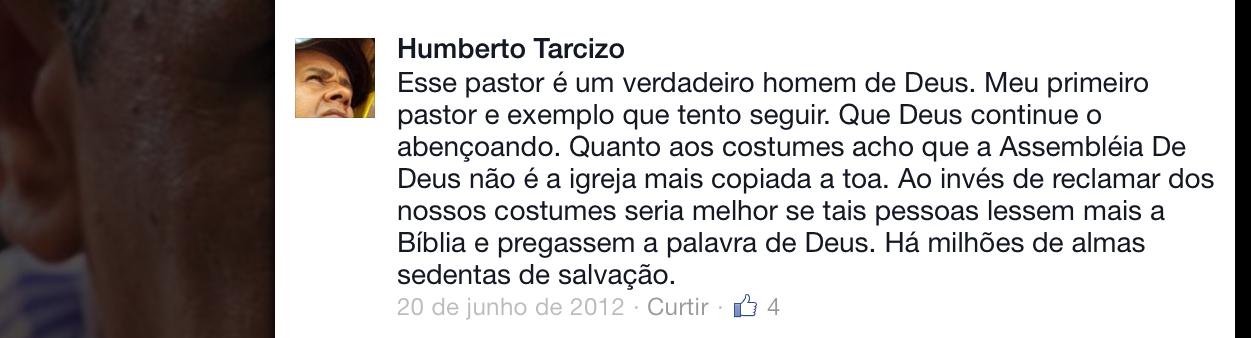
Uma das características da comunidade de fala assembleiana presentes no ambiente digital é a publicização de críticas ao que os membros da igreja chamam de “usos e costumes”. É recorrente na página, alguns comentários de usuários que se apropriam do uso da expressão “Deus”, como fez o usário da figura anterior, para a argumentação dos seus pontos-de-vistas acerca de determinados “comportamentos” institucionais. Com relação a esse tipo de assunto, não existe diálogo com a liderança da ADPB. O próprio pastor José Carlos de Lima, em reunião com os dirigentes de congregação no dia 03 de abril de 2016, se posicionou em relação a esses comentários que chegaram ao seu conhecimento:

Aqui nós não vamos modificar nada. Recebemos a igreja dos pastores que passaram por aqui. Permaneceremos cumprindo a Bíblia e a norma doutrinária da igreja. Falo isso porque muitos irmãos me perguntam: ‘Pastor, porque o senhor não permite bater palmas na igreja?’ E eu respondo: ‘Meu irmão, não foi isso que meus pastores e professores de Escola Dominical me ensinaram. Portanto, tudo vai permanecer do jeito que está’ (informação verbal)[[33]](#footnote-33)

A figura de pastor é entendida pelos assembleianos como o “anjo da igreja”, ou seja, pessoa designada por Deus para cuidar das ovelhas (fiéis) com amor e repreensão, quando necessário. Com relação à figura pastoral, além da interação dos usuários, encontramos exemplos típicos de elogios e acusações. Entendemos que comentários deste tipo estão longe de serem ingredientes da esfera pública pensada por Habermas (1984), mas o que nos chama atenção é o fato de que a Internet é um espaço de comunicação autônoma (CASTELLS, 2013), onde se diz o que bem entender, mesmo que depois o usuário se responsabilize pelo que escreveu. A Cibercultura possibilitou essa autonomia, pela liberação da palavra, conforme Lemos e Lévy (2010).

Mesmo inserida num ambiente plural, as páginas no Facebook se configuram como espaços de domínio e discurso institucional, como é o caso da página ADPB Oficial. Inserida no ciberespaço, os membros que se apropriam dela apresentam estratégias de fala do corporativismo religioso. Enfim, o assembleiano em si já é militante ao defender sua bandeira denominacional. E a comunidade a qual pesquisamos, apresenta essas características de reprodução de discurso de defesa institucional.

Figura 17 - Membros reconhecem e criticam a liderança da igreja







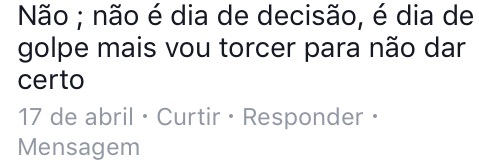


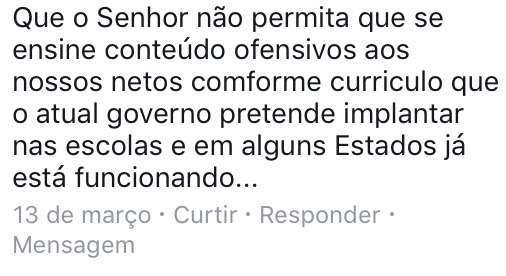
**Fonte:** (ADPB Oficial, 2012)

Esses comentários reforçam a autonomia comunicacional da comunidade de fala, pois enquanto os usários que estão na página criticam o pastor, por exemplo, outros o defendem e ainda exigem respeito. Com relação às críticas, no contexto assembleiano, isso é natural pelo fato de que cada pastor apresenta sua forma de trabalho, isso sempre agrada a uns, no entanto desagrada a outros. Nossa análise se insere na percepção de que o ambiente digital assembleiano é um ambiente democrático imposto pelos próprios usuários, cuja característica específica é precisamente a aceitação do conflito e a discussão sobre a institucionalidade da igreja. Assim sendo, a comunidade de fala traz à tona um movimento de expansão das suas liberdades, corroborando com Rosenfield (1994) quando trata de democracia. Mas também registramos que essa característica é apenas um fator que compõe a verdadeira concepção de democracia, pois Habermas (2003) busca mostrar que a democracia também depende da tomada de decisão institucionalizada e da opinião pública constituída de modo informal, que é o caso das opiniões presentes na página.

Vale aqui uma ressalva de que comunicação da página ADPB Oficial não se limita apenas à igreja e ao pastor. A comunidade de fala que pesquisamos é uma comunidade ativa, formada por indivíduos, que podemos chamar de atores sociais, os quais fazem partem da igreja e ao mesmo tempo são cidadãos. A igreja é resultado da sociedade, porque ela é a própria sociedade. Como exemplo disso, durante a votação do processo de *Impeachment* da presidente Dilma Rousseff, foram postados na página alguns *banners* relativos à convocação de oração pelo Brasil. Os membros aceitaram fazer a oração, mas não deixaram de se posicionar diante do cenário político brasileiro.

Figura 18 - Membros comentam sobre política nacional



****

**Fonte:** (ADPB Oficial, 2016)

A microesfera pública assembleiana, no ambiente digital, não se restringe apenas aos assuntos religiosos, ela também opera em função do assunto público, sendo essa a característica necessária para o engajamento no assunto ou evento comunicativo, como estamos denomimando aqui. Podemos estabelecer um diálogo com a visão de Habermas (2003), quando descreve a esfera pública como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões como um todo.

## 6.1.5 – Deliberação ou interação?

A Assembleia de Deus na Paraíba completou 95 anos em 2013 e foi publicada na página ADPB Oficial uma foto que se refere ao projeto de reforma no templo central da ADPB, o qual foi construído na década de 1970. A imagem gerou uma repercussão que fugiu ao controle do departamento de comunicação, que na época, não dispunha da análise de métricas para acompanhar o engajamento dos usuários. O Facebook, enquanto dispositivo midiático, interferiu diretamente no debate pelo fato de ser uma imagem, tipo de publicação que provoca mais engajamento na página. Se no lugar da foto, fosse postado um link de uma matéria falando sobre essa reforma não resultaria em muitos comentários, pelo fato do link fazer com que o usuário tenha muito mais esforço ao ler a matéria. Mas um breve texto e a foto dentro do Facebook alterou a configuração de uso pelas pessoas que foram alcançadas pela postagem. Seja na linguagem, seja no tipo de postagem e até no funcionamento orgânico do Facebook, o dispositivo opera o tempo inteiro no uso e nas estratégias da comunidade de fala, conforme Agamben (2009).

Ainda não se pode afirmar que a página é uma instância deliberativa. Ela está mais para um dispositivo midiático-conversacional, nos ditames de Braga (2011), o qual trabalha com a noção de dispositivos interacionais como matrizes elaboradas na prática social que viabilizam episódios interacionais e são tensionadas por estes. Existem movimentos sociais que criam no Facebook um fórum deliberativo, mas eles assumem enquanto tal. Para a ADPB, é impossível pensar que o ambiente digital é um lugar de deliberação, mas é um lugar onde os fiéis se manifestam publicamente. A seguir analisaremos um episódio interacional a partir da seguinte postagem:

Figura 19 - Imagem de reforma na construção do templo central da ADPB

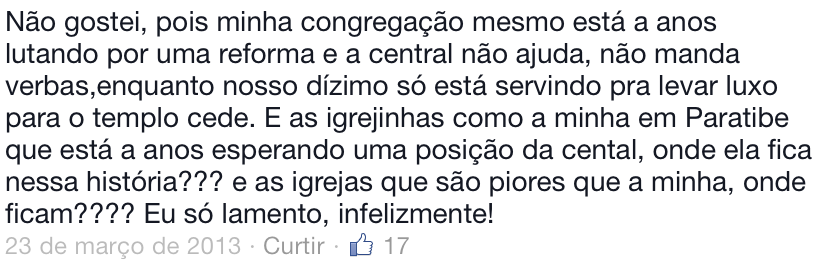


**Fonte:** (ADPB Oficial, 2013)

**Fonte:** (ADPB, 2016)

Essa postagem feita pelo departamento de comunicação da igreja gerou uma série de conflitos a favor e contra a reforma na construção do templo sede, no entanto, diferentemente de muitas interações que normalmente ocorrem na página, esse evento comunicativo resultou num debate que caminhou para uma discussão de interesse institucional trazendo à tona problemas, cuja resolução cabia à diretoria da igreja. Pois o debate abriu espaço para que os membros, que congregam em outros templos da Assembleia de Deus em João Pessoa, cobrassem mais atenção da liderança no sentido de investir nas congregações. A mesma foto foi disponibilizada aos membros da igreja no ambiente *off* e no *online.* No primeiro foi produzido um mural com as três fotos dos templos-sede, desde a fundação da igreja. O mural foi feito para disponibilizar aos membros os valores arrecadados durante a campanha para reforma do templo, em comemoração ao centenário da igreja que será em 2018. No ambiente digital, a foto foi postada apenas no Facebook*.* Enquanto que no primeiro ambiente, os membros se apropriaram de cenário para tirar fotos ao lado do painel, no segundo ambiente a apropriação dos usuários foi de expor suas respectivas opiniões diante do contexto assembleiano local. O departamento de comunicação da ADPB não fez a postagem com a intenção de polemizar. Porém, a apropriação (MORAIS E LACERDA, 2010) dos usuários na página fez com que o evento comunicativo percorresse outros caminhos chegando ao ponto de dividir opiniões e apresentar problemas locais em determinadas situações de templos que, segundo os membros que se posicionaram nos comentários, não estavam sendo priorizados pela liderança.

Figura 20 - Membro reclama de reforma no templo central em detrimento das congregações



**Fonte:** (ADPB Oficial, 2013)

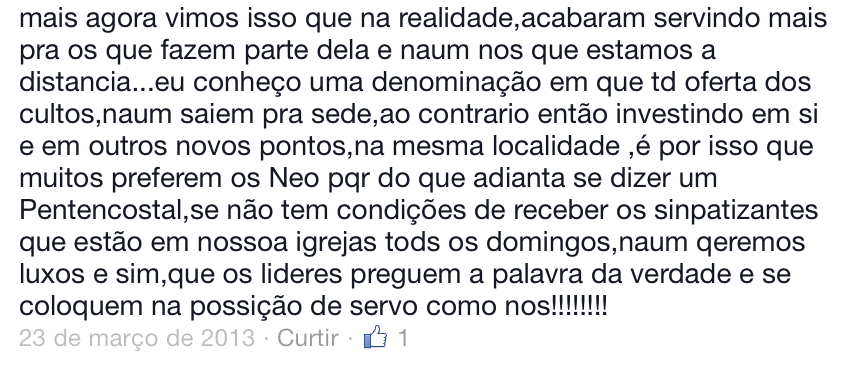
O funcionamento administrativo centralizado da ADPB gera alguns conflitos na falta de entendimento dos próprios membros. A pessoa que fez o comentário acima ocupa o lugar de fala daqueles que acreditam que a arrecadação financeira da congregação deve ser administrada pela própria congregação. Um sistema que não faz o tipo administrativo da Assembleia de Deus em todo o Brasil, conforme já vimos no capítulo 4. O usuário usa o termo “igrejinhas” se referindo às congregações.

A função de uma diretoria administrativa no templo central configura-se numa estrutura centralizadora. O diretor administrativo da ADPB é a pessoa responsável, junto com uma equipe de tesoureiros, pelo funcionamento financeiro da denominação em toda a capital paraibana. Exemplificando, o dinheiro recolhido pelos diáconos, através dos dízimos e ofertas dos fiéis, é encaminhado ao tesoureiro, que trabalha diretamente ligado ao dirigente da congregação. Após fechar o relatório e descontar as despesas necessárias e autorizadas para a manutenção do templo, o tesoureiro encaminha o valor ao templo central, que de acordo com a necessidade, direciona os respectivos valores para toda a estrutura administrativa, dentre estas a compra de terrenos e casas, pagamentos de aluguéis de imóveis, folha de funcionários e outros pagamentos.

O culto administrativo nas Assembleias de Deus é o meio necessário para a prestação de contas aos membros ligados à denominação. Todos os anos, sempre em dezembro, a diretoria da ADPB faz uma reunião para divulgar os detalhes do que foi arrecadado e gasto durante os meses de janeiro a novembro do corrente ano.

Diferentemente das igrejas neopentecostais, a Assembleia de Deus não prega a Teologia da Prosperidade. A liderança acredita que o dízimo é uma questão bíblica, por isso deve ser ensinado e incentivado. E por falar em Neopentecotalismo[[34]](#footnote-34), alguns assembleianos até comparam o funcionamento da igreja Universal do Reino de Deus, por exemplo, com a Assembleia de Deus, porém são igrejas totalmente diferentes.

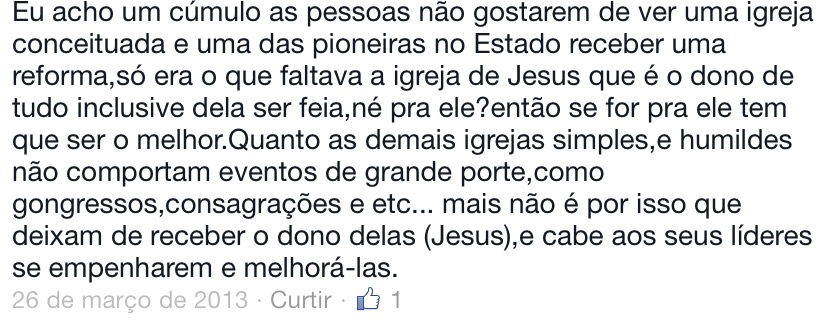
Figura 21 - Usuário associa Pentecostalismo à estrutura administrativa

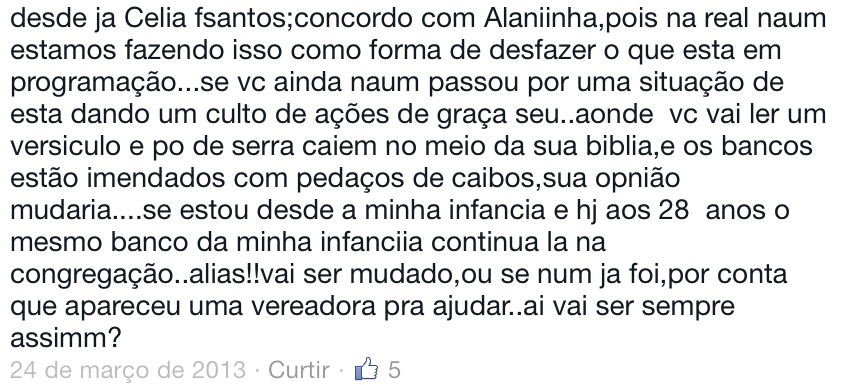


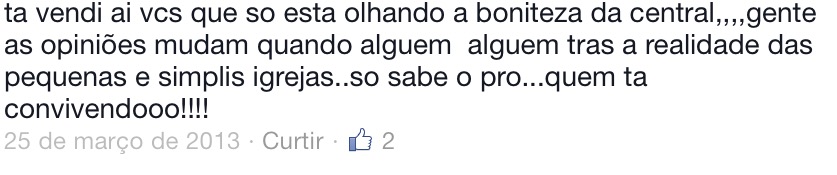
**Fonte:** (ADPB Oficial, 2016)

A comparação entre igrejas, principalmente quando trata-se de denominações diferentes, funciona como um modulador do discurso presente nas críticas da comunidade fala. Corroborando com Máximo (2002) é o que ela chama de operador da produção discursiva presente na comunidade do agir comunicativo que tenta chamar a atenção da diretoria para resolução de seus problemas locais.

Figura 22 - Membros discutem a reforma do templo







**Fonte:** (ADPB Oficial, 2013)

O debate caminhou para uma apresentação de problemas pontuais, ou seja, a cada comentário os membros trouxeram à tona problemas encontrados nas respectivas congregações. Os membros que criticaram a reforma do templo central ocuparam um lugar específico de fala não comum à comunidade assembleiana como um todo. Pois não é natural ver um membro de uma igreja se posicionar desfavorável à reforma ou construção da igreja sede a qual ele faz parte. Mas a comunidade especificamente do ambiente digital da microesfera pública é aquela que, através de suas respectivas estratégias de fala, exerce o agir comunitativo para se fazer chegar ao conhecimento da liderança da igreja. Neste evento comunicativo sobre a reforma no templo central, percebemos um debate mais próximo às características de uma esfera pública pautada no interesse público, pensada por Habermas (1984), mas não passou de uma interação entre os próprios membros e a liderança da igreja não percebeu enquanto espaço possível para deliberar à respeito do assunto.

## 6.1.6 – Enfim, é espaço legítimo ou espaço de interação entre a igreja e os membros?

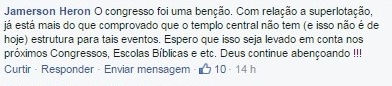
As interações que foram analisadas nos eventos comunicacionais da página já carregam em cada comentário a ideia de democracia. Para Castells (2013), a Internet configura-se num espaço de comunicação livre e para uma igreja que resolve suas questões administrativas em âmbito privado, na esfera de um grupo de líderes, e agora considerar aquilo que podemos chamar de eco da comunidade de fala, já é um passo no sentido da formação da microesfera pública assembleiana. É aqui onde, após ter apresentado as características da comunidade de fala, atentaremos ao fato das possíveis mudanças ou não na instância responsável pela tomada de decisões da igreja a partir do surgimento dessa microesfera.

O diretor de artes da ADPB, Jesiel Claudino, anunciou sua saída da equipe em 31 de março de 2016. Para substituí-lo a diretoria da igreja convidou o *designer* Elias Barbosa para gerir a identidade visual da denominação. Durante os anos que esteve à frente da equipe, Jesiel preparava relatórios quando determinado evento comunicacional na página gerava um conflito. Em resposta ao questionário de pesquisa, Jesiel informou:

A diretoria não acessa a página da igreja no Facebook ou outras redes sociais. Para tornar o nosso trabalho mais próximo e compreensível, adotamos a metodologia de enviar relatórios de todas as ações nas redes sociais (informação verbal)[[35]](#footnote-35)

É mais fácil para a igreja cristã, seja ela católica ou evangélica, reconhecer as mídias como ferramenta de comunicação do Evangelho do que como espaço deliberativo de fiéis. Comunicar o Evangelho não gera conflito, mas deliberar sobre propostas locais e resolução de problemas é uma questão muito trabalhosa para qualquer instituição. E isso não significa manter uma página atualizada, é necessário ter diálogo, e mais do que isso, uma participação nos assuntos públicos. Número de curtidas não significa microesfera pública. A igreja precisa cada vez mais se posicionar diante de suas respectivas causas. Percebemos que a apropriação dos usuários na página ADPB Oficial oferece um ambiente propício para que as demandas, se não todas, porém algumas, sejam deliberadas com os membros que estão conectados. A sociabilidade, de acordo com Simmel (2006) não é apenas fazer parte, em sua essência é ser parte e isso o ciberespaço, no nosso caso o Facebook, já pode ser entendido como plataforma de conexão entre os atores sociais que são parte da instituição assembleiana.

Figura 23 - Membro ignora a realização de grandes eventos no templo central



**Fonte:** (ADPB Oficial, 2015)

Essa ação da comunidade de fala no Facebook já repercutiu nas instâncias da esfera que é responsável pelas decisões da instituição assembleiana. O fato é que já se fala em mudar o local de realizações de eventos como o Celebração, por exemplo. Não há mudanças estruturais e administrativas na ADPB, ao lidar com essas estratégias de fala no ambiente digital, no entanto, existem alguns reflexos da ação comunicativa dos membros na rede. E esse também é um dos caminhos embrionários para a formação da microesfera pública da Assembleia de Deus na Paraíba (HABERMAS, 1984), ou seja, o reconhecimento da reivindicação das vozes satisfeitas e insatisfeitas no ambiente digital. Acreditamos que a Assembleia de Deus paraibana não mudará seu modelo administrativo típico da estrutura assembleiana em todo o país por conta dessa comunidade de fala, mas é possível que a igreja tenha mais presença no ambiente digital para ter a possibilidade do diálogo constante com os membros que usam essa comunicação.

Quanto ao reconhecimento da página por parte da liderança da igreja, ainda não é possível chegar à conclusão de uma esfera pública nos moldes de Habermas (1984), porém, o embrião está se formado no contexto assembleiano e o ciberespaço é o responsável por isso. Apesar que existem fatores que interferem diretamente na formação dessa comunidade, como o próprio funcionamento orgânico do Facebook, a mudança de gênero por parte da comunicação da ADPB, na produção de conteúdo exclusivo pra página.

Em números de seguidores da página, a ADPB Oficial possui uma diferença enorme em relação a quantidade de membros que existem na igreja. Isso não significa de modo algum que a página não está sendo divulgada ou algo do tipo, o fato é que a igreja mantém um público de pessoas de diversas faixas etárias e a questão que mais contribui nessa quantidade de pessoas alcançadas pela página é o funcionamento orgânico do Facebook, *que* permite que apenas 6,5% dos seguidores de qualquer página recebam o conteúdo postado, ou seja, de cada cem pessoas que curtem a página, apenas seis, em média, recebem o conteúdo postado por ela. Esse resultado foi um estudo feito em 2014 pela empresa *EdgeRank Checker* e publicado na revista *SuperInteressante*, edição 348, junho de 2015[[36]](#footnote-36). Para alcançar mais pessoas é necessário impulsionar a postagem, ou melhor, pagar ao Facebook. Aqui notamos um exemplo claro de que a Cibercultura é controlada, de acordo com o pensamento de Scolari (2008). Aqui cabe-nos um pergunta que não pretendemos responder aqui, pois fica apenas para nossa reflexão: Como pensar numa esfera pública, que cuida do interesse público, distante dos controles do poder, estar atuando num ambiente controlado por empresas privadas, como o Facebook, por exemplo? Possibilidade de lucro não combina com esfera pública.

Repassando informações que estão disponíveis no blog[[37]](#footnote-37) de Ramon Tessmann, o *EdgeRank* é um algoritmo que opera no Facebook filtrando o conteúdo que chega aos usuários. Para a rede social, o termo *“edge”* pode ser qualquer atividade feita na rede (curtida, atualização, comentário, marcação...). O algoritmo classifica os usuários por números, isso quer dizer que quanto maior o número que o usuário receber numa relação com um amigo ou até mesmo numa página, maior o tempo que aquela postagem desse amigo ou da página aparecerá no *feed* de notícias do usuário.Quanto mais o usuário se envolve com a postagem mais peso no *EdgeRank* ele adquire. Compartilhar tem um peso elevado, comentar um peso médio-alto, curtir apresenta um peso médio e clique um peso baixo.

Por conta dessa política de algoritmos, as redes sociais estão caminhando para a polarização daqueles que são contra e daqueles que são a favor de determinado assunto. O meio-termo, o consenso, o diálogo, os quais são condições necessárias para uma boa manutenção da esfera pública (HABERMAS, 1984), estão cada vez mais deixando de ser frequentes nas redes. Cada usuário defende sua bandeira. De acordo com Magrani (2014), estamos presenciando a construção de comunidades homogêneas no âmbito das quais circulam em grande medida as mesmas ideias e os mesmos argumentos.

Outra questão que interferiu diretamente nas manifestações da comunidade de fala no Facebook foi a mudança do gênero informativo para o publicitário das postagens na página ADPB Oficial. Com a contratação de um diretor de artes para criar e melhorar toda a identidade visual da igreja, as mídias sociais e a revista bimestral entraram no processo de padronização publicitária, pelo fato de tratar-se de um profissional de perfil de agência de publicidade. Ou seja, as mídias deixaram de ter uma linguagem apenas informativa, juntou-se a ela um conteúdo totalmente publicitário, partindo sempre da estratégia midiática.

O *designer* Jesiel Claudino, que ocupava até então a função de diretor de artes da igreja, informou que a adoção do gênero publicitário se deu por conta da necessidade de abordagem com foco em métricas e planejamento de resultados. Antes deste planejamento, as postagens eram publicadas na página em qualquer horário do dia. Com o acompanhamento das métricas, as postagens devem ser publicadas apenas nos horários em que a maior quantidade de seguidores da página estão conectados, pois o Facebook, através do algoritmo, mostra a postagem apenas para uma parcela dos seguidores que estão *online.*

Com relação aos comentários, a página passou por três fases. Imagina uma panela com água no fogo, a qual colocamos para ferver! A primeira fase é da água fria que sai da torneira e precisa ser aquecida. Após a ação direta de uma temperatura mais alta, a água entra em ebulição, ou seja, passa do estado líquido para o gasoso e daí atinge a segunda fase. E se não fizermos uso da água que foi aquecida e deixarmos por um bom tempo na panela, ela voltará ao seu estado líquido, pelo motivo de que a alta temperatura não está mais em ação.

Da mesma forma são os comentários na página ADPB Oficial. A primeira fase foi de organização, onde as pessoas conheciam e começavam a seguir a página. A estabilidade, as postagens com informações frequentes e a apropriação dos usuários no ambiente proporcionaram a formação de uma comunidade que começou a ter uma possibilidade de fala em ambiente público no contexto do qual já tratamos anteriormente. Isso é o que entendemos por segunda fase. Porém a terceira e última, fez com que os comentários atingissem um nível de esfriamento. Pra se ter uma ideia existem postagens que nem comentários tem, mesmo tendo muitas curtidas e compartilhamentos. E ainda existem aqueles que nem curtidas receberam.

A postagem de fotos na página ADPB Oficial representa o tipo de publicação onde há mais reações, comentários e compartilhamentos. De acordo com o nosso acompanhamento na lista de postagens feitas na página, as que mais obtiveram um *feedback* dos usuários, seja em curtidas, comentários e compartilhamentos foram as fotos do pastor-presidente da ADPB.

Figura 24 - Compartilhamentos superam o número de comentários



**Fonte:** (ADPB Oficial, 2016)

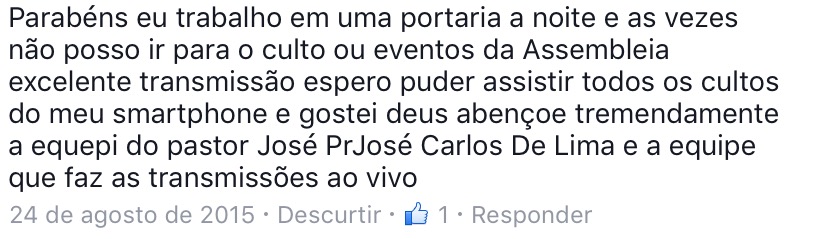
O pesquisador sempre quer ver seu objeto de estudo em ebulição e chegou um tempo em que a página entrou na terceira fase da qual tratamos anteriormente, a fase do esfriamento. Diante do contexto nacional da polarização resultada das eleições de 2014 e das manifestações pró e contra a Presidente da República, Dilma Rousseff, a equipe de comunicação publicou assuntos pautados pelo momento político nacional. Esse era um tema que estavam em todos os portais de notícias, a grande mídia abordando todos os dias, as redes sociais fervilhando com as postagens dos usuários, no entanto, a comunidade de fala não se manifestou via comentários diante dessas postagens na ADPB Oficial. Podemos visualizar nas postagens acima que o compartilhamento foi a estratégia com muito mais peso. Entendendo o compartilhamento como a reprodução de discursos, aqui inseridos a partir da comunicação verbal e não-verbal, percebemos a atuação direta do dispositivo midiático enquanto suas normas de funcionamento. Estamos presenciando uma esfera sem necessariamente o debate, a discussão, a contra-argumentação. O filósofo alemão Vilém Flusser (2002), numa de suas obras[[38]](#footnote-38), atenta para a reprodução de textos e imagens na sociedade contemporânea, comparando com a filosofia da caixa preta de uma câmera fotográfica, no processo de *input* e *output.* A partir do autor, podemos entender queestamos o tempo inteiro recebendo e repassando conteúdo, sem necessariamente tensioná-lo ao trazer questionamentos. O próprio Facebook proporciona essa atividade com o botão “compartilhar” e até mesmo com o botão “curtir”, pois esta rede social não oferece o contraponto, limitando ao usuário o espaço para comentário se este discordar de determinada postagem.

## 6.1.7 – Midiatização da Assembleia de Deus na Paraíba

**Fonte:** (ADPB Oficial, 2016)

Mais uma característica de mudança de prática social-religiosa é a possibilidade da ausência no templo da ADPB. Por tratar-se de um templo sede que reúne todos os membros da capital é impossível reuni-los num único ambiente físico. O processo de midiatização da igreja ao transmitir suas principais programações, ao vivo, gerou uma nova prática religiosa midiatizada para aqueles que não podem vir ao templo, como também alterou a prática religiosa daqueles que, frequentemente, deslocavam-se ao templo e, mediante determinadas situações, preferem ficar em casa assistindo ao culto (GASPARETTO, 2011). A comunidade *online,* vez ou outra, interage com a igreja ao relatar possíveis problemas de transmissão, outros reafirmam a satisfação em participar do culto, mesmo sem poder se deslocar ao templo.

Figura 25 - Religião midiatizada



**Fonte:** (ADPB Oficial, 2015)

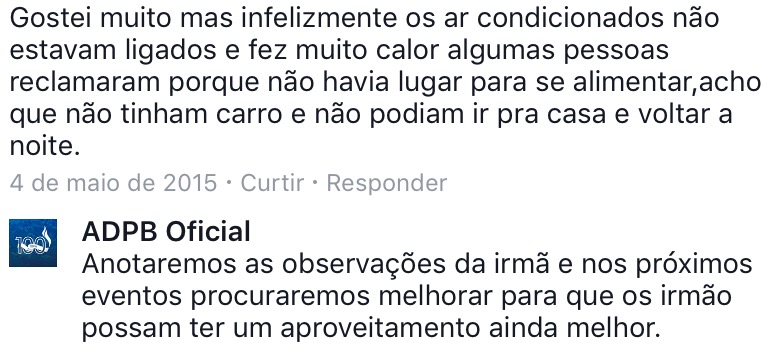
O ambiente digital é configurado pela sociabilidade, conceito do qual já tratamos no capítulo 2 desta dissertação, ao trazermos para a discussão o entendimento de Simmel (2006). No entanto, a sociabilidade não está presente apenas no digital, ela é fator principal na convivência dos humanos. Para exemplificar com o universo do nosso recorte de pesquisa, no caso institucional da Assembleia de Deus na Paraíba, as pessoas estão unidas pelo fator religioso, porém sabemos que não é só isso que as une. O fato de sair de casa e se deslocar a qualquer templo da Assembleia de Deus pode ser caracterizado na participação e identificação dos indivíduos em, não só fazer parte, mas também ser parte da instituição assembleiana.

Já no ciberespaço a sociabilidade é de outra ordem, porque a questão não é ser assembleiano para seguir a página ADPB Oficial no Facebook, por exemplo. O fato é que, tanto os assembleianos quanto pessoas que nunca foram a um templo da Assembleia de Deus podem curtir, seguir as postagens de conteúdo na página e até interagir com outras pessoas no espaço reservado para tal. No entanto, o nosso interesse aqui foi a interação dos membros da igreja na página. Nesse contexto, Lemos (2009) afirma que a sociabilidade digital se caracteriza em momentos não-institucionais, porque fugiu ao controle da igreja a interação de seus membros dentro da ADPB Oficial. E é a sociabilidade que proporciona outros relacionamentos através da interação promovida no ciberespaço.

A sociabilidade comunicativa no ambiente digital propicia experiências novas e altera as já existentes. A Internet é um terreno fértil para muitos tipos de experiência, na medida em que propicia, para os instruídos em sua gramática[[39]](#footnote-39), um mundo onde nunca se está sozinho. Um mundo no qual onde se pode dizer o que quer, mesmo que esse dizer tenha consequências ou não, mas é um mundo da comunicação autônoma, mesmo diante do controle dos administradores de páginas na Internet.

Sabendo que no ciberespaço esse ambiente da ação comunicativa é ampliado, concluímos que, graças à Internet as pessoas, as empresas, as instituições, os partidos, os agrupamentos e qualquer comunidade, como é o caso dos usuários que comentam na página ADPB Oficial, tornaram-se atores do seu próprio “dizer” e, corroborando Lemos e Lévy (2010), são eles quem decidem sobre aquilo que vão publicar na *web* e como se apropriam do ambiente.

Figura 26 - Membro reconhece a página como espaço de interação



**Fonte:** (ADPB Oficial, 2015)

A participação, a colaboração e a conversação na rede são as bases para uma ação política, de acordo com Lemos (2009). Neste caso, a Internet é um ambiente propício ao diálogo e debate públicos, pautados nos ideais políticos, sociais, pessoais e religiosos, sendo este último pela própria institucionalidade da igreja.

Compreendemos então que as pessoas sempre têm *muitas* coisas a dizer, imagens e músicas a difundir, coisas a trocar, injustiças a denunciar, sofrimentos a expressar, histórias a contar, opiniões a oferecer, questões a colocar, poemas a declarar, testemunhos a compartilhar, fotos a mostrar, músicas a serem ouvidas. E esse *descolamento da palavra,* esse “poder de dizer enfim”, esse “mostrar” e “se mostrar” generalizado é que é uma das principais dimensões da revolução ciberdemocrática em curso (LEMOS E LÉVY, 2010, p. 89-90).

No entanto, é necessário reforçarmos a cautela que temos ao afirmar que esses espaços, diálogos e comentários publicados na Internet, e em nosso caso na página ADPB Oficial, é um espaço que se configura como essa “arte do dizer”. Porque para Martino (2014) nem todo debate faz parte da esfera pública conectada:

A princípio podemos pensar na internet como uma elaboração contemporânea da Esfera Pública entendida como o espaço democrático de troca de ideias entre os cidadãos. A internet é o lugar privilegiado para eventual discussão sobre temas de relevância social, se destacando pelas possibilidades de interação entre públicos diferentes.

No entanto, para além dessas aparentes possibilidades, as interações políticas na internet nem sempre se caracterizam pela democracia; discussões sobre temas de interesse público muitas vezes perdem seu foco, tornando-se espaços de disputas e intrigas pessoais (MARTINO, 2014, p. 90).

O uso, tanto institucional quanto por parte do fiel, garante a formação de mais uma esfera do agir comunicativo inserida na comunidade de fala entre os fiéis da Assembleia de Deus que curtem a página ADPB Oficial, não só para acompanhar as postagens que o departamento de comunicação faz, mas também para interagir com outros membros da comunidade assembleiana.

A atuação dos usuários nesse espaço, torna-o cada vez mais o novo ambiente para a estratégia de fala, o espaço da “possível e futura tomada de decisões”; o ambiente do diálogo, levando-os a adotar um novo comportamento perante a sociabilidade que o ciberespaço apresenta, mesmo outros fatores interferindo no funcionamento dessa comunidade.

1. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Concluímos que a essência de esfera pública é o interesse público. Habermas (1984) nos demonstra que as pessoas privadas reividicam a esfera pública, a partir do uso público da razão. Vimos que para se configurar esfera pública é necessário interesse, engajamento e debate. Não dá para dizer que existe esfera pública se não há um interesse e vontade política por parte dos indivíduos. E se não há interesse, consequentemente, não há engajamento. Este se torna muito mais possível nos dias atuais por conta da Cibercultura, que possibilita a vivência de uma sociedade em rede.

No entanto, a sociedade em rede não funciona só na base da participação, é necessário haver interação. Tanto a esfera pública quanto o ambiente digital necessitam de muito mais do que participação, no sentido de estar presente. Porque esse nosso viver em rede, através da interação, cria novos espaços de sociabilidade (SIMMEL, 2006). Mas também temos de pensar na condição que as redes de relações sociais promovem aos seus atores sociais. Por exemplo, a sociabilidade entre os membros da ADPB pré-existem à convivência do digital. No caso de nossa pesquisa, a ADPB existe desde 1918 enquanto que a página foi criada em 2012. Como também é bom destacar que existem pessoas que interagem apenas na Internet, outros apenas fora dela e também existem aqueles que interagem nos dois.

Quando trabalhamos nesta dissertação com a comunidade presencial da Assembleia de Deus na Paraíba e a comunidade de fala no ambiente digital, nossa pretensão não foi confundir uma comunidade com outra, mas compará-las e diferenciá-las. Pesquisamos uma comunidade de fala que possui sua própria linguagem, suas artes de dizer, seus comportamentos de fala. Essa comunidade digital é tão diferente da comunidade que vai ao templo e que não segue a página ADPB Oficial, que é possível, por exemplo, duas pessoas, que interagem na página da igreja no Facebook, sentarem uma ao lado da outra durante uma celebração e não se falarem, porque uma não conhece a outra fora do ciberespaço. Lembrando que “a sociabilidade é uma interação entre iguais, ou melhor, entre sujeitos que ‘fazem-de-conta’ que são iguais. Na verdade, não são iguais, mas o desejo de interagir, simplesmente, coloca-os em posição de igualdade” (Simmel, 1983 *apud* Máximo, 2002, p. 164). São através das experiências geradas no ciberespaço que novos vínculos sociais são criados, concordando com Rifiotis (2010).

Para uma esfera pública, nos moldes de Habermas (1984), ter legitimidade é necessário, bem como cuidar da democracia, enquanto regime de argumentação de comunicação racional. Rosenfield (1994), partindo do sentido original da palavra, define democracia como a efetiva participação dos indivíduos nos assuntos públicos. Reiteramos que o verbo “participação” é empregado aqui com uma característica muito mais abrangente do que quando tratamos no parágrafo anterior.

Neste trabalho, todos esses conceitos estão foram apresentados em constante diálogo atendendo à fundamentação da pesquisa. Aqui lembramos que o espaço democrático (ROSENFIELD, 1994), enquanto esfera pública (HABERMAS, 1984), transforma-se a partir do surgimento de uma nova infraestrutura tecnológica (CASTELLS, 2013), que no caso da ADPB Oficial, proporcionou essa nova comunidade de fala (MÁXIMO, 2002) no contexto assembleiano.

Também atentamos para a noção de dispositivo através de Agamben (2009). O dispositivo não é o Facebook ou o *smartphone* em si, mas um conjunto de operações/rede de elementos dos quais também faz parte a materialidade desses dispositivos. Abordamos não só o Facebook, enquanto dispositivo midiático, mas também a própria Assembleia de Deus, no que tange às suas normas administrativas e doutrina.

Por falar em funcionamento administrativo, dedicamos o capítulo 4 para explicitar a administração singular da igreja Assembleia de Deus. Existem milhares de templos assembleianos espalhados por todos os Estados da Federação, no entanto, cada Estado apresenta suas características singulares de funcionamento. Por isso resolvemos abordar do ponto de vista local.

Quanto à análise, atentamos para as respostas que propomos deste o início da pesquisa. Nosso objetivo geral foi *analisar as características da nova comunidade de fala, a partir dos comentários feitos pelos usuários da página ADPB Oficial, no contexto de uma igreja centenária que não apresenta um modelo enquadrado em assembleias deliberativas com os membros para ouvir as demandas de seus fiéis*. Para responder a esse objetivo dividimos o capítulo anterior em cinco subtópicos: (1) petições online pelos membros e atribuição de valor à página; (2) a “voz e vez” das mulheres; (3) debate com apropriações da Palavra de Deus; (4) reconhecimento e críticas à própria autoridade; (5) deliberação ou interação. Todas essas características referem-se à comunidade de fala que surgiu no ambiente digital institucionalizado pela Assembleia de Deus na Paraíba.

Nossos objetivos específicos trataram de *analisar se houve ou ainda pode haver mudanças estruturais na instância da ADPB, partindo do ponto de vista de como a liderança está conduzindo esse processo de formação da comunidade de fala.* No tópico que trata do espaço legítimo ou espaço de interação entre a igreja e os membros, concluímos que na ação dos usuários da página e no uso por parte da comunicação da igreja, não podemos dizer que existe esfera pública, pelo fato de não haver deliberação dos assuntos de interesse coletivo da comunidade assembleiana. Mas o fato é que já surgiu uma nova comunidade de fala que exerce suas estratégias no agir comunicativo para cobrar da liderança da igreja um posicionamento em relação as questõs levantadas pelos próprios membros.

E o outro objetivo específico de nossa pesquisa foi *verificar as novas práticas sociais e religiosas entre igreja e membresia a partir do processo de midiatização digital da Assembleia de Deus na Paraíba.* Um deles é ligado à própria presença de membros no templo, através do processo de midiatização da socieadade e, consequentemente, da religião. Isso não significa dizer que a Assembleia de Deus está alterando sua prática religiosa, pelo contrário, quanto mais midiatiza, mais os templos ficam lotados, pelo efeito do processo midiático. O que queremos dizer aqui é que o processo de transmissão *online* dos cultos e outros elementos midiatizados fazem surgir novas práticas sociais e religiosas e alteram as já existentes.

Outro ponto a ser destacado é que apenas uma pequena parte dos membros da igreja está seguindo a página. Neste caso, os que seguem, representam um pouco mais de 10% da quantidade de membros que a instituição possui em toda a Paraíba. Isso sem levar em consideração os seguidores que estão na página, mas não são assembleianos.

Nem todos que seguem a ADPB Oficial comentam as postagens*.* Isso não quer dizer que devemos ignorá-los, pois podem se posicionar a qualquer momento. Tal usuário é tão falante quanto aquele que sempre fala, pois o que não comenta, a qualquer momento pode aparecer e comentar algo.No entanto, só a ação de alguns em comentar a respeito de um assunto de relevância público-institucional pode gerar uma contribuição para a consolidação dessa comunidade de fala pública do ambiente digital. “Nos espaços públicos virtuais, qualquer pessoa está apta a participar de discussões que podem levar à tomada de decisões, ao menos em teoria” (MARTINO, 2014, p. 109).

O fato de “ser quem se é e dizer o que se pensa”já pode ser imaginado como um fenômeno político na medida em que ter uma identidade (ser alguém no espaço público) é um elemento de ação política. Questões relacionadas a preferências de qualquer natureza, crença, assuntos administrativos, interesses, estilos de vida tornam-se também políticas quando debatidas nas esferas públicas.

Crise é uma palavra bem conhecida pelos profissionais que administram redes sociais, no entanto, é preciso ter estratégia para saber lidar com ela. Nos eventos comunicacionais da ADPB Oficial, acreditamos que a exclusão de postagem não é a solução apropriada para responder a crise gerada pelos usuários que se apropriam da postagem para o debate. É uma falha da equipe de comunicação e da própria liderança da igreja deixar a crise na página ADPB Oficial sem respondê-la. Para efetividade da comunicação, a equipe precisa responder mantendo o constante diálogo com a diretoria da igreja, por dois fatores: um refere-se à falta de monitoramento das postagens por parte da liderança. E o segundo fator é pela estrutura centralizadora administrativa.

As pessoas que possuem uma atividade *online* estão interessadas em expor ideias, em ser contra ou a favor de determinado assunto, de comentar. E esse engajamento dentro das mídias digitais fortalece tanto a democracia quanto o direito de “falar e ser ouvido” nos debates das inúmeras esferas públicas criadas a partir do ciberespaço.

Os usuários que comentam possuem uma linguagem própria, compartilhando de códigos específicos de fala, as quais são estratégias da ação comunicativa de modo a pensar que agredir o outro com palavras pode, além de ferir os princípios do grupo cristão, também levá-lo a ser repreendido pelos demais que estão no mesmo ambiente que ele. Há uma negociação espontânea, que vem da tradicionalidade da religião. Pode-se dizer, que, mais do que informações e mensagens, na rede circulam atos de linguagem que colocam em jogo a reciprocidade e a negociação entre atores sociais (ARANHA, 1995 *apud* MÁXIMO, 2002, p. 71).

O comentar ou qualquer outra prática da rede social é um fator universal. Existem milhões de páginas no Facebook que os usuários estão comentando e interagindo a todo o momento. Em outras, existem até deliberação. Mas no contexto da ADPB a ação comunicativa dos seguidores da página leva a um fator inédito na história da Assembleia de Deus paraibana. Por esse motivo, atentamos para a pesquisa “sob a abordagem da Etnografia da Fala, que está atenta às *normas de interação* que governam os *eventos comunicativos*, mesclando características da oralidade numa *modalidade* predominantemente escrita” (MÁXIMO, 2002, p. 171). O texto escrito no ciberespaço ganha característica de oralidade. Parece que o fiel dos anos anteriores quando chega para reivindicar alguma coisa de seu líder religioso, o que ele diz, todos os membros daquela instituição agora ficam sabendo, caso exerça a ação comunicativa no ciberespaço. É justamente isso que a sociabilidade da esfera pública conectada promove.

A Assembleia de Deus é uma igreja que apresenta muito campo para pesquisas científicas. Pretendemos não esgotar o assunto por aqui. A igreja que caminha rumo ao Centenário ainda tem muito a investir quando se trata do campo da comunicação, mas é notável que essa mesma igreja, através de suas características peculiares, é matéria-prima para as abordagens científicas de qualquer pesquisador das ciências humanas.

**REFERÊNCIAS**

ADPB Oficial: Reunião entre a diretoria da ADPB e o corpo ministerial da igreja. Disponível em: < <https://business.facebook.com/souadpb/?business_id=1717771645172787> >. Acesso em: 30 nov. 2015.

ADPB Oficial: Púlpito do templo sede da ADPB durante uma celebração religiosa. Disponível em: < <https://business.facebook.com/souadpb/?business_id=1717771645172787> >. Acesso em: 30 nov. 2015.

ADPB Oficial: Exemplo de comentários não selecionados na pesquisa. Disponível em: < <https://business.facebook.com/souadpb/?business_id=1717771645172787> >. Acesso em: 02 mai. 2016.

ADPB Oficial: Usuário chama atenção da direção da igreja para os comentários da página. Disponível em: < <https://business.facebook.com/souadpb/?business_id=1717771645172787> >. Acesso em: 02 mai. 2016.

ADPB Oficial: Usuário atribui valor à página da igreja no Facebook. Disponível em: < <https://business.facebook.com/souadpb/?business_id=1717771645172787> >. Acesso em: 02 mai. 2016.

ADPB Oficial: Usuário pede ao pastor para ignorar opiniões contrárias à reforma do templo Disponível em: < <https://business.facebook.com/souadpb/?business_id=1717771645172787> >. Acesso em: 03 mai. 2016.

ADPB Oficial: Usuária solicita mais espaço para as mulheres. Disponível em: < <https://business.facebook.com/souadpb/?business_id=1717771645172787> >. Acesso em: 03 mai. 2016.

ADPB Oficial: O reconhecimento do público feminino. Disponível em: < <https://business.facebook.com/souadpb/?business_id=1717771645172787> >. Acesso em: 03 mai. 2016.

ADPB Oficial: Membro agradece a Deus por não participar do evento. Disponível em: < <https://business.facebook.com/souadpb/?business_id=1717771645172787> >. Acesso em: 02 mai. 2016.

ADPB Oficial: Membro se apropria da Palavra de Deus para defender atitude do pastor Disponível em: < <https://business.facebook.com/souadpb/?business_id=1717771645172787> >. Acesso em: 04 mai. 2016.

ADPB Oficial: Prefeito usa púlpito do templo central para falar aos fiéis. Disponível em: < <https://business.facebook.com/souadpb/?business_id=1717771645172787> >. Acesso em: 04 mai. 2016.

ADPB Oficial: Membros estabelecem um modo de debater sem agressão verbal. Disponível em: < <https://business.facebook.com/souadpb/?business_id=1717771645172787> >. Acesso em: 04 mai. 2016.

ADPB Oficial: Usuário critica o “não bater palmas para Jesus”. Disponível em: < <https://business.facebook.com/souadpb/?business_id=1717771645172787> >. Acesso em: 05 mai. 2016.

ADPB Oficial: Membros reconhecem e criticam a liderança da igreja. Disponível em: < <https://business.facebook.com/souadpb/?business_id=1717771645172787> >. Acesso em: 05 mai. 2016.

ADPB Oficial: Membros comentam sobre política nacional. Disponível em: < <https://business.facebook.com/souadpb/?business_id=1717771645172787> >. Acesso em: 05 mai. 2016.

ADPB Oficial: Imagem de reforma na construção do templo central da ADPB. Disponível em: < <https://business.facebook.com/souadpb/?business_id=1717771645172787> >. Acesso em: 05 mai. 2016.

ADPB Oficial: Membro reclama de reforma no templo central em detrimento das congregações. Disponível em: < <https://business.facebook.com/souadpb/?business_id=1717771645172787> >. Acesso em: 05 mai. 2016.

ADPB Oficial: Usuário associa Pentecostalismo à estrutura administrativa. Disponível em: < <https://business.facebook.com/souadpb/?business_id=1717771645172787> >. Acesso em: 06 mai. 2016.

ADPB Oficial: Membros discutem a reforma do templo. Disponível em: < <https://business.facebook.com/souadpb/?business_id=1717771645172787> >. Acesso em: 06 mai. 2016.

ADPB Oficial: Membro ignora a realização de grandes eventos no templo central. Disponível em: < <https://business.facebook.com/souadpb/?business_id=1717771645172787> >. Acesso em: 06 mai. 2016.

ADPB Oficial: Compartilhamentos superam o número de comentários. Disponível em: < <https://business.facebook.com/souadpb/?business_id=1717771645172787> >. Acesso em: 07 mai. 2016.

ADPB Oficial: Religião midiatizada. Disponível em: < <https://business.facebook.com/souadpb/?business_id=1717771645172787> >. Acesso em: 07 mai. 2016.

ADPB Oficial: Membro reconhece a página como espaço de interação. Disponível em: < <https://business.facebook.com/souadpb/?business_id=1717771645172787> >. Acesso em: 07 mai. 2016.

LabF5: Diagrama Baran A, B e C. Disponível em: < <http://labf5.tumblr.com/post/89925005553/a-democratiza%C3%A7%C3%A3o-da-rede-digital-e-a-crise> >. Acesso em: 30 nov. 2015.

Movimento Brasil Livre: Imagem de capa da página “Movimento Brasil Livre” no Facebook. Disponível em: < <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204290583028426.1073741828.204223673035117/347772188680264/?type=3&theater> >. Acesso em: 04 mar. 2016.

AGAMBEN, G. **O que é contemporâneo?** e outros ensaios. Tradução: Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

ALVES, E. L. **Brasil, um país de fé**: por que o maior país católico do mundo também é o maior país pentecostal do mundo? 2012. 72 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Programa de Pós-graduação em Teologia, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2012.

ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

BORELLI, V. (org.) **Mídia e Religião***:* entre o mundo da fé e do fiel. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

BRAGA, J. L. **Dispositivos Interacionais**. Apresentado ao Grupo de Trabalho

Epistemologia da Comunicação, no XX Encontro da Compós. Porto Alegre, UFRGS,

2011b. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/biblioteca\_1657.doc>.

Acesso em: 12 jun. 2016.

CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança:** Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

\_\_\_\_\_\_. **A Galáxia da Internet:** reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CHIGNOLA, Sandro. **Sobre o dispositivo**: Foucault, Agamben e Deleuze. In Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 12, n. 214. – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014- v. 12

CORREA, M. A. O. S. **A operação do carisma e o exercício do poder:** a lógica dos Ministérios das Igrejas das Assembleias de Deus no Brasil. São Paulo: PUC/SP, 2012.

CORREIA, M. C. B. **A observação participante enquanto técnica de investigação**. Pensar Enfermagem Vol. 13 N.º 2 2º Semestre de 2009. Disponível em: < http://pensarenfermagem.esel.pt/files/2009\_13\_2\_30-36.pdf> Acesso em: 16 out. 2014

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. 5ª Ed., Petrópolis: Vozes, 2000, p. 373.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta:** ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

FREUD, S. **Psicologia das massas e análise do eu** (1921) / Tradução de Paulo César de Souza — São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GASPARETTO, P. R. **Midiatização da religião***:* processos midiáticos e a construção de novas comunidades de pertencimento. São Paulo: Paulinas, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social***.* 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, P. G. **Filosofia e ética da comunicação na midiatização da sociedade**. Pedro Leopoldo: Ed. Unisinos, 2006.

GOMES, W. Dinâmicas e estruturas da esfera pública contemporânea – A esfera pública, além da deliberação pública*.* In: SOUSA, M. W.; CORRÊA, E. S. (Orgs.). **Mutações no espaço público contemporâneo**. São Paulo: Paulus, 2014, p. 177.

\_\_\_\_\_\_, W.; MAIA, R. **Comunicação e democracia***.* São Paulo: Paulus, 2008.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia:** entre facticidade e validade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

\_\_\_\_\_\_. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HYMES, D. Modelos da Interação da linguagem e vida social. In: HYMES & GUMPERZ. ***Directions on sociolinguistics.*** Nova Iorque: Rinehart and Winston, 1972.

LACERDA, J. S. **Apontamentos sobre usos e apropriações em telecentros e lan houses comunitários: perspectivas de uma possível cidadania cultural.** In: XI Congreso de ALAIC. Montevideu: Udelar/Alaic, 2012. v. 1. p. 1-14.

\_\_\_\_\_\_. **Sistemas, redes e complexidade** A indústria cultural em tempos de Internet. Biblioteca on-line de ciências da comunicação, Labcom: Portugal, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa***.* 3 ed. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LEMOS, A. LÉVY, P. **O futuro da internet:** em direção a uma ciberdemocracia planetária.São Paulo: Paulus, 2010.

\_\_\_\_\_\_. Nova esfera Conversacional. In: MARQUES, A; COSTA, C. T.; KÜNSCH, D. (Orgs.). **Esfera pública, redes e jornalismo**. Rio de Janeiro, E-Papers, 2009, p. 9-30.

\_\_\_\_\_\_.; CUNHA, P. (Org.). **Olhares sobre a Cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

LÉVY, P. **Cibercultura***.* São Paulo: Ed. 34, 1999.

\_\_\_\_\_\_. **Ciberdemocracia**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

\_\_\_\_\_\_. Uma Perspectiva Vitalista sobre a Cibercutura. In: LEMOS, A. **Cibercultura, Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MAIA, R. **Democracia e a internet como esfera pública virtual:** aproximando as condições do discurso e da deliberação. In: Congresso Internacional “Internet, Democracia e Bens Públicos”. Minas Gerais: UFMG, 2000, p. 1 – 15.

\_\_\_\_\_\_. Representação política de atores cívicos e Esfera Pública. In: SOUSA, M. W.; CORRÊA, E. S. (Orgs.). **Mutações no espaço público contemporâneo**. São Paulo: Paulus, 2014, p. 77-104.

MAGRANI, E. **Democracia conectada**: a internet como ferramenta de engajamento político-democrático. Curitiba: Juruá, 2014.

MARTÍN-BARBERO, J. **Diversidade em convergência**. Artigo: Matrizes, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 15-33, jul./dez. 2014.

MARTINO, L. M. S. **Teoria das Mídias Digitais:**linguagens, ambientes, redes*.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_\_. Mediação e midiatização da religião em suas articulações teóricas e práticas um levantamento de hipóteses e problemáticas. In: JACKS, Nilda; JANOTTI JÚNIOR, Jeder; MATTOS, Maria Ângela (Org.). **Mediação & Midiatização**.Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012.

MARTINS, G. A. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATOS, H. O processo discursivo de formação da opinião pública.In: SOUSA, M. W.; CORRÊA, E. S. (Orgs.). **Mutações no espaço público contemporâneo.** São Paulo: Paulus, 2014, p. 137-162.

MÁXIMO, M. E. **Novos caminhos de socialização na Internet**. Um estudo das listas eletrônicas de discussão. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 22ª, 2000, UnB, Brasília.

\_\_\_\_\_\_. **Compartilhando regras de fala**: interação e sociabilidade na lista eletrônica de discussão Cibercultura. 2002. 198 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

MIÈGE, B. **O espaço público**: perpetuado, ampliado e fragmentado.Novos Olhares, n. 3, 1999, p. 4-11

\_\_\_\_\_\_. Sete considerações fundamentais sobre o espaço público contemporâneo. In: SOUSA, M. W.; CORRÊA, E. S. (Orgs.). **Mutações no espaço público contemporâneo.** São Paulo: Paulus, 2014, p. 1-37.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MORAIS, P. A; LACERDA, J. S. **As redes sociais e sua apropriação para a comunicação local e alternativa no RN.** In: XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Anais do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Campina Grande: Intercom/Adaltech, 2010. v. 1. p. 1-15. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2010/resumos/R23-0072-1.pdf>>. Acesso em 02 set. 2015.

PRIMO, A. **O aspecto relacional das interações na Web 2.0**. In: E-Compós, Brasília, v. 9, 2007. p. 1-21. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/web2.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2012.

REA, L. M. **Metodologia de pesquisa:** do planejamento à execução. Tradução: Nivaldo Montigelli Jr. São Paulo: Pioneira, 2000.

RECUERO, R. **Um estudo do capital social gerado a partir das redes sociais no Orkut e nos Weblogs.** Revista da FAMECOS, Porto Alegre, v. 28, dez. 2005.

\_\_\_\_\_\_\_. **A Conversação em Rede**: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na Internet. Porto Alegre: Sulina, 2012.

REID, E. M. ***Cultural Formations in Text-Based Realities.*** Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Culturais, Departamento de Inglês, Universidade de Melbourne, 1994.

RIFIOTIS, T. **Antropologia do ciberespaço: questões teórico-metodológicas sobre pesquisa de campo e modelos de sociabilidade.** IN: RIFIOTIS, T. et al (orgs.). Antropologia no ciberespaço. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010, p. 15-27.

ROSENFIELD, D. L. **O que é democracia** – 5ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, W. G. dos. **O paradoxo de Rousseau:** uma interpretação democrática da vontade geral. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SCOLARI, C. **Hipermediaciones**: Elementos para una Teoría de la Comunicação Digital Interactiva. Barcelona: Gedisa, 2008.

SILVA, E. L. & MENESES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação***.* Florianópolis: LED/UFSC, 2001.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da Sociologia:** indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SODRÉ, M. Eticidade, campo comunicacional e midiatização. In: MORAES, D. (Org). **Sociedade midiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

THIOLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 2011.

WOLTON, D. **Internet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. Porto Alegre: Sulina, 2007.

VENTICINQUE, Danilo. A internet esconde quem discorda de você: Autor do livro O filtro invisível, o ativista digital americano Eli Pariser alerta contra a personalização do conteúdo em sites como o Google e o Facebook. **Época**. 6 ago. 2012. Disponível em: < <http://revistaepoca.globo.com/ideias/noticia/2012/08/internet-esconde-quem-discorda-de-voce.html> >. Acesso: 22 abr. 2016.

# APÊNDICES

## APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Diretor administrativo da Assembleia de Deus na Paraíba

1. Quais são as instâncias de deliberação na Assembleia de Deus na Paraíba e como a membresia participa dessas deliberações?
2. Como a Assembleia de Deus na Paraíba percebe os trabalhos realizados pelas mulheres na instituição?

Qual a percepção que a ADPB tem da comunicação que realiza internamente, para os membros, e externamente, para a sociedade? Como os canais de comunicação são avaliados pela igreja?

1. Muitos membros da igreja estão conectados à própria instituição e à outros membros na página oficial que a igreja mantém no Facebook. Como a igreja percebe a participação desses membros neste ambiente digital especificamente?
2. E como a Assembleia de Deus na Paraíba deseja ser percebida por seus membros e outros usuários que trafegam na internet?
3. Qual sua expectativa com relação à comunicação da ADPB daqui pra frente?

## APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Secretário executivo de Missões da Assembleia de Deus na Paraíba

1. Quais são as instâncias de deliberação na Assembleia de Deus na Paraíba e como a membresia participa dessas deliberações?

Qual a percepção que a ADPB tem da comunicação que realiza internamente, para os membros, e externamente, para a sociedade? Como os canais de comunicação são avaliados pela igreja?

1. Muitos membros da igreja estão conectados à própria instituição e à outros membros na página oficial que a igreja mantém no Facebook. Como a igreja percebe a participação desses membros neste ambiente digital especificamente?
2. E como a Assembleia de Deus na Paraíba deseja ser percebida por seus membros e outros usuários que trafegam na internet?
3. Qual sua expectativa com relação à comunicação da ADPB daqui pra frente?

## APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Diretor de comunicação da Assembleia de Deus na Paraíba

1. Por que a atual comunicação da Assembleia de Deus na Paraíba adotou o gênero publicitário em suas mídias?
2. Como a equipe de comunicação da igreja reage aos conflitos que vez ou outra aparecem na página?
3. Como a diretoria da igreja percebe os comentários dos usuários na página ADPB Oficial?
4. Qual sua expectativa para o futuro da comunicação na Assembleia de Deus na Paraíba?

1. Entendemos que o conceito de midiatização é bastante amplo, no entanto, existe uma noção, de acordo com Borelli (2010), que constitui-se num complexo e amplo processo em que os dispositivos midiáticos agem sobre práticas sociais dos outros campos, como da religião, estruturando-as e engendrando-as por meios de operações tecnossimbólicas. [↑](#footnote-ref-1)
2. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a partir do censo feito em 2010. [↑](#footnote-ref-2)
3. Fiéis que foram batizados nas águas. [↑](#footnote-ref-3)
4. Pessoa que participa dos cultos constantemente, mas ainda não é membro. [↑](#footnote-ref-4)
5. Pessoas que curtem a página do Facebook para acompanhar as publicações que o departamento de comunicação da igreja está fazendo. [↑](#footnote-ref-5)
6. Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. [↑](#footnote-ref-6)
7. Termo popularmente usado por profissionais do marketing para se referir a uma mudança de gênero e de layout nas redes sociais. [↑](#footnote-ref-7)
8. Esses membros fazem referência ao “membro comum”, ou seja, aqueles que não ocupam nenhum ofício na igreja. [↑](#footnote-ref-8)
9. Programa gravado no dia 25 de abril de 2014 e disponível no link: <https://vimeo.com/119117898> Acesso em: 05 de setembro de 2015. [↑](#footnote-ref-9)
10. Disponível em: < [http://www.bocc.ubi.pt/pag/lacerda-juciano-sistemas-redes.pdf](http://www.bocc.ubi.pt/pag/lacerda-juciano-sistemas-redes.pdf%20) >. Acesso: 12 maio 2016. [↑](#footnote-ref-10)
11. Disponível em: < <http://economia.uol.com.br/ultnot/2008/03/31/ult4294u1176.jhtm> >. Acesso: 31 mai 2016. [↑](#footnote-ref-11)
12. Símbolo que faz referência ao coração econômico nos Estados Unidos. [↑](#footnote-ref-12)
13. Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/topicos/ocupe-wall-street> >. Acesso: 31 maio 2016. [↑](#footnote-ref-13)
14. A obra que Agamben (2009) cita Jean Hyppolite é a *Introduction à la philosophie de l'histoire de Hegel.*  [↑](#footnote-ref-14)
15. Carta magna de um país. [↑](#footnote-ref-15)
16. MAGRANI, Eduardo. **Democracia conectada:** a internet como ferramenta de engajamento político-democrático. Curitiba: Juruá, 2014. [↑](#footnote-ref-16)
17. A Petróleo Brasileiro S.A. é uma empresa de capital aberto (sociedade anônima), cujo acionista majoritário é o Governo do Brasil (União). [↑](#footnote-ref-17)
18. <https://www.facebook.com/mblivre/?fref=ts> Acesso em: 04 de março de 2016. [↑](#footnote-ref-18)
19. Ícone do Facebook para continuar acompanhando as postagens na página. [↑](#footnote-ref-19)
20. Dado fornecido pelo entrevistado Eduardo Leandro Alves, em João Pessoa, em março de 2016. [↑](#footnote-ref-20)
21. Para os pentecostais assembleianos, a ênfase do batismo no Espírito Santo está no falar em línguas estranhas. [↑](#footnote-ref-21)
22. União de Mocidade da Assembleia de Deus na Paraíba, departamento responsável pela juventude assembleiana. [↑](#footnote-ref-22)
23. Secretaria de Missões da Assembleia de Deus na Paraíba. [↑](#footnote-ref-23)
24. Dado fornecido pelo entrevistado Carlos José de Oliveira, em João Pessoa, em março de 2016. Conforme anexo B. [↑](#footnote-ref-24)
25. Dado fornecido pelo entrevistado Carlos José de Oliveira, em João Pessoa, em março de 2016. Conforme anexo B. [↑](#footnote-ref-25)
26. Vestes do sacerdote nas cerimônias religiosas. [↑](#footnote-ref-26)
27. Dado fornecido pelo entrevistado Carlos José de Oliveira, em João Pessoa, em março de 2016. Conforme anexo B. [↑](#footnote-ref-27)
28. Congregação é o nome dado às igrejas “filiais” que são ligadas ao templo central. [↑](#footnote-ref-28)
29. O movimento pentecostal no Brasil é fruto de um avivamento histórico que ficou conhecido no mundo inteiro a partir da rua Azuza, em Los Angeles, Estados Unidos, nos primeiros anos do século XX. O movimento foi caracterizado pelo batismo no Espírito Santo com ênfase em falar línguas estranhas e interpretá-las, curas, profecias e outros. Logo em seguida, esses pentecostais foram fazer missão em outros países. No Brasil, desembarcaram o presbiteriano Louis Francescon, fundador da Congregação Cristã no Brasil, e os batistas suecos, Danniel Berg e Gunnar Vingren, os quais fundaram a Missão da Fé Apostólica, que em seguida, passou a ser chamada de Assembleia de Deus. [↑](#footnote-ref-29)
30. Dado fornecido pelo entrevistado Carlos José de Oliveira, em João Pessoa, em março de 2016. Conforme anexo B. [↑](#footnote-ref-30)
31. Parágrafo escrito no dia 27 de maio de 2016. [↑](#footnote-ref-31)
32. Dados disponíveis pelo Facebook como informações da página. [↑](#footnote-ref-32)
33. Informação transmitida pelo pastor-presidente durante uma reunião com o ministério da ADPB, em João Pessoa, em março de 2016. [↑](#footnote-ref-33)
34. Movimento que surgiu na década de 1970, oriundo do Pentecostalismo clássico. No Brasil, o maior expoente desse movimento é a Igreja Universal do Reino de Deus, no entanto, existem outras também conhecidas como a Internacional da Graça e a Mundial do Poder de Deus. São igrejas que investem na comunicação massiva e se utilizam de rádios e TV’s para difundirem suas programações. Muitas delas, pregam a Teologia da Prosperidade, com ênfase na prosperidade do indivíduo, consequente da contribuição financeira deste mesmo indivíduo. [↑](#footnote-ref-34)
35. Dado fornecido pelo entrevistado Jesiel Claudino, em João Pessoa, em março de 2016. Conforme anexo B. [↑](#footnote-ref-35)
36. Disponível em: < <http://super.abril.com.br/superarquivo/348> >. Acesso em: 07 abril 2016. [↑](#footnote-ref-36)
37. Disponível em: < <http://ramontessmann.com.br/10-coisas-que-voce-nao-sabia-sobre-o-edgerank-do-facebook/> >. Acesso em: 07 abril 2016. [↑](#footnote-ref-37)
38. FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta:** ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. [↑](#footnote-ref-38)
39. SILVERSTONE (2002), no livro *Por que estudar a mídia?*, fala sobre a vivência da experiência por aqueles que dominam a gramática da Internet. [↑](#footnote-ref-39)